



# Direito Administrativo em Mapas Mentais

(TURMA 2)

Revisão por Mapas Mentais

*Otimizando o aprendizado e a memorização,  
com a revisão esquematizada da matéria.*

*Edição revista e atualizada*

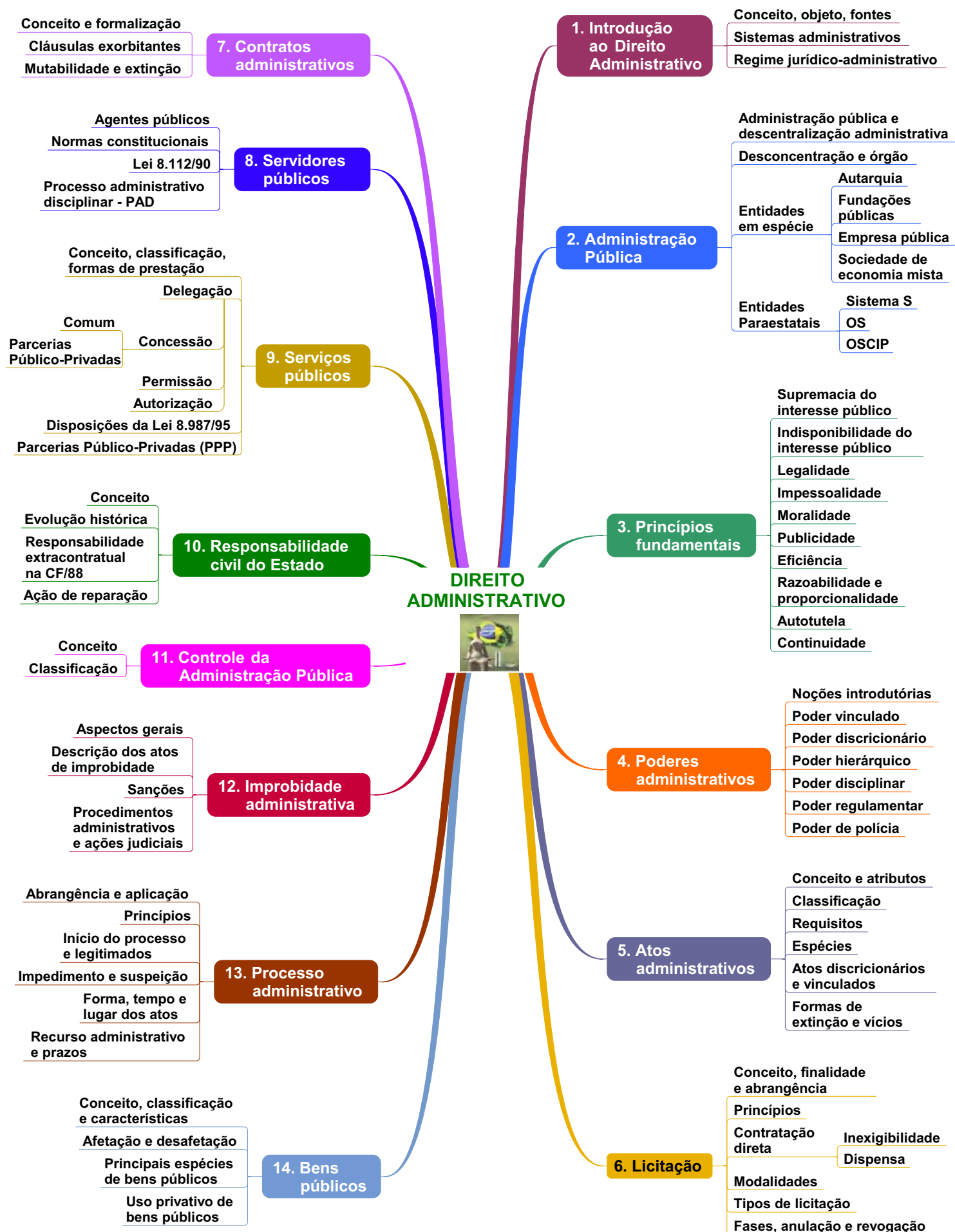
**Por:**

**Thiago Strauss  
Marcelo Leite**

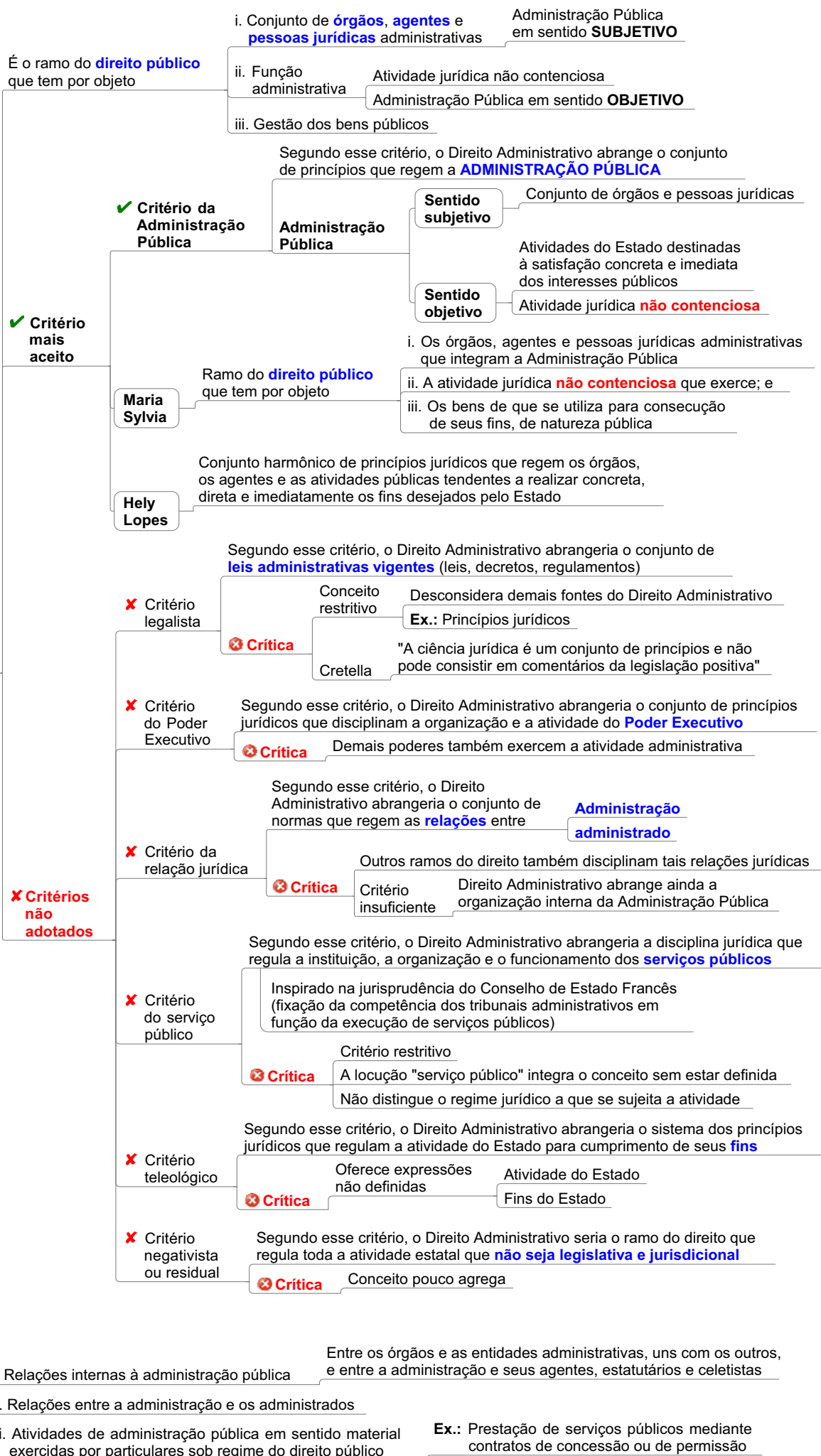
# SUMÁRIO

<b>Visão Geral .....</b>	<b>3</b>
<b>1. Introdução ao Direito Administrativo .....</b>	<b>4</b>
<b>2. Administração Pública .....</b>	<b>6</b>
2.1 Administração pública – noções gerais .....	6
2.2 Descentralização administrativa .....	9
2.3 Órgão .....	10
2.4 Entidades em espécie .....	11
2.5 Entidades em espécie – Autarquia .....	13
2.6 Terceiro Setor – Entidades Paraestatais .....	15
2.7 Contrato de gestão .....	17
<b>3. Princípios Fundamentais .....</b>	<b>18</b>
<b>4. Poderes Administrativos .....</b>	<b>20</b>
<b>5. Atos Administrativos .....</b>	<b>23</b>
5.1 Noções introdutórias .....	23
5.2 Classificação dos Atos Administrativos .....	24
5.3 Requisitos do Ato Administrativo .....	25
5.4 Atributos dos Atos Administrativos .....	27
5.5 Espécies de Atos Administrativos .....	28
5.6 Atos discricionários e vinculados .....	30
5.7 Formas de extinção e vícios do ato administrativo .....	31
<b>6. Licitações .....</b>	<b>32</b>
6.1 Noções gerais .....	32
6.2 Princípios da Licitação .....	33
6.3 Alienação de bens pela Administração Pública .....	34
6.4 Contratação direta .....	35
6.5 Modalidades de Licitação .....	37
6.6 Tipos de Licitação .....	39
6.7 Procedimentos de Licitação .....	40
<b>7. Contratos Administrativos .....</b>	<b>42</b>
7.1 Conceito e formalização .....	42
7.2 Cláusulas exorbitantes .....	43
7.3 Mutabilidade dos contratos administrativos .....	45
7.4 Extinção dos contratos administrativos .....	46
<b>8. Servidores Públicos .....</b>	<b>47</b>
8.1 Agentes públicos .....	47
8.2 Normas constitucionais .....	48
8.3 Lei 8.112/90 .....	51
8.4 Processo Administrativo Disciplinar – PAD .....	53
<b>9. Serviços Públicos .....</b>	<b>56</b>
9.1 Conceito .....	56
9.2 Considerações gerais .....	57
9.3 Classificação dos serviços públicos .....	58
9.4 Delegação de serviços públicos .....	59
9.5 Delegação comum – Disposições da Lei 8.987/95 .....	60
9.6 Parcerias Público-Privadas – PPP .....	62
<b>10. Responsabilidade Civil do Estado .....</b>	<b>63</b>
<b>11. Controle da Administração Pública .....</b>	<b>65</b>
<b>12. Improbidade Administrativa .....</b>	<b>66</b>
<b>13. Processo Administrativo – Lei 9.784/99 .....</b>	<b>68</b>
<b>14. Bens Públicos .....</b>	<b>70</b>

## DIREITO ADMINISTRATIVO - VISÃO GERAL



# INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO I



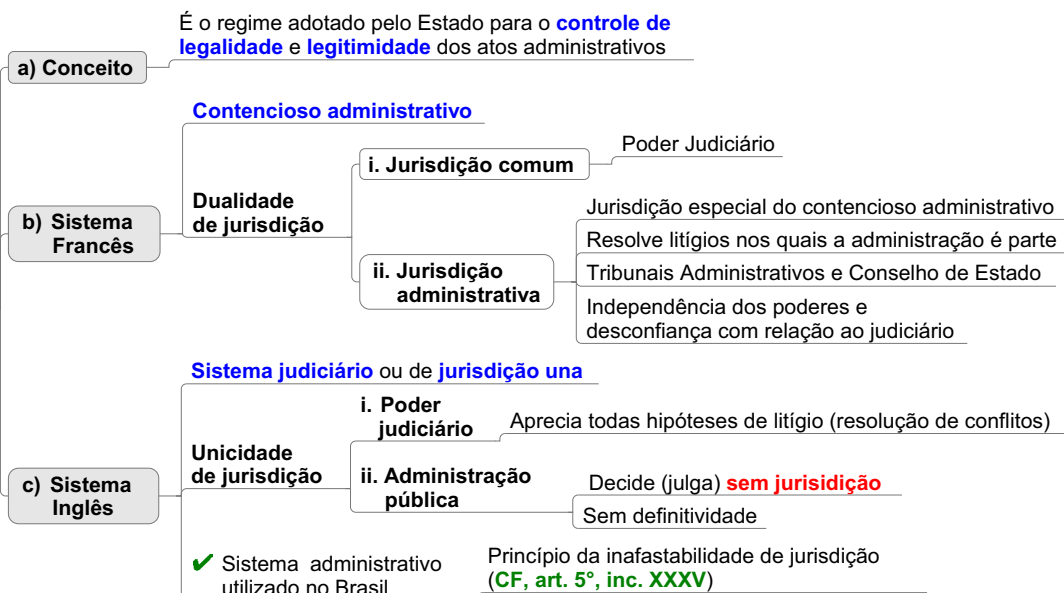
## Direito Administrativo

### 1. Conceito

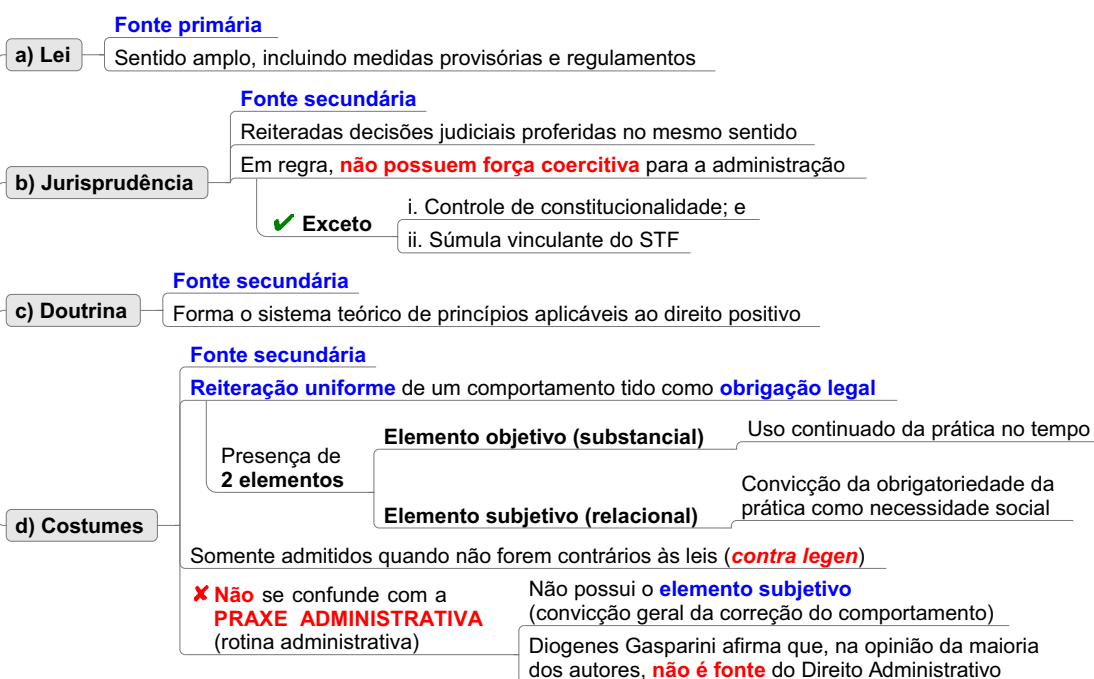
### 2. Objeto

## INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO II

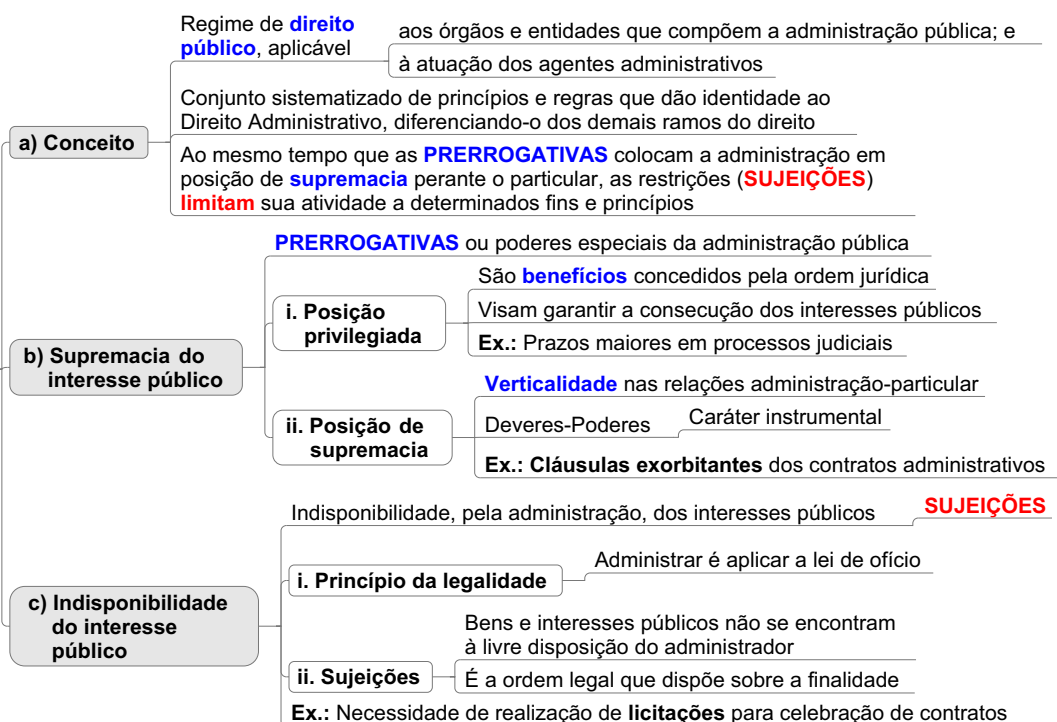
## 3. Sistemas Administrativos



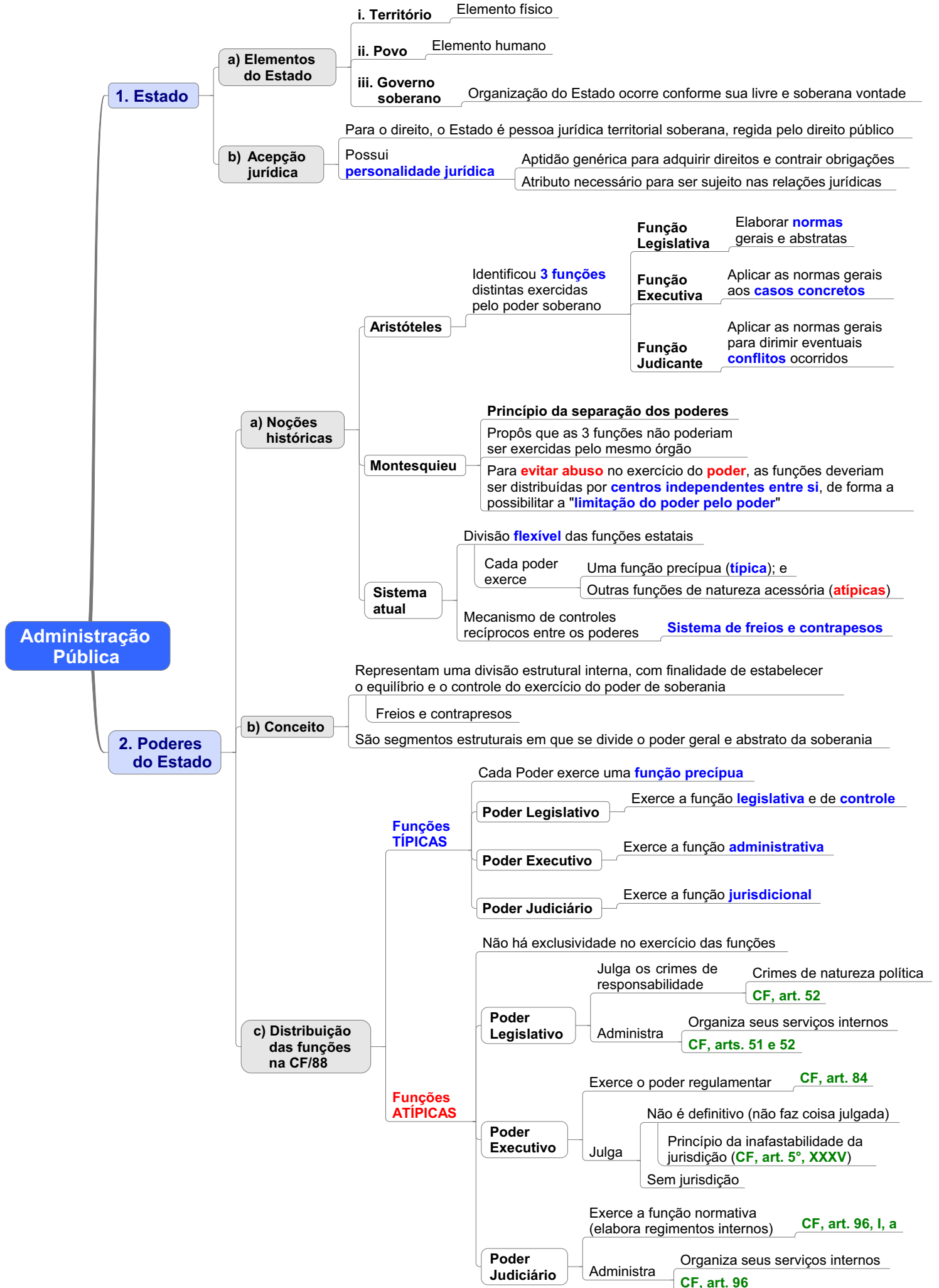
## 4. Fontes



## 5. Regime Jurídico-Administrativo

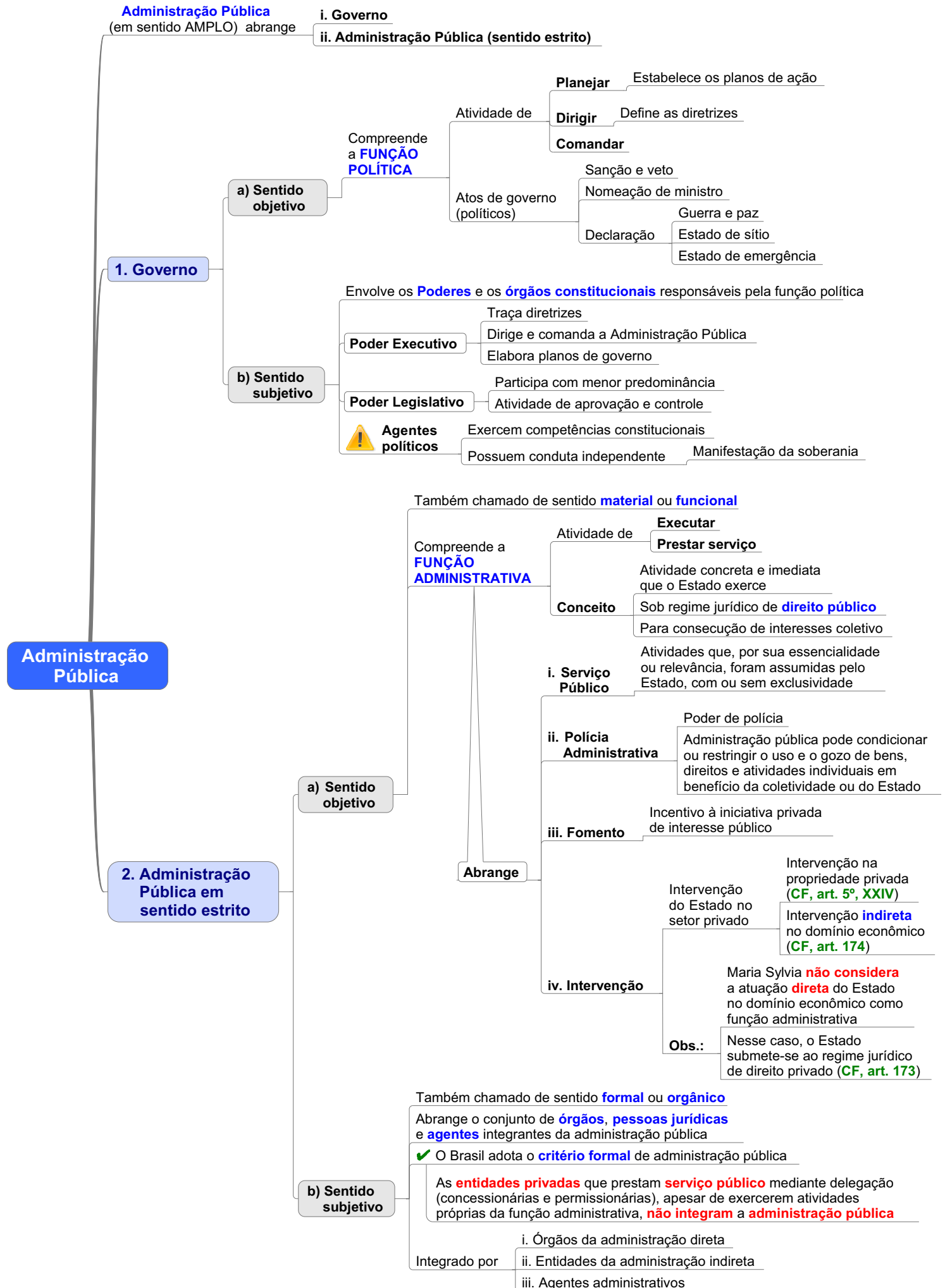


# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I

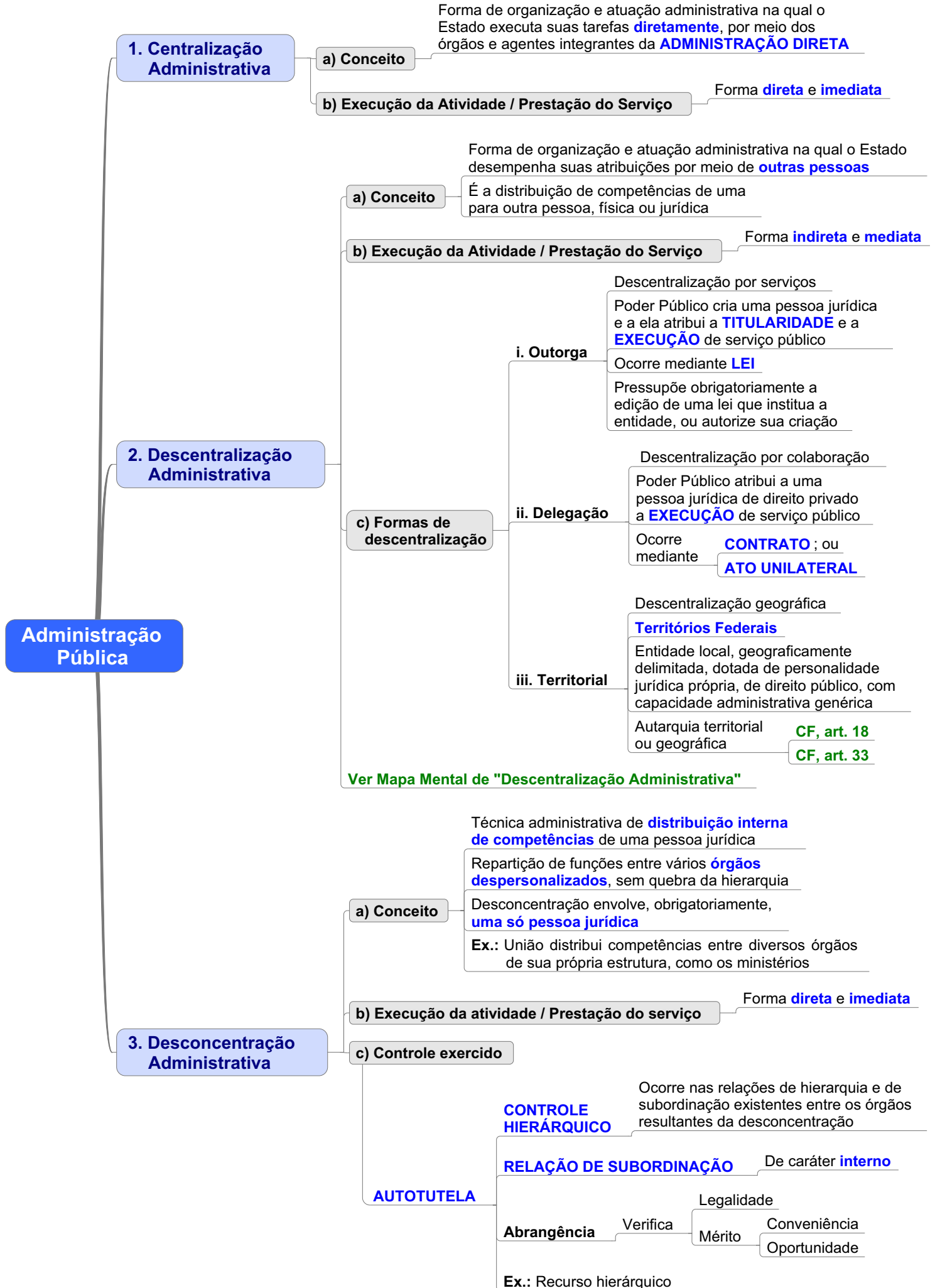




# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II

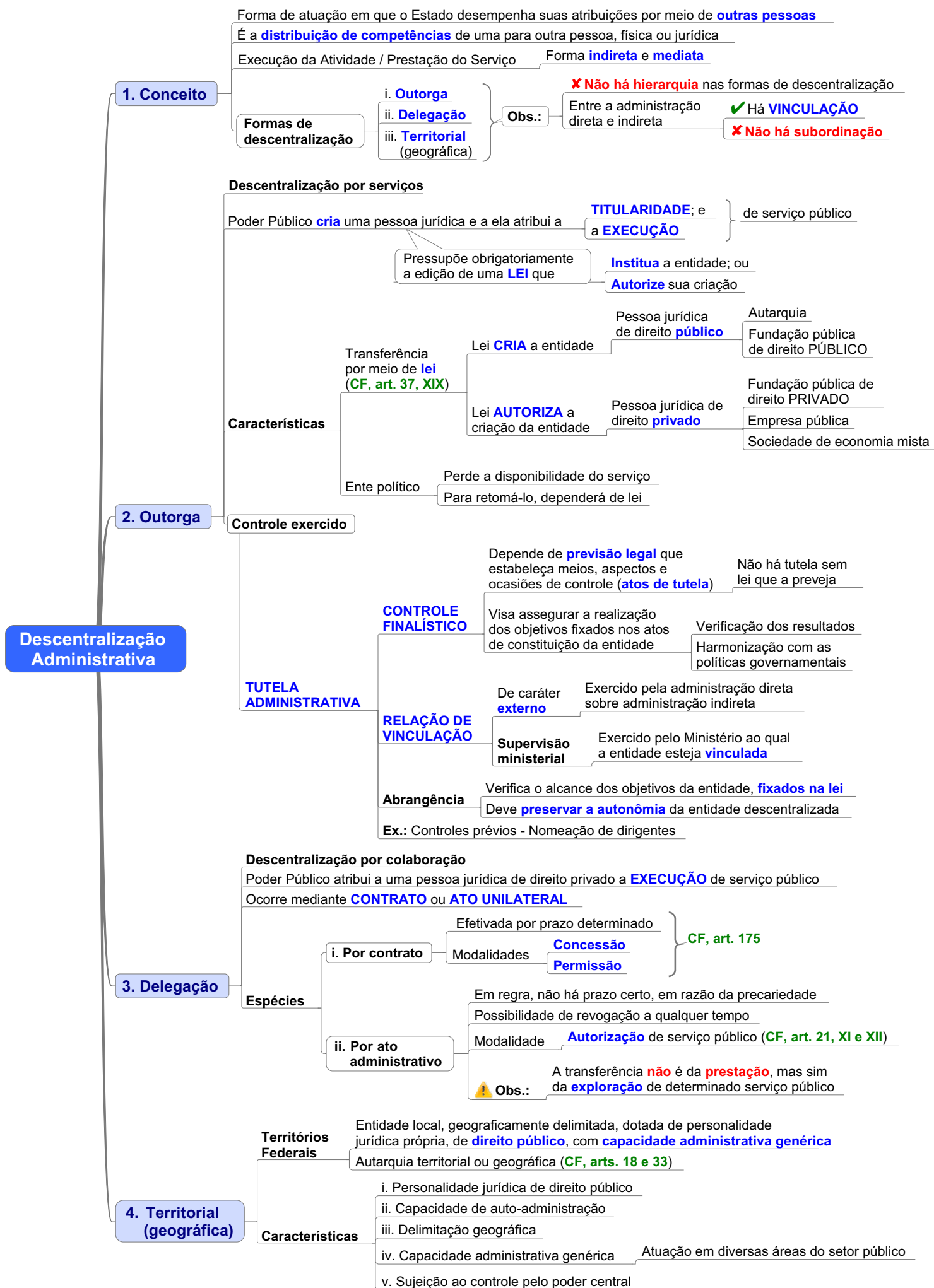


## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA III





# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA IV - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ÓRGÃO

## 1. Conceito

Unidade de atuação integrante da estrutura da **administração direta** ou **administração indireta**

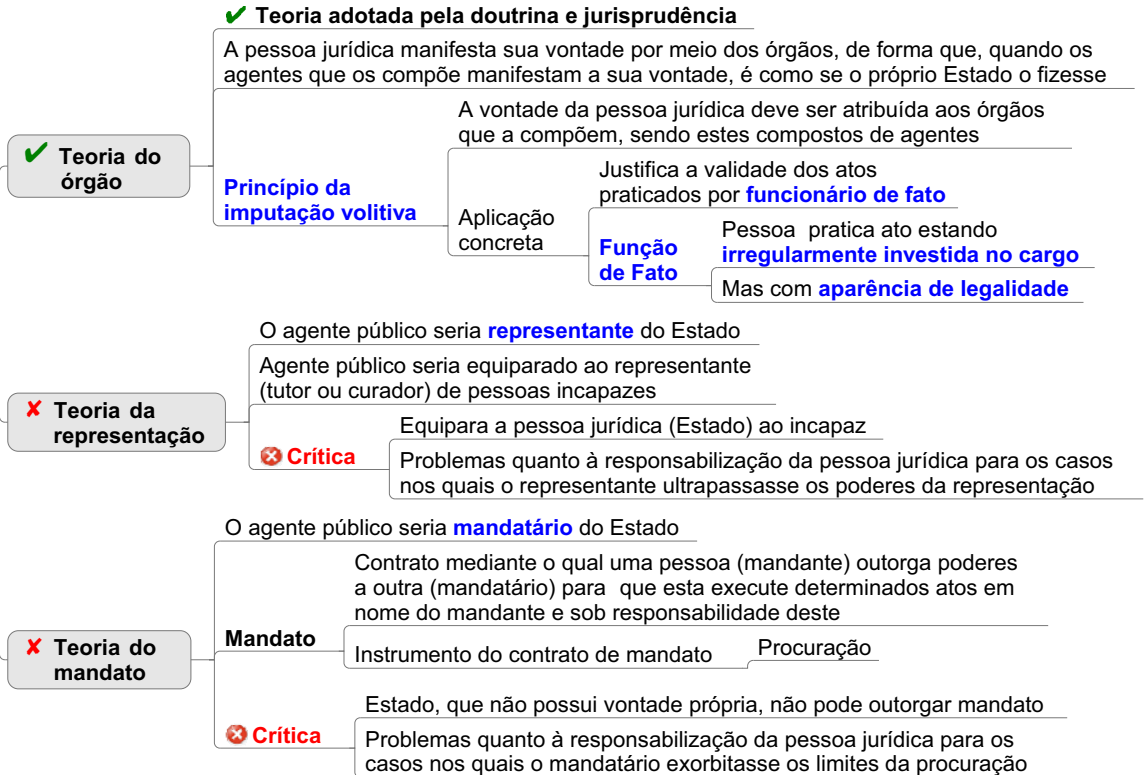
**Lei 9.784/99, art. 1º**

✗ Não tem **personalidade jurídica**

**Centros de competência** instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem

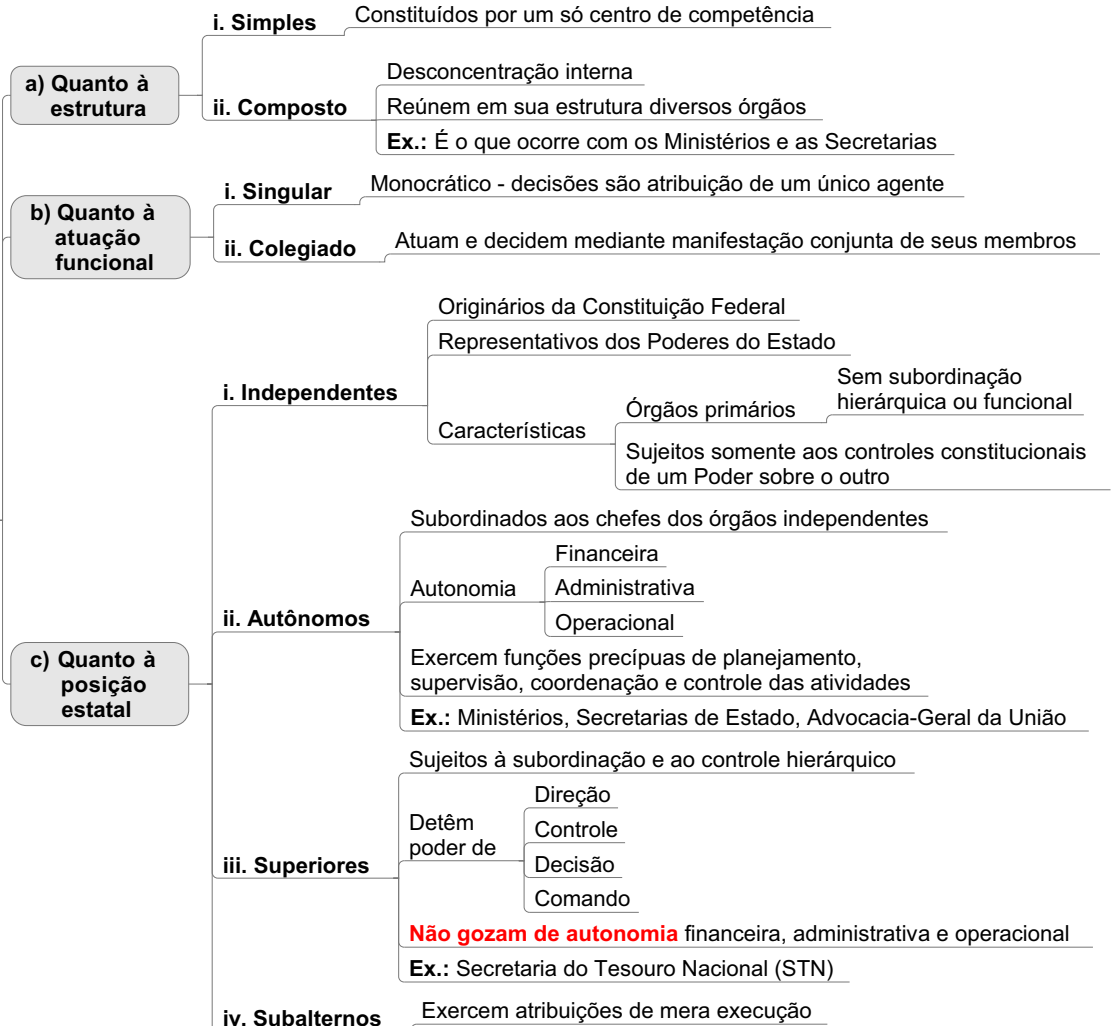
## 2. Teorias

São teorias que surgiram para explicar as relações do **Estado** (pessoa jurídica) com seus **agentes**



## Órgão

## 3. Classificação



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENTIDADES EM ESPÉCIE I

## Entidades em Espécie

### 1. Autarquia

#### a) Conceito

Pessoas jurídicas de **DIREITO PÚBLICO** de capacidade exclusivamente **administrativa**

Serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar **ATIVIDADES TÍPICAS** da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira **descentralizada**

Ex.: Banco central, Comissão de valores mobiliários (CVM), Ibama

#### b) Espécies

##### i. Autarquia comum

##### ii. Autarquia fundacional **Fundação pública de direito público**

##### iii. Autarquia territorial

É a divisão geográfica, com personalidade jurídica própria, criada para prestar serviços genéricos à sociedade

**Territórios federais**

##### iv. Autarquia profissional (corporativa)

**Conselhos de fiscalização de profissões**

##### v. Autarquia interfederativa

Na forma de associação pública

**Consórcios públicos**

Integra a administração indireta de mais de um ente federado

Ver Mapas Mentais de "Autarquias I" e "Autarquias II"

### 2. Fundação Pública

#### a) Conceito

Dotado de personalidade jurídica de **DIREITO PÚBLICO** ou de **DIREITO PRIVADO**

##### Patrimônio

Destinado, por lei, à prestação de atividades públicas na **área social**

Atribuição de personalidade jurídica a determinado **patrimônio**, destinado a fim específico

Área de atuação **Lei complementar** **CF, art. 37, XIX**

#### b) Natureza Jurídica

##### i. Fundação pública de direito PÚBLICO

##### Criação

Criadas por **LEI específica**

**CF, art. 37, XIX**

##### Regime jurídico

Regime jurídico de **DIREITO PÚBLICO**

Submete-se às mesmas **sujeições** e **prerrogativas** que caracterizam o regime jurídico de **direito público**

Espécie do gênero autarquia

**Fundação autárquica**

Ex.: Funai

##### ii. Fundação pública de direito PRIVADO

##### Criação

Criadas por **ATO** do Poder Público, mediante **autorização** em **lei específica**

**CF, art. 37, XIX**

##### Regime jurídico HÍBRIDO

Regime jurídico de **DIREITO PRIVADO** com **derrogações** de normas de **DIREITO PÚBLICO**

Exemplos de incidência do direito público

##### Prerrogativas

Imunidade recíproca

**CF, art. 150, § 2º**

##### Sujeições

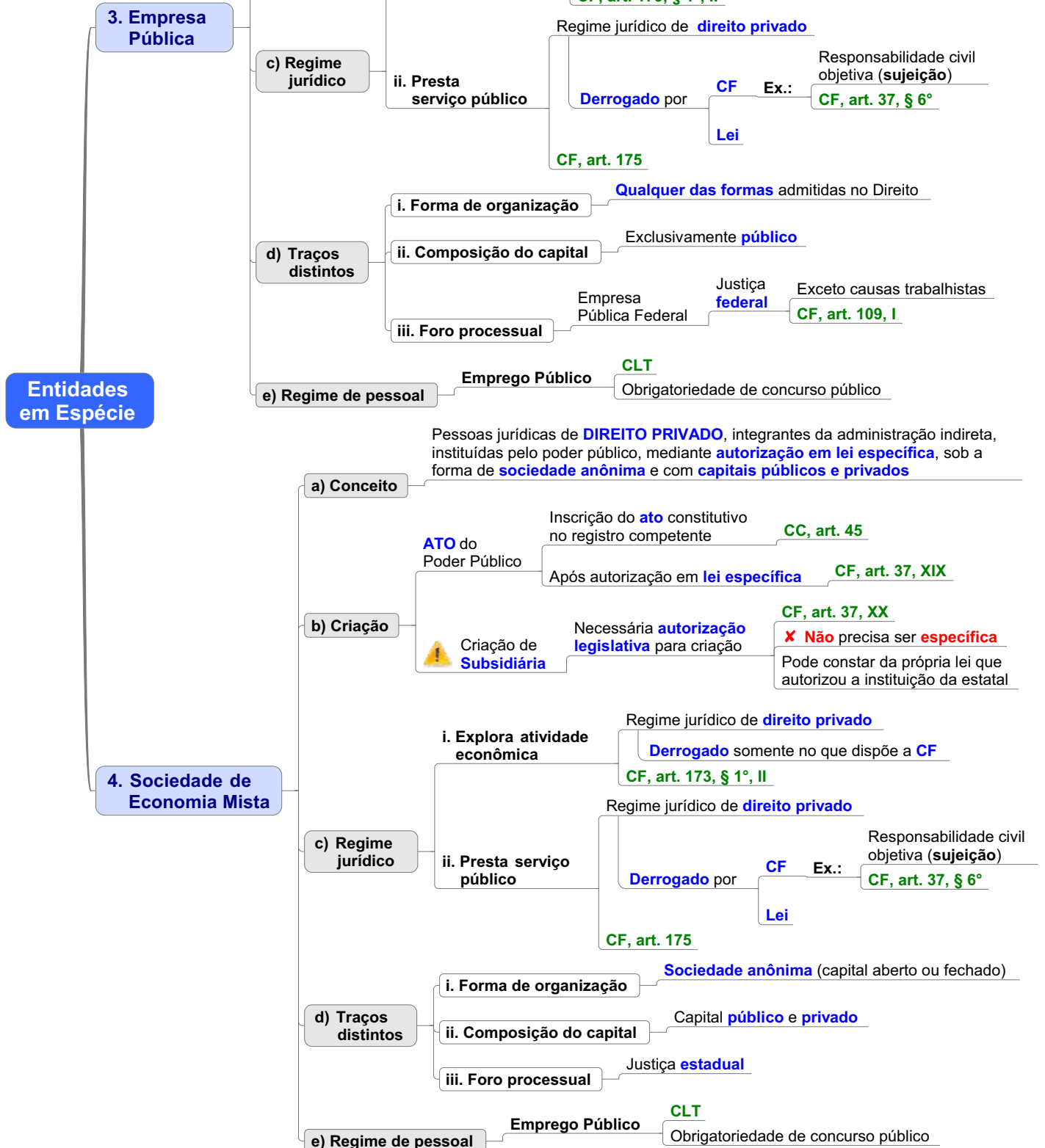
Licitação

Concurso público

Vedação de acumulação de cargos

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENTIDADES EM ESPÉCIE II

Pessoas jurídicas de **DIREITO PRIVADO**, integrantes da administração indireta, instituídas pelo poder público mediante **autorização em lei específica**, sob **qualquer forma jurídica** e com **capital exclusivamente público**



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENTIDADES EM ESPÉCIE - AUTARQUIA I

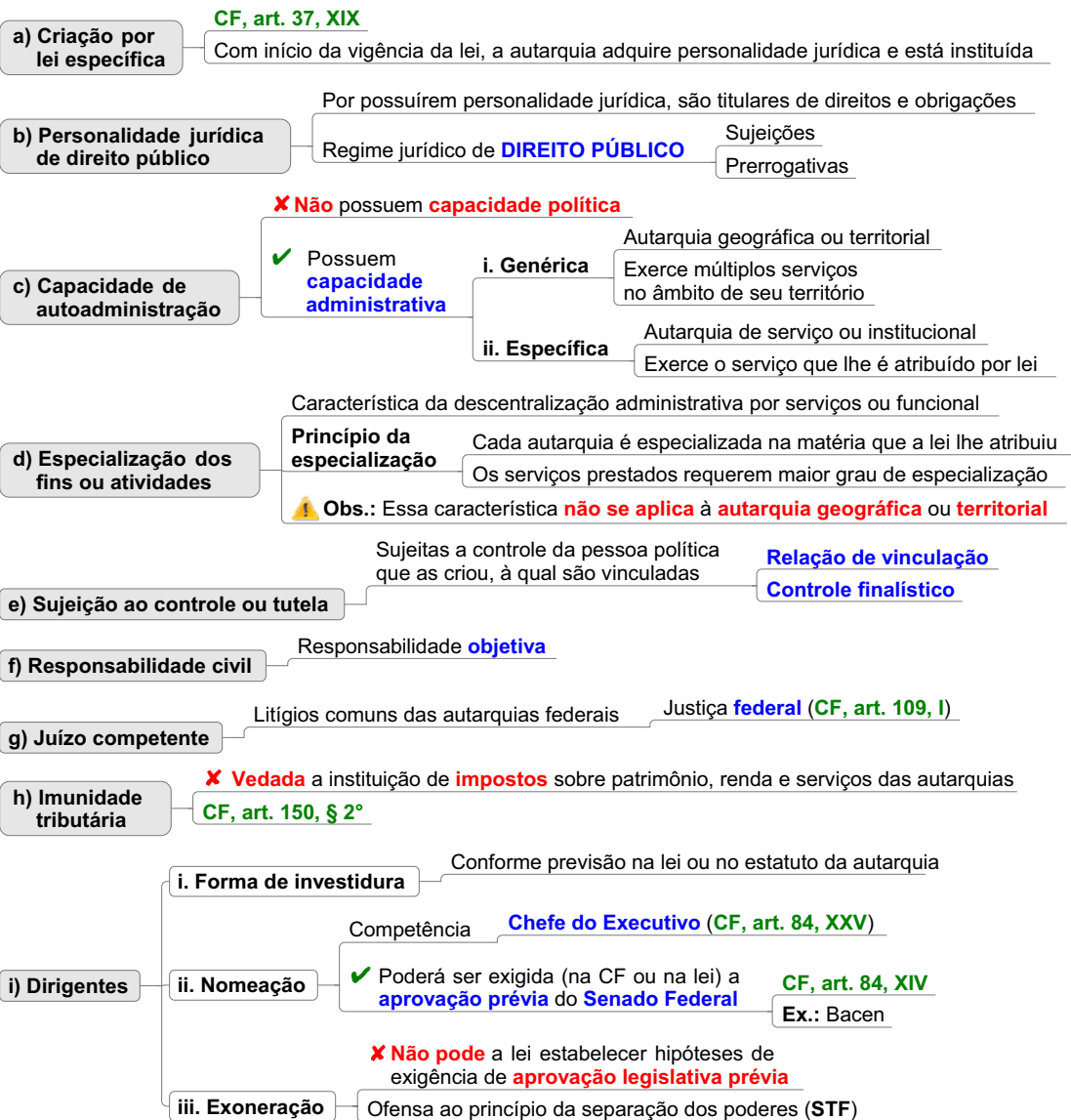
Surgem a partir da **descentralização administrativa por outorga** (por serviços, funcional ou técnica)

Pessoas jurídicas de **DIREITO PÚBLICO** de capacidade exclusivamente **administrativa**

São criadas para desempenhar **ATIVIDADES TÍPICAS** da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira **descentralizada** (**DL 200/67, art. 5º, I**)

Ex.: Banco central, Comissão de valores mobiliários (CVM), Ibama

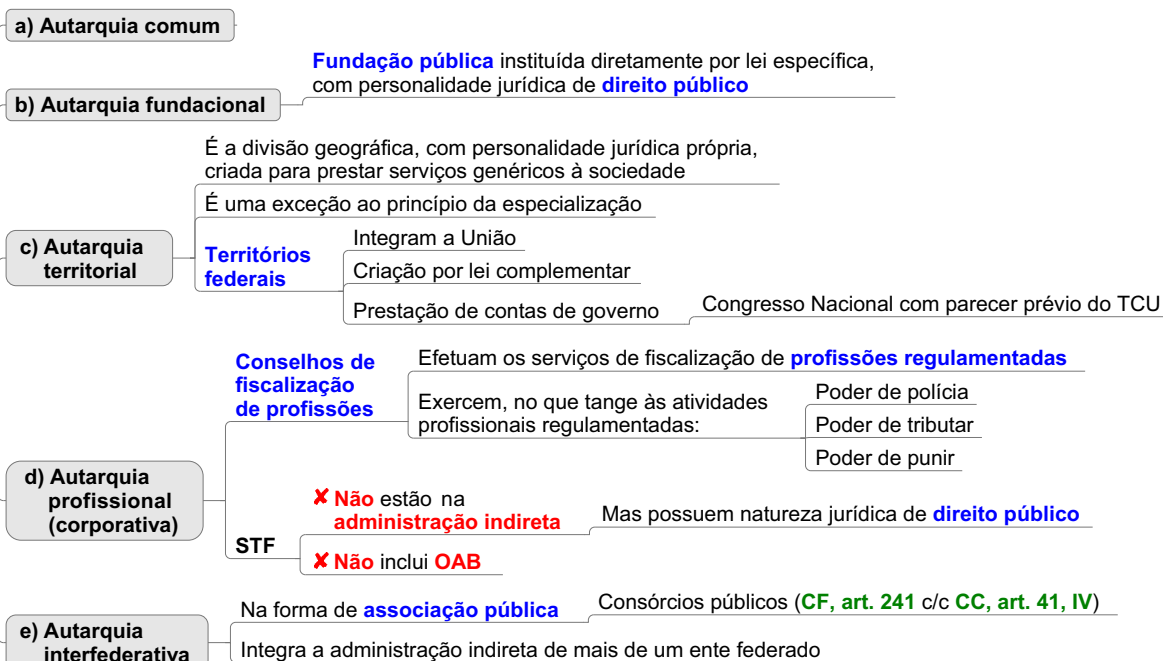
## 1. Conceito



## 2. Características

## Autarquia

## 3. Espécies



## AUTARQUIA II - AGÊNCIAS REGULADORAS

## Agência Reguladora

## 1. Contexto de surgimento

## Reforma da Administração Pública

## a) Problemas

- i. Crise financeira (fiscal)
- ii. Ineficiência na prestação dos serviços públicos

## b) Solução proposta

- i. Gestão privada de serviços públicos
  - Privatização em sentido amplo
    - Privatização em sentido estrito
- ii. Desestatização
  - Redução da intervenção na atividade econômica
- iii. Desregulação

## 2. Definição

Autarquia sob **regime especial**, com a atribuição de exercer a **REGULAÇÃO**

de **serviços públicos econômicos** (comerciais e industriais)

Concessões e permissões de serviços públicos **CF, art. 175**

Ex.: Anatel

de **atividades econômicas**

Estado como agente regulador da atividade econômica **CF, art. 174**

Ex.: ANP

Existem ainda aquelas que exercem função de **polícia administrativa**

Impõe limitações administrativas previstas em lei, fiscalizam, reprimem, aplicam penalidades  
Ex.: ANA, Anvisa, ANS

⚠ **Obs.:**

✗ **Não há obrigatoriedade**, expressa no ordenamento jurídico, de que as agências reguladoras se constituam na forma de **autarquias**. No entanto, devem, em razão da natureza da atividade que desempenham, ter **personalidade jurídica de direito público**

## 3. Características

## a) Exercem

**i. Função normativa** De natureza técnica  
Regulamentação sobre matéria de ordem técnica, com base nos parâmetros e nas diretrizes da lei

**ii. Função administrativa**

- Realizam procedimentos licitatórios para escolha de concessionário ou permissionário de serviço público
- Celebram contratos de concessão e permissão de serviço público
- Praticam ato unilateral de outorga da autorização
- Fiscalizam a execução de atividades sob sua competência
- Aplicam sanções administrativas

**iii. Função quase-judicial**

- Resolução de conflitos afetos à área regulada
- Instância administrativa

## b) Possuem

**i. Autonomia decisória**

- Caráter final de suas decisões
- Não passíveis de apreciação por outros órgãos ou entidades da Administração Pública

**ii. Autonomia administrativa**

- Relativa estabilidade de seus dirigentes
- Investidura a termo (**mandato fixo**)
- ✗ **Vedada exoneração ad nutum**

**iii. Autonomia financeira**

- Possuem recursos próprios
- Instituição de taxas de regulação

## c) Controle

**i. Controle do Legislativo**

- Seus atos normativos não podem conflitar com normas constitucionais e legais
- Sujeitas ao controle e à fiscalização do Congresso Nacional **CF, art. 49, X**
- Sujeitas ao controle financeiro, contábil e orçamentário **CF, art. 70**

**ii. Controle do Executivo**

- Tutela administrativa** ou **controle finalístico**
- Exercido pelo Ministério a que se acham **vinculadas** **Supervisão ministerial**  
**CF, art. 87, inc. I**

**iii. Controle do Judiciário**

- Sujeitas ao controle jurisdicional
- Princípio da inafastabilidade da jurisdição  
**CF, art. 5º, inc. XXXV**

## 4. Finalidade

Exercer o controle e a fiscalização

- i. Dos serviços públicos
  - Delegados
  - Livres
- ii. De atividades de interesse público



## REFORMA ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR - ENTIDADES PARAESTATAIS I

Pessoas **privadas**, sem fins lucrativos, que exercem **atividades de interesse público**, mas **não exclusivas do Estado**, recebendo fomento do Poder Público, e que **não integram a Administração Pública em sentido formal**

## 1. Definição

i. Entidades privadas, **sem finalidade lucrativa**

ii. Exercem **atividade de interesse público**

Serviços **não exclusivos** do Estado, aos quais o Poder Público dispensa especial proteção

iii. Recebem incentivo do Poder Público

**Fomento**

Segundo Maria Sylvia, por essa razão, sujeitam-se ao controle pela Administração Pública e pelo TCU

## 2. Características

iv. Integram o **Terceiro Setor**

Setor Público Não-Estatal

✗ Não abrangem as entidades da **Administração Indireta**

Obs.:

**Primeiro Setor**

Composto pelo Estado

**Segundo Setor**

Composto pelo mercado

São pessoas jurídicas privadas, criadas, em regra, por entidades privadas representativas de categorias econômicas (Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, etc), após **autorização em lei**, mantidas por **contribuições parafiscais**

## a) Definição

Ex.:

Sesc (Serviço Social do Comércio)

Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)

Sesi (Serviço Social da Indústria)

Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)

**Lei autorizadora**

Inicialmente, sua criação é prevista em lei

## b) Criação

**Ato** da respectiva entidade representativa

A aquisição de personalidade jurídica ocorre quando a entidade privada instituidora inscreve o respectivo ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas (**Código Civil, art. 45**)

Possui personalidade jurídica de **direito privado**

## c) Finalidade

Prestam **atividade social**, como assistência e ensino profissionalizante, aos respectivos **grupos sociais** ou **profissionais**

## 3. Serviços Sociais Autônomos

## d) Características

i. Pessoas jurídicas de direito **privado** sem fins lucrativos

ii. Mantidos por **contribuições parafiscais**

Tributo

Natureza compulsória

**CF, art. 240**

iii. **Colaboram** com o Poder Público

Prestam **atividade social**

Normalmente direcionada para prestação de um **serviço de utilidade pública**

Nomeação de dirigentes

Regulamento Normalmente aprovado por decreto

iv. **Controle** pelo Poder Público

Supervisão Ministerial

**DL 200/67, art. 183**

Sujeitos à jurisdição do TCU

Administram **recursos públicos**

✗ Não se sujeitam à **Lei 8.666/93**

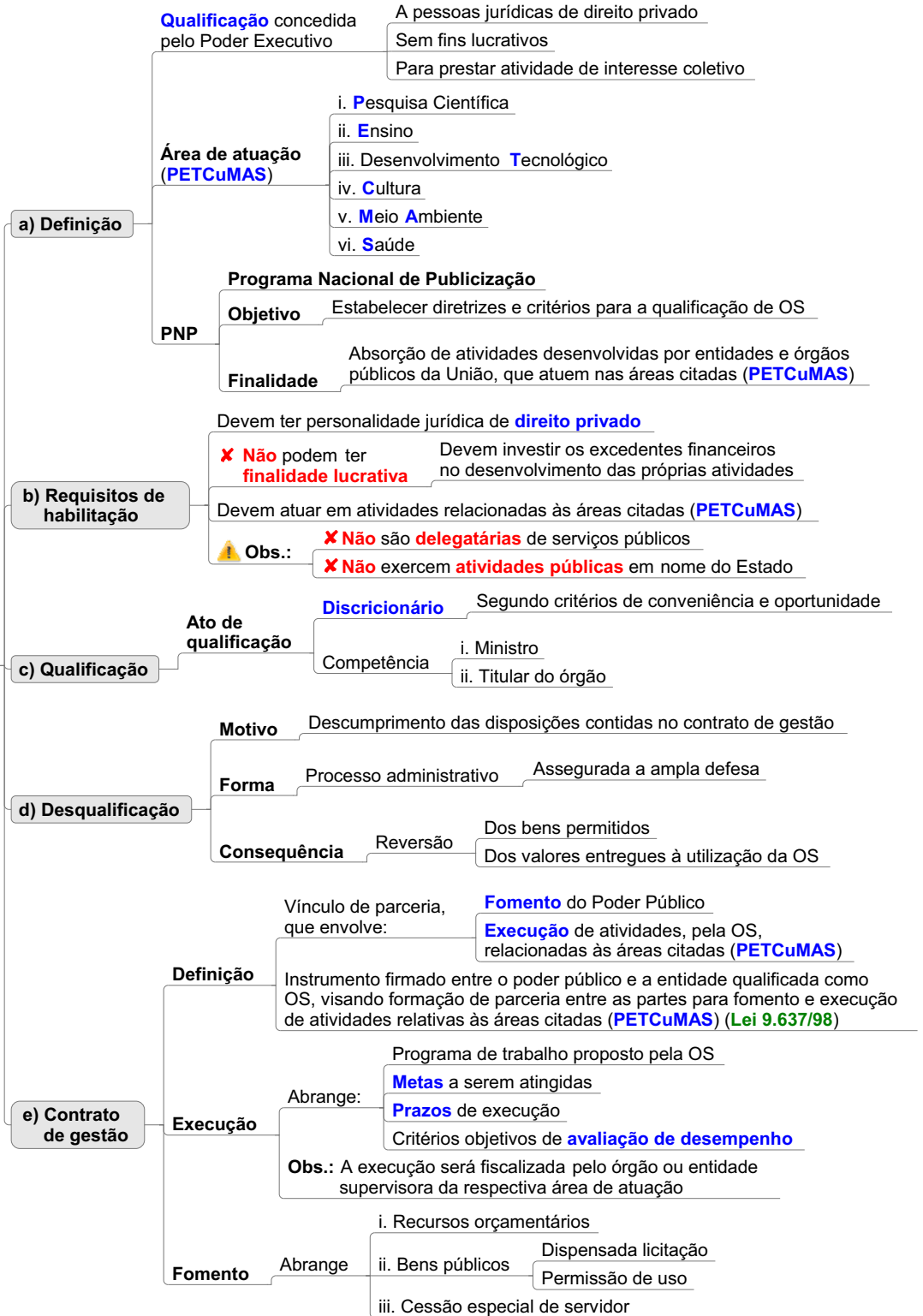
**Jurisprudência TCU**

## Entidades Paraestatais

## REFORMA ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR - ENTIDADES PARAESTATAIS II

## Entidades Paraestatais

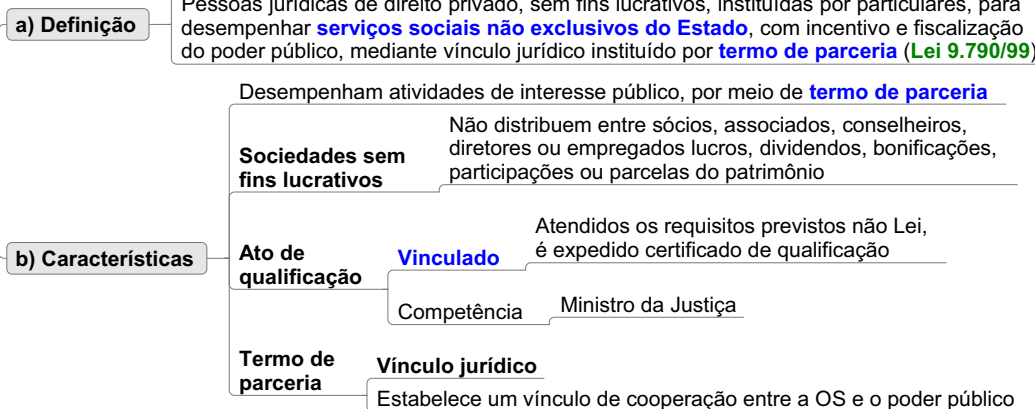
## 4. Organizações Sociais (OS)



**Qualificação** jurídica atribuída a algumas pessoas de **direito privado**, em razão das atividades que venham a desenvolver em regime de **parceria** com **Poder Público**

Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por particulares, para desempenhar **serviços sociais não exclusivos do Estado**, com incentivo e fiscalização do poder público, mediante vínculo jurídico instituído por **termo de parceria** (Lei 9.790/99)

## 5. OSCIP



# CONTRATO DE GESTÃO

Instrumento inserido no Direito Administrativo a partir da reforma administrativa (também chamado pela doutrina de **Acordo-Programa**)

## 1. Conceito

Ajuste firmado entre a administração direta e:

- Órgão ou entidade da Administração Pública **CF, art. 37, § 8º** (incluído pela **EC 19/98**)
- Autarquia ou fundação pública **Lei 9.649/98**
- Organização social **Lei 9.637/98**



Obs.:

**X Não** possui características de **contrato**

Instrumento de controle por **resultado**

Contexto Administração gerencial

A **EC 19/98**, inseriu, no **§ 8º do art. 37**, a base constitucional para celebração do **contrato de gestão** com a **administração direta** e a **indireta**

Ligado ao **princípio da eficiência**, estabelece um meio para o **controle de resultados** da Administração Pública (**administração gerencial**)

### a) Órgão ou entidade da Administração Pública

#### Objetivo

Estabelecer o **controle de resultados** mediante

Fixação de metas de desempenho

Controles e critérios de avaliação de desempenho

**Ampliar** a **autonomia** gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades

A **Lei 9.649/98** autorizou o Poder Executivo a **qualificar** como **AGÊNCIA EXECUTIVA** a **autarquia** ou a **fundação pública** que, atendendo a determinados requisitos, celebre **contrato de gestão** com o ministério supervisor

Agência Executiva

**X Não** se trata de novo **tipo de pessoa jurídica**

✓ Trata-se de **QUALIFICAÇÃO** concedida às **autarquias** e às **fundações públicas**

#### Objetivo

Estabelecer o **controle de resultados**

**Ampliar** a **autonomia** gerencial, orçamentária e financeira das entidades qualificadas

### b) Autarquia ou fundação pública

#### Requisitos de qualificação

i. Ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento

Objetiva a melhoria da qualidade da gestão e a redução de custos

ii. Ter celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor

#### Qualificação

Concedida por **decreto** do Presidente da República

#### Contrato de Gestão

Celebrado com periodicidade mínima de **um ano**

Objetivos, metas e indicadores de desempenho da entidade

Estabelece

Recursos necessários e os critérios e instrumentos para avaliação do seu cumprimento

## 2. Celebrado com:

### c) Organização social

#### Objetivo

Estabelecer uma **relação de parceria** com entidades sem fins lucrativos (publicização)

**Restringir** a **autonomia** da pessoa privada

Ela passa a sujeitar-se às exigências contidas no contrato, ao atingimento dos resultados pactuados e ao controle relativo à gestão dos bens e dos recursos públicos a ela concedidos

O Poder Público destina recursos e cobra o atingimento de metas na prestação de serviços de interesse público

#### Contrato de Gestão

Estabelece um **vínculo de parceria**

i. Execução (compete à OS)

Programa de trabalho

Metas

Prazos de execução

Critérios objetivos de avaliação de desempenho

Envolve

ii. Fomento (compete ao Poder Público)

Recursos orçamentários

Bens públicos

Dispensada licitação

Permissão de uso

Cessão especial de servidor

# PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS I

## Princípio implícito

### 1. Supremacia do interesse público

#### a) Conceito

Nas relações jurídicas em que o Estado atue como representante da sociedade, seus interesses prevalecem contra interesses particulares

Declara a superioridade do interesse da coletividade, determinando a prevalência dele sobre o particular

#### b) Deve-se distinguir

i. Interesse **primário** do Estado

Interesse público propriamente dito

Dimensão pública dos interesses individuais

ii. Interesse **secundário** do Estado

Interesses Individuais do Estado

Somente válidos quando instrumentais ao interesse público

#### c) Consequências do princípio

#### PRERROGATIVAS

Presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos

Poder de império ou extroverso

Autoexecutoriedade dos atos administrativos

Outras

## Princípio implícito

### 2. Indisponibilidade do interesse público

#### a) Conceito

O interesse público, qualificado como próprio da coletividade, é indisponível, inapropriável

Na administração pública, os bens e interesses **não** estão à livre disposição da vontade do administrador

É a ordem legal que dispõe sobre a finalidade a que estão adstritos

#### b) Consequências do princípio

#### SUJEIÇÕES

Princípio da legalidade

Obrigatoriedade do desempenho da atividade pública

Inalienabilidade dos direitos concernentes a interesses públicos

Outras

## Princípio constitucional expresso (CF, art. 37, caput)

## Princípios Administrativos

### 3. Legalidade

Maria Sylvia

Para o particular

Significa **autonomia da vontade**

Pode fazer tudo o que a lei não proíbe

Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei

CF, 5º, II

Para administração pública

Significa **vontade legal**

A administração pública só pode fazer o que a lei permite

Hely Lopes

Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal

Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, na administração pública só é permitido fazer o que a lei autoriza

Celso Antônio

É princípio específico do Estado de Direito

Fruto da submissão do Estado à lei

Surge como decorrência natural da **indisponibilidade do interesse público**

Os interesses públicos são definidos pelo Legislativo, que representa o povo

Submissão da função administrativa (atos concretos) à função legislativa (atos gerais, impessoais e abstratos)

## Princípio constitucional expresso (CF, art. 37, caput)

### 4. Impessoalidade

Maria Sylvia

a) Com relação à administração pública

Os atos e provimentos administrativos são **imputados** ao órgão ou à entidade a que se vincula o agente público, não a ele próprio

As pessoas jurídicas expressam sua vontade por meio dos seus órgãos

**Teoria do órgão**

✓ **Relação de IMPUTAÇÃO**

A atividade dos órgãos identifica-se e relaciona-se com a da entidade

b) Com relação aos administrados

Relacionado ao **princípio da finalidade**

É sempre o interesse público que deve nortear o comportamento da administração

Qualquer ato da administração pública deve zelar pelo interesse público, não pessoal

Hely Lopes

É o mesmo **princípio da finalidade**

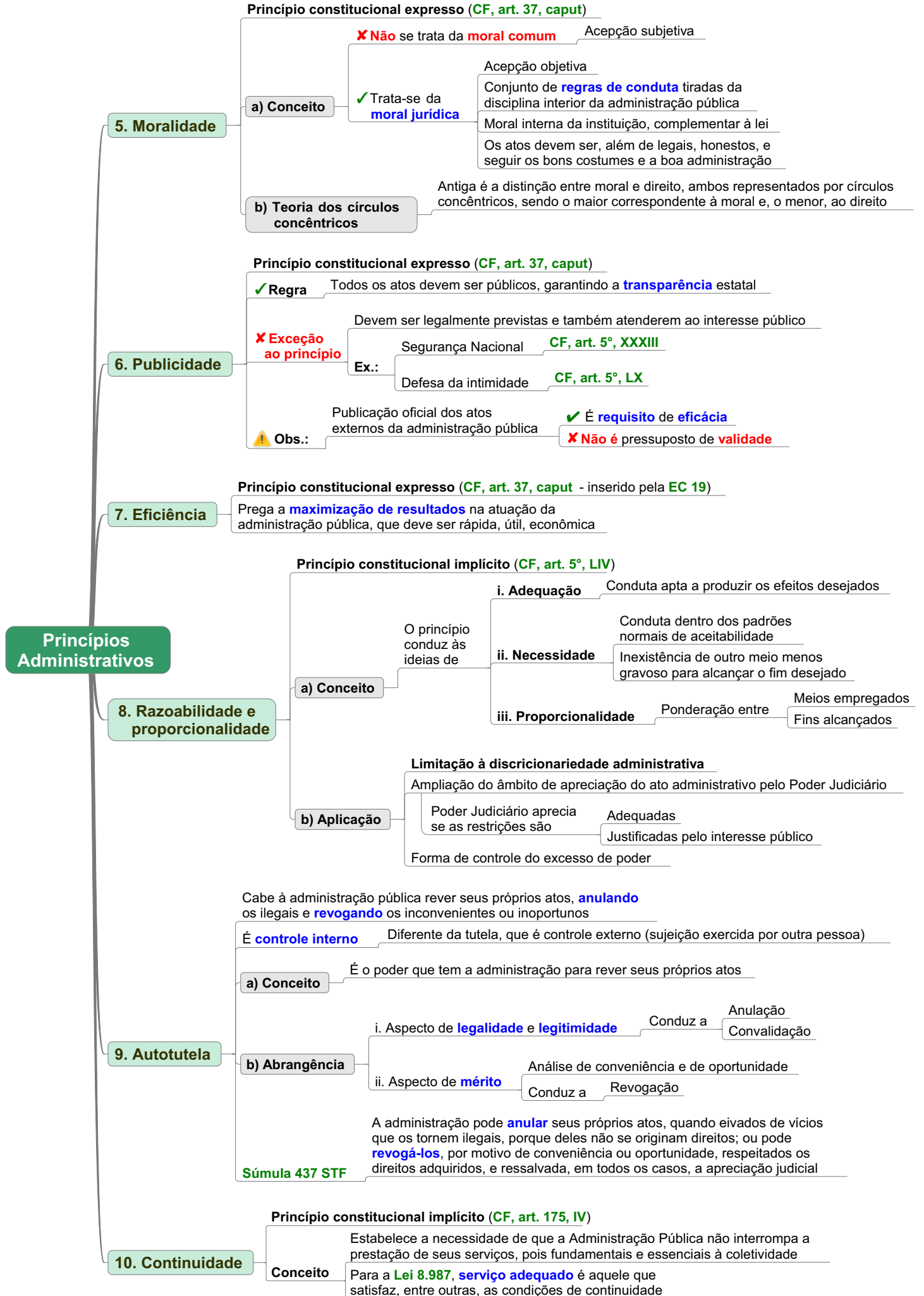
Impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu **fim legal**

A finalidade tem sempre como objetivo certo e inafastável o interesse público

Está entrelaçado com o **princípio da igualdade**

Impõe à administração tratar igualmente a todos que estejam na mesma situação fática e jurídica

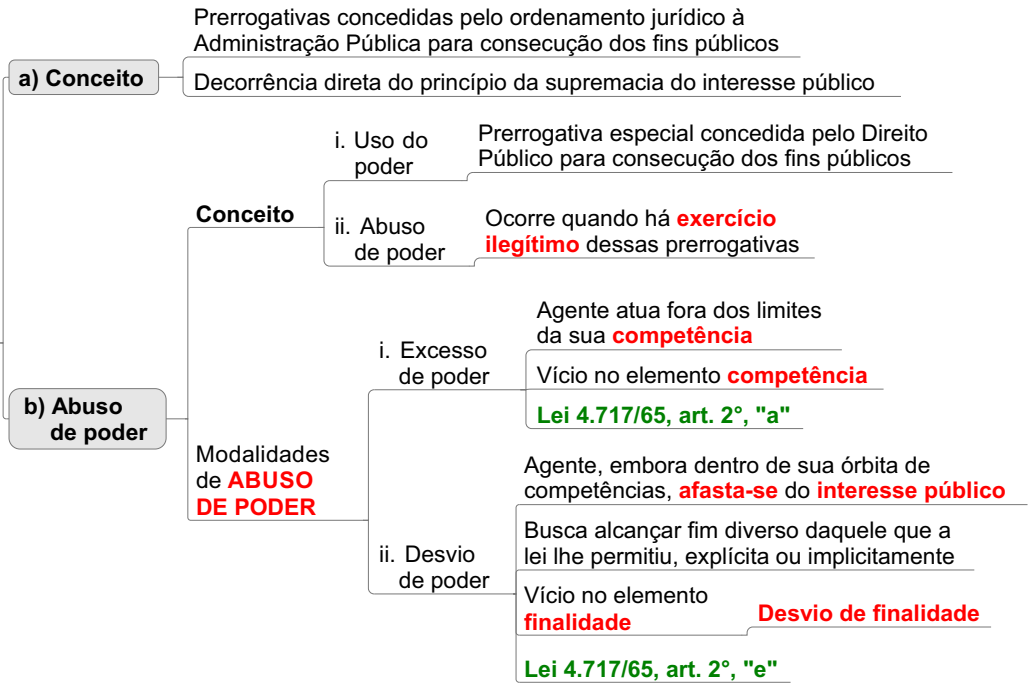
# PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS II



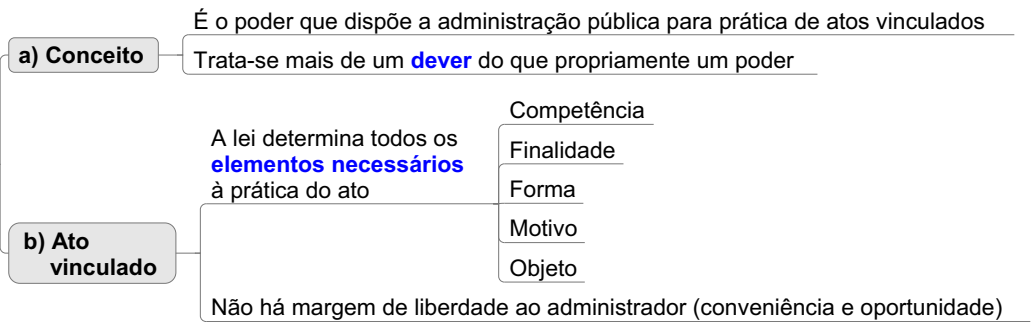
# PODERES ADMINISTRATIVOS I

## Poderes Administrativos

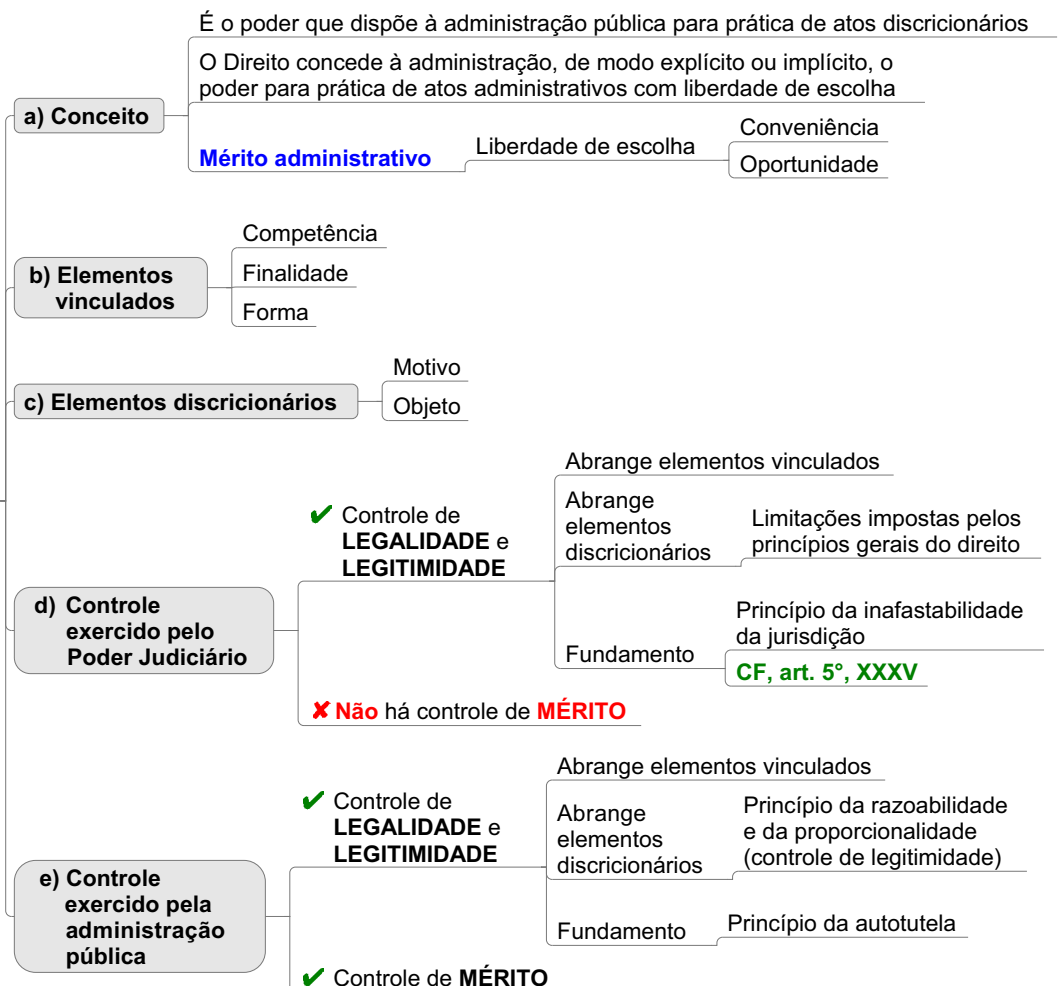
### 1. Noções introdutórias



### 2. Poder vinculado



### 3. Poder discricionário

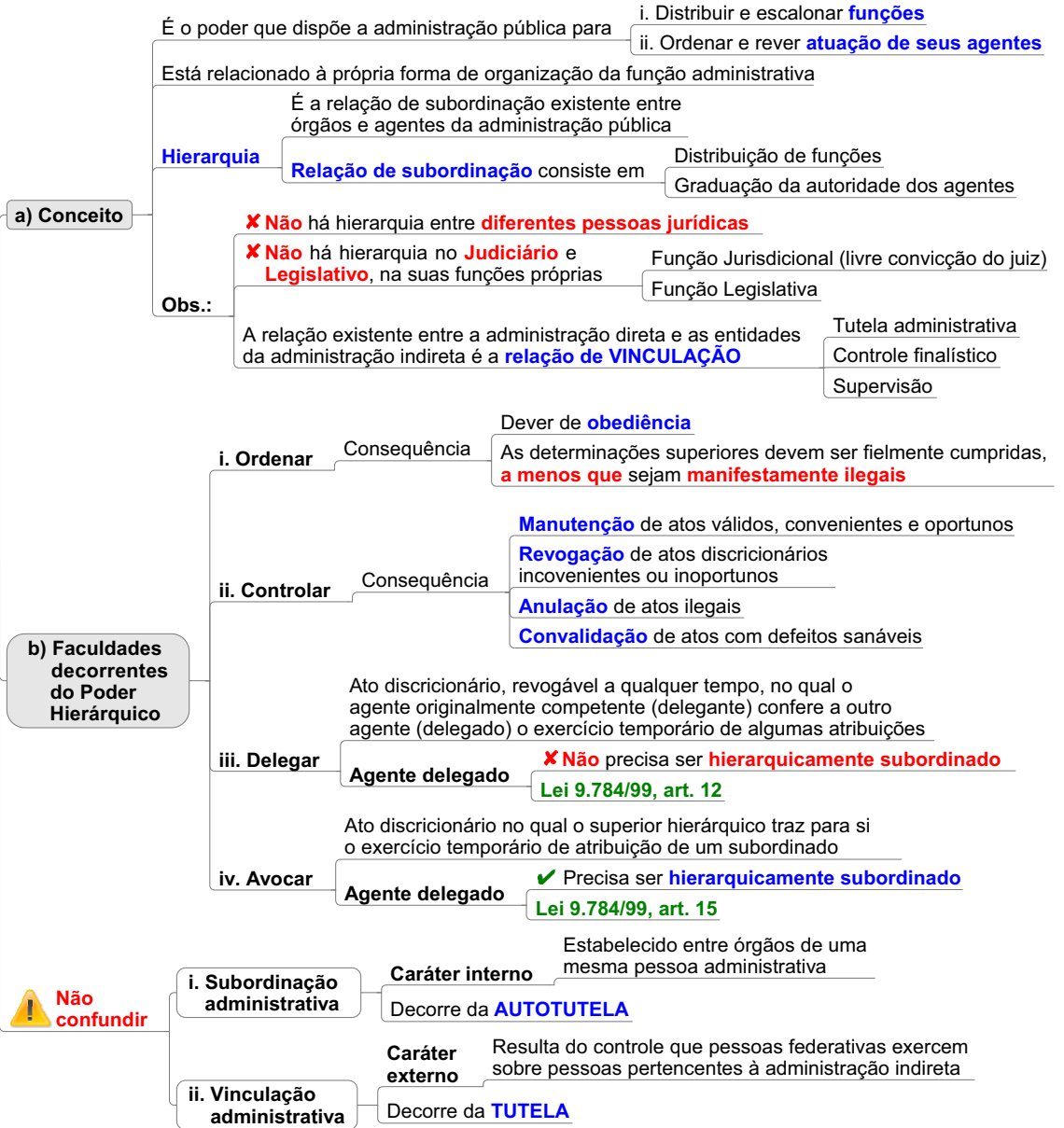




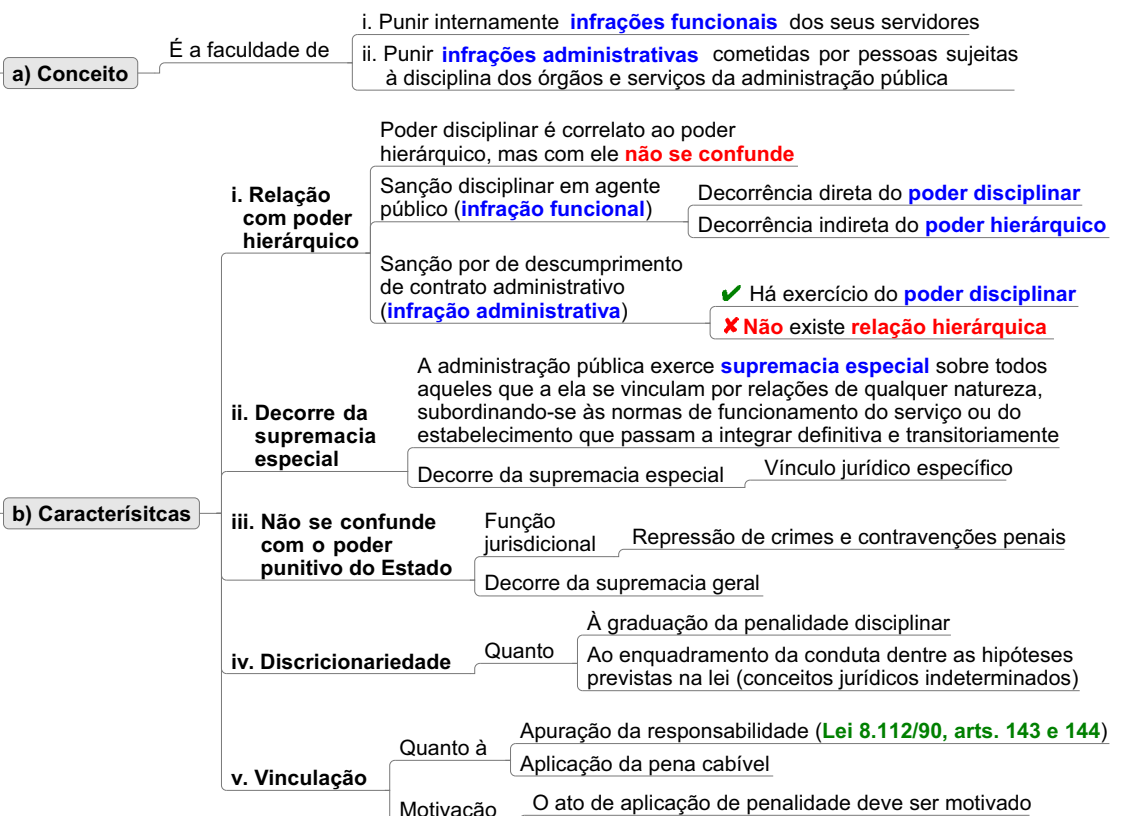
## PODERES ADMINISTRATIVOS II

### Poderes Administrativos

#### 4. Poder Hierárquico



#### 5. Poder Disciplinar



## PODERES ADMINISTRATIVOS III

Prerrogativa conferida ao **chefe do Poder Executivo** para editar decretos e regulamentos para a fiel execução das leis (**CF, art. 84, IV**)

A competência para expedição dos decretos ou regulamentos de execução não é passível de delegação (**CF, art. 84, p. único**)

É espécie do gênero **poder normativo**

Prerrogativa conferida à **administração pública** para editar atos normativos gerais e abstratos para complementar as leis e permitir sua efetiva aplicação

### 6. Poder Regulamentar

#### a) Conceito

⚠️ **Obs.:**

#### Poder normativo

#### Poder regulador

Competência para

Regulamentação técnica

Mediante parâmetros previamente estabelecidos na lei

Âmbito

Atividades administrativas de alta complexidade técnica

#### b) Formas de controle

##### i. Controle legislativo

Decreto Legislativo

Susta atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (**CF, art. 49, V**)

##### Do decreto regulamentar

Existência de lei

É ato normativo derivado

Controle de legalidade e legitimidade

##### ii. Controle jurisdicional

##### Do decreto autônomo

Inexistência de lei

É ato normativo originário

Controle de constitucionalidade

(STF)

2 Pressupostos

Caráter Normativo

Caráter Autônomo

#### c) Limites

✗ Não pode criar **direitos** e **obrigações**

Ato normativo extrapola os limites da lei

✗ Não pode contrariar os comandos **legais**

Princípio da legalidade (**CF, art. 5º, II**)

## Poderes Administrativos

#### a) Conceito

Faculdade que dispõe a administração pública para condicionar ou restringir o uso e o gozo de bens, direitos e atividades individuais em benefício da coletividade ou do Estado

#### b) Incidência

✓ Incide sobre

**Bens**

**Direitos**

**Atividades**

✗ Não incide sobre **PESSOAS**

⚠️ **Obs.:**

**Polícia**

##### Órgãos administrativos

✓ **Polícia administrativa**

Incide sobre bens, direitos e atividades

Incide no âmbito das infrações administrativas

##### Órgãos de segurança (corporações especializadas)

**Polícia de manutenção da ordem pública**

Incide diretamente sobre **pessoas**

**Polícia judiciária**

Incide no âmbito dos ilícitos penais

✗ Não se trata do poder de polícia estudado no Direito Administrativo

#### c) Atributos

##### i. Discricionariedade

##### ii. Autoexecutoriedade

**Exceto** na cobrança de **multas**

##### iii. Coercibilidade

Não se aplica a todos os casos

#### d) Meios de atuação

##### i. Expedição de normas limitadoras e sancionadoras da conduta

Poder legislativo estabelece, por lei, as limitações administrativas

Fixa

Condições  
Requisitos

A administração pública expede **atos normativos**, regulamentares às leis

A administração pública expede **atos negociais** (de consentimento)

Outorga o **ALVARÁ**

**Alvará de licença**

Definitivo e vinculante

**Alvará de autorização**

Precário e discricionário

##### ii. Fiscalização das atividade e bens sujeitos ao controle da administração pública

Expedição de **atos punitivos** (sancionatórios)

Multa

#### e) Competência

Tem competência para policiar a entidade que dispõe do poder de regular a matéria

# ATOS ADMINISTRATIVOS - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Os atos administrativos são espécie do gênero **ato jurídico**

## ATO JURÍDICO

Manifestação unilateral de vontade, **sem conteúdo negocial**, que determina a produção de efeitos **legalmente** previstos

## Hely Lopes

Ato administrativo é toda **manifestação unilateral de vontade** da administração pública que, agindo nesta qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si próprio

## Maria Sylvia

Declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário

## 1. Conceito

### Elementos

#### i. Subjetivo

I - Agentes da administração pública **Ex.: Servidores públicos**

II - Delegatários **Ex.: Promoção expropriatória**

#### ii. Objetivo

Produção de efeitos jurídicos com fim público

#### iii. Regime jurídico

Direito público



**Categorias de atos** existentes no exercício da **atividade pública**

i. Atos Legislativos **Elaboração de normas primárias**

ii. Atos Judiciais **Aplicação das normas na solução de conflitos de interesse**



**iii. Atos administrativos**

**Aplicação das normas no caso concreto, na gestão dos interesses coletivos**

## Atos Administrativos

## 2. Atos da Administração

Na sua acepção mais ampla, **atos da administração** se referem a todos os atos praticados pela Administração Pública

Abrangem

#### i. Atos jurídicos

I - De direito privado

II - De direito público **✓ Atos administrativos**

#### ii. Atos ajurídicos

I - Atos materiais

São atos de mera execução de determinações administrativas

Não têm como conteúdo uma manifestação de vontade

**Ex.: Construção de uma escola**

II - Atos de conhecimento, opinião, juízo e valor

# CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

## Classificação dos Atos Administrativos

### 1. Quanto à imperatividade

- a) **Atos de império** — Impostos ao particular, independentemente de seu consentimento
- b) **Atos negociais** — Resultam do consentimento de ambas as partes (administração pública e particular)  
Ex.: Licença, autorização, nomeação, exoneração a pedido

### 2. Quanto à formação da vontade

- a) **Simplex** — Declaração de vontade de um único órgão
- b) **Complexos** — Manifestação de vontade de dois ou mais órgãos  
Vontades se fundem para formar **único ato** (requisito de **perfeição**)  
Conjugação de vontades — Vontades **autônomas**
- c) **Compostos** — Manifestação de vontade de dois ou mais órgãos  
**Dois atos** — **Principal** **Autônomo** (determina o **conteúdo** do ato)  
**Acessório** **Instrumental** (**autoriza** o ato, ou lhe confere **eficácia**)

### 3. Quanto aos destinatários

- a) **Gerais** — **Destinatários** Incertos  
Indeterminados  
Atinge quantidade indeterminada de pessoas que se encontram na mesma situação fática  
Atos **normativos** — Ex.: Regulamentos, portarias
- b) **Individuais** — **Destinatários** Certos  
Determinados  
Atinge destinatários individualizados, definidos, mesmo coletivamente  
Produzem efeito jurídico no caso concreto  
Atos **concretos** — Ex.: Nomeação  
Licença  
Autorização

### 4. Quanto à exequibilidade

- a) **Perfeito** — Completou ciclo de formação  
Está em condições de produzir efeitos
- b) **Imperfeito** — Não completou ciclo de formação  
Ex.: Ausência de homologação
- c) **Pendente** — **Perfeito**, mas sujeito a **condição** ou **termo** para que produza efeitos
- d) **Consumado** — Já exauriu seus efeitos

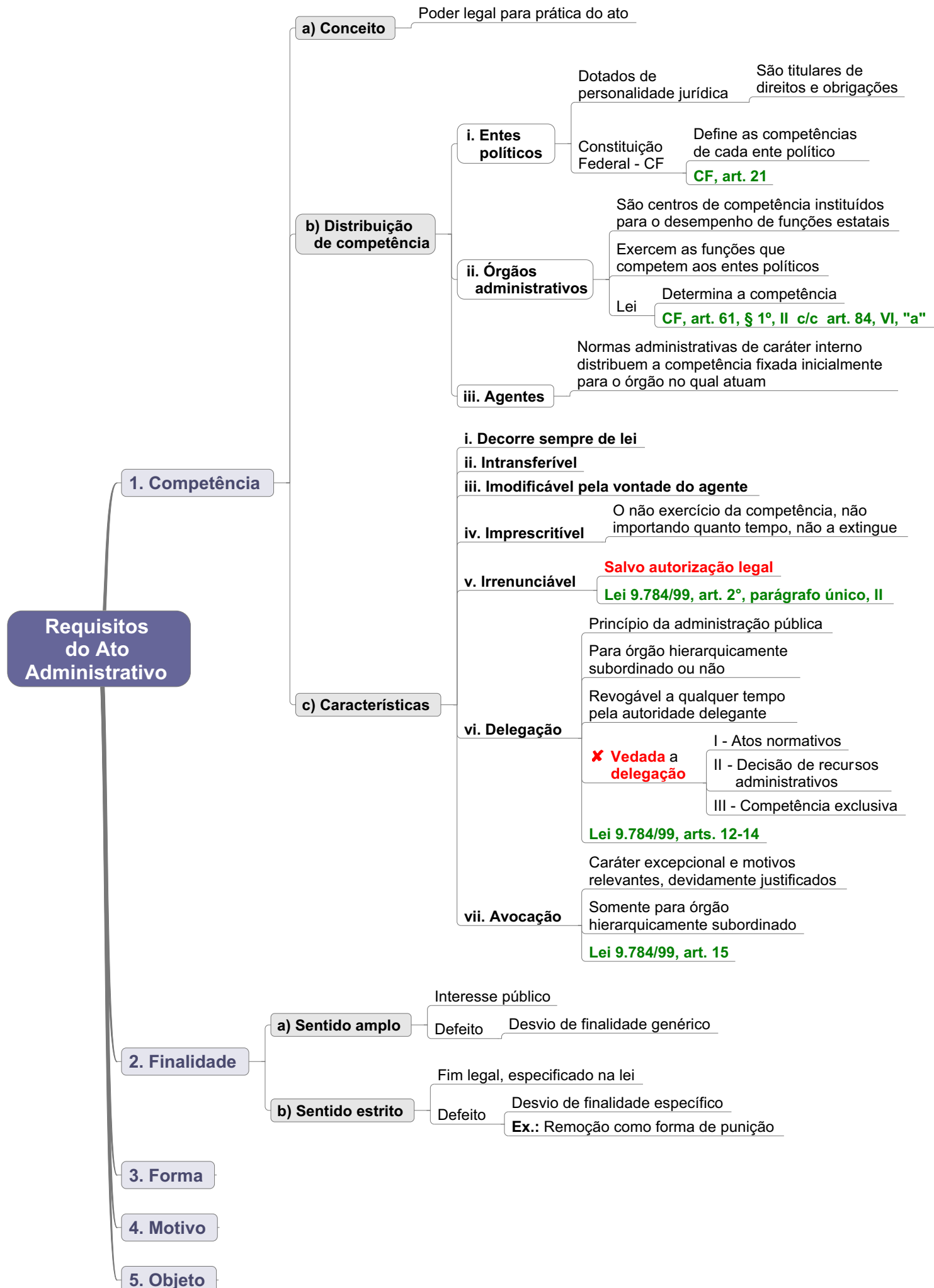
### 5. Quanto aos efeitos

- a) **Constitutivo** — É aquele em que a Administração cria, modifica ou extingue direitos  
Ex.: Permissão, autorização
- b) **Declaratório** — É aquele em que a Administração apenas reconhece direito existente  
Ex.: Licença
- c) **Enunciativo** — Atesta ou reconhece situação de fato ou de direito  
Encerram juízo, conhecimento, opinião  
Meros atos administrativos

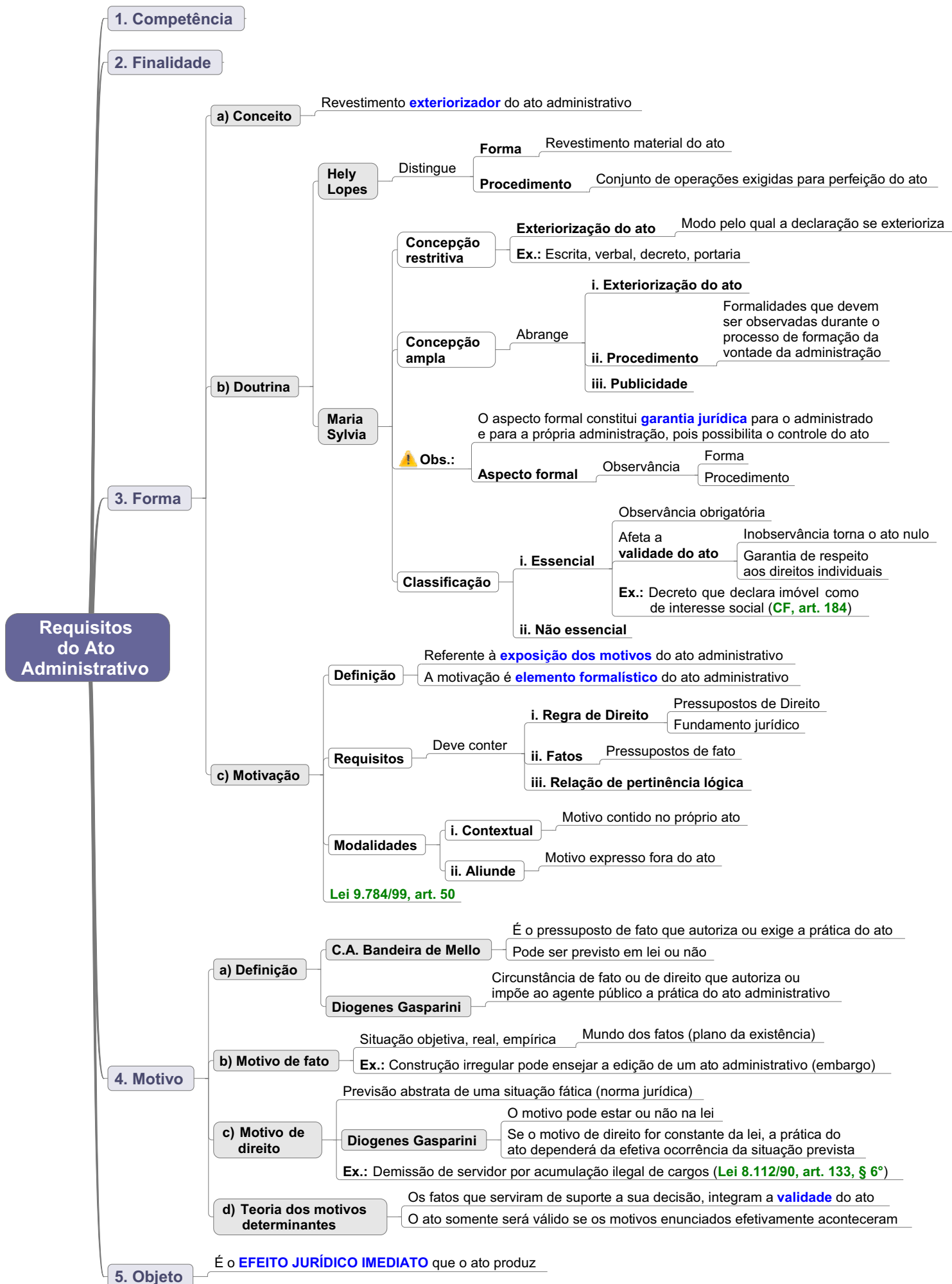
### 6. Quanto à validade e existência

- a) **Válido** — É o que está em total conformidade com o ordenamento jurídico
- b) **Nulo** — Afetado de **vício insanável**
  - Infringência à lei
  - Infringência aos princípios do direito público
  - Sistema dicotômico (teoria dualista)
    - i. **Atos nulos** — Nulidade **absoluta**  
Vício **insanável** ✗ Não pode ser **convalidado**
    - ii. **Atos anuláveis** — Nulidade **relativa**  
✓ Pode ser **convalidado**  
Vício **sanável** — **Competência** não exclusiva  
**Forma** não essencial
- c) **Inexistente** — Apenas tem aparência de manifestação regular da administração  
Não chega a se aperfeiçoar como ato administrativo  
Equiparam-se aos atos nulos e se subordinam às mesmas regras de invalidação  
Ex.: Ato praticado por usurpador de função pública

# REQUISITOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS I

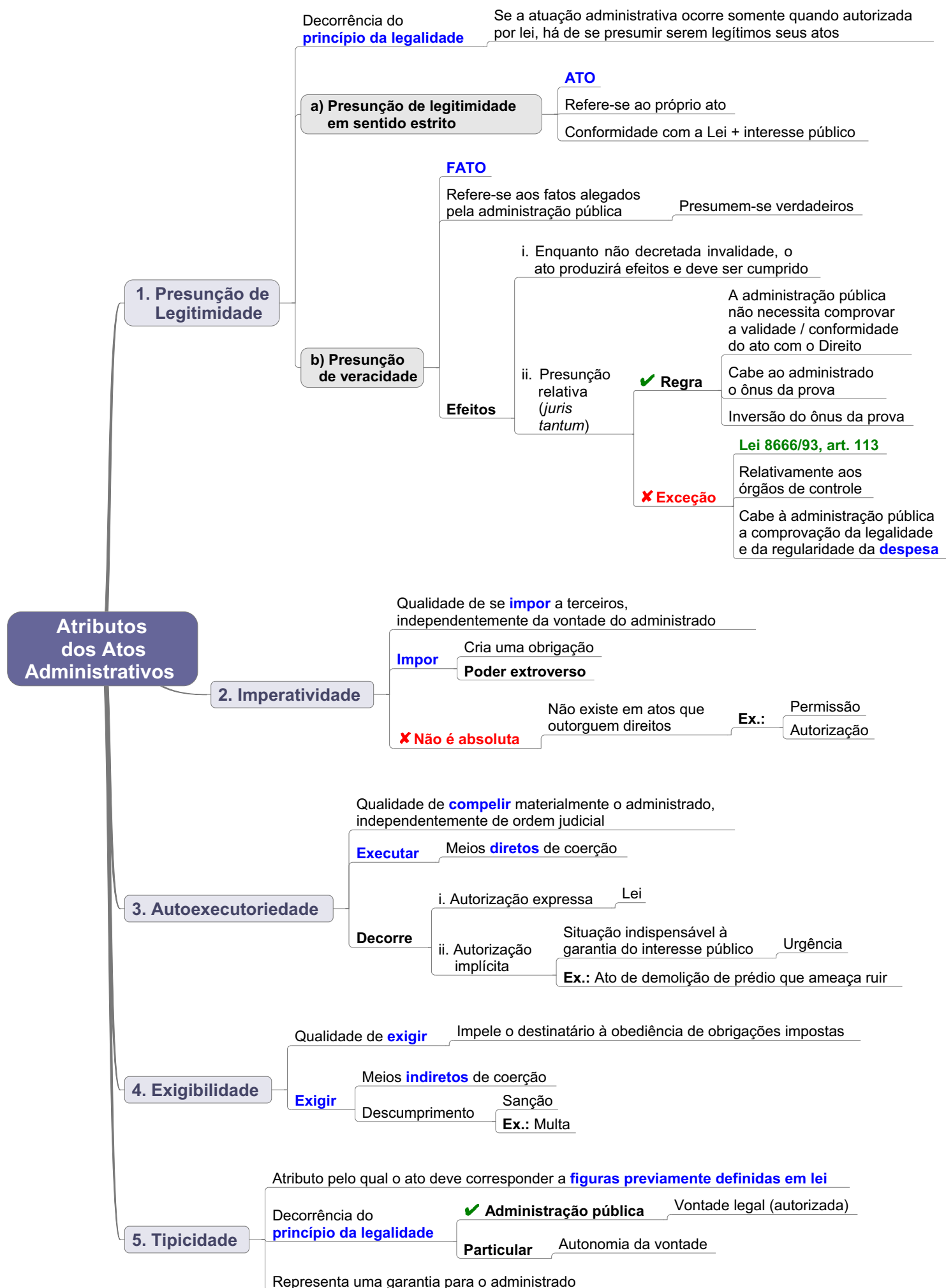


## REQUISITOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS II





# ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS



# ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS I

Os **atos normativos** contêm determinações **gerais, impessoais e abstratas**

## 1. Normativos

### a) Decreto

#### i. Normativo / Geral

I - Independente ou autônomo **CF, art. 84, VI**

II - Regulamentar ou de execução **CF, art. 84, IV**

#### ii. Específico / Individual

**✗ Não é ato normativo**

Ato de efeito concreto, pois provê situações particulares

Ex.: Nomeação e exoneração  
Desapropriação

### b) Regimento

Atos administrativos normativos de atuação **interna**

Se destinam a reger o funcionamento de órgãos e corporações legislativas

### c) Instrução normativa

Expedidos por Ministros de Estado para execução das leis, regulamentos e decretos

**CF, art. 87, II**

Obs.: Outros exemplos: Resoluções, deliberações e portarias

## 2. Ordinatórios

Disciplinam o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes

Emanam do **poder hierárquico**

Abrangência **interna**

Ex.: Instruções, circulares, avisos, portarias, ordens de serviço, despacho

São aqueles pelo qual a Administração apenas atesta ou reconhece determinada situação de fato ou de direito (declara o que já existe)

## 3. Enunciativos

### a) Parecer

#### i. Facultativo

Solicitação a critério da administração

**Caráter opinativo** Autoridade não está vinculada ao seu teor (**✗ não é ato administrativo**)

#### ii. Obrigatório

Lei exige como pressuposto para prática do ato

Obrigatoriedade quanto à solicitação

**Caráter opinativo** Autoridade não está vinculada ao seu teor (**✗ não é ato administrativo**)

#### iii. Vinculante

Administração é obrigada a solicitá-lo e a acatar sua decisão

**Perdem o caráter opinativo** **✓ É ato administrativo**

Ex.: Junta médica oficial  
**Lei 8.112/90, art. 25, I**

### b) Certidão

Declaração de conhecimento

### c) Apostila

Enunciam ou declaram situação anterior criada por lei

**Obs.: Doutrina**

Os atos enunciativos de **caráter opinativo** são **meros atos administrativos**, pois encerram juízo, conhecimento ou opinião e não manifestação de vontade produtora de efeitos jurídicos

**✗ Não são atos administrativos** propriamente ditos e puros

## Espécies de Atos Administrativos

## ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS II

Declaração da vontade do Poder Público coincidente com a pretensão do particular

✗ Não possuem o atributo de **IMPERATIVIDADE**

Interesse recíproco da Administração e do administrado

Ato administrativo **vinculado** e **definitivo**, pelo qual o Poder Público, verificando que o interessado atendeu todas as exigências legais, faculta-lhe:

- i. O desempenho de atividades
- ii. A realização de fatos materiais antes vedados ao particular

### a) Licença

#### Características

##### i. Vinculado

Lei estabelece os requisitos para sua formação

Direito individual do requerente

**Ato declaratório** de direito

##### ii. Definitivo

Praticado em face de um direito individual do requerente

Ex.: Licença para o exercício de profissão, alvará para construção de uma obra

Ato administrativo **discricionário** e **precário**, por meio do qual o Poder Público torna possível ao pretendente

- i. A realização de certa atividade, serviço
- ii. A utilização de determinados bens particulares ou públicos

Interesse Exclusivo ou predominante interesse do pretendente

Conforme critérios de **conveniência** e **oportunidade**

Surge de uma liberalidade da administração pública

✗ Não há **direito subjetivo** a sua obtenção

**Ato constitutivo**

##### i. Discricionário

##### ii. Precário

Podem ser revogados a qualquer tempo

### b) Autorização

#### Hipóteses

##### i. Ato de polícia administrativa

Atividade privada que necessita de consentimento público

Ex.: Porte de arma  
Produção e comércio de material bélico

##### ii. De uso de bem público

Faculta ao particular a utilização de um bem público

Ex.: Utilização de vias públicas para feiras livres

##### iii. De serviço público

Delega ao particular a exploração de serviço público, a título precário

Ex.: Autorização para prestação de serviço de táxi

### c) Permissão

✓ **Uso de bem público**

Ato administrativo **discricionário** e **precário**, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização privativa de bem público

Interesses concorrentes do permitente, do permissionário e do público



**Permissão de serviços públicos**

✗ Não é ato administrativo

✓ **Contrato administrativo (Lei 8.987/95)**

## 4. Negociais

## Espécies de Atos Administrativos

Visam **punir** e **reprimir** infrações administrativas

### a) De atuação externa

- i. Multa
- ii. Interdição de atividade
- iii. Destruição de coisa

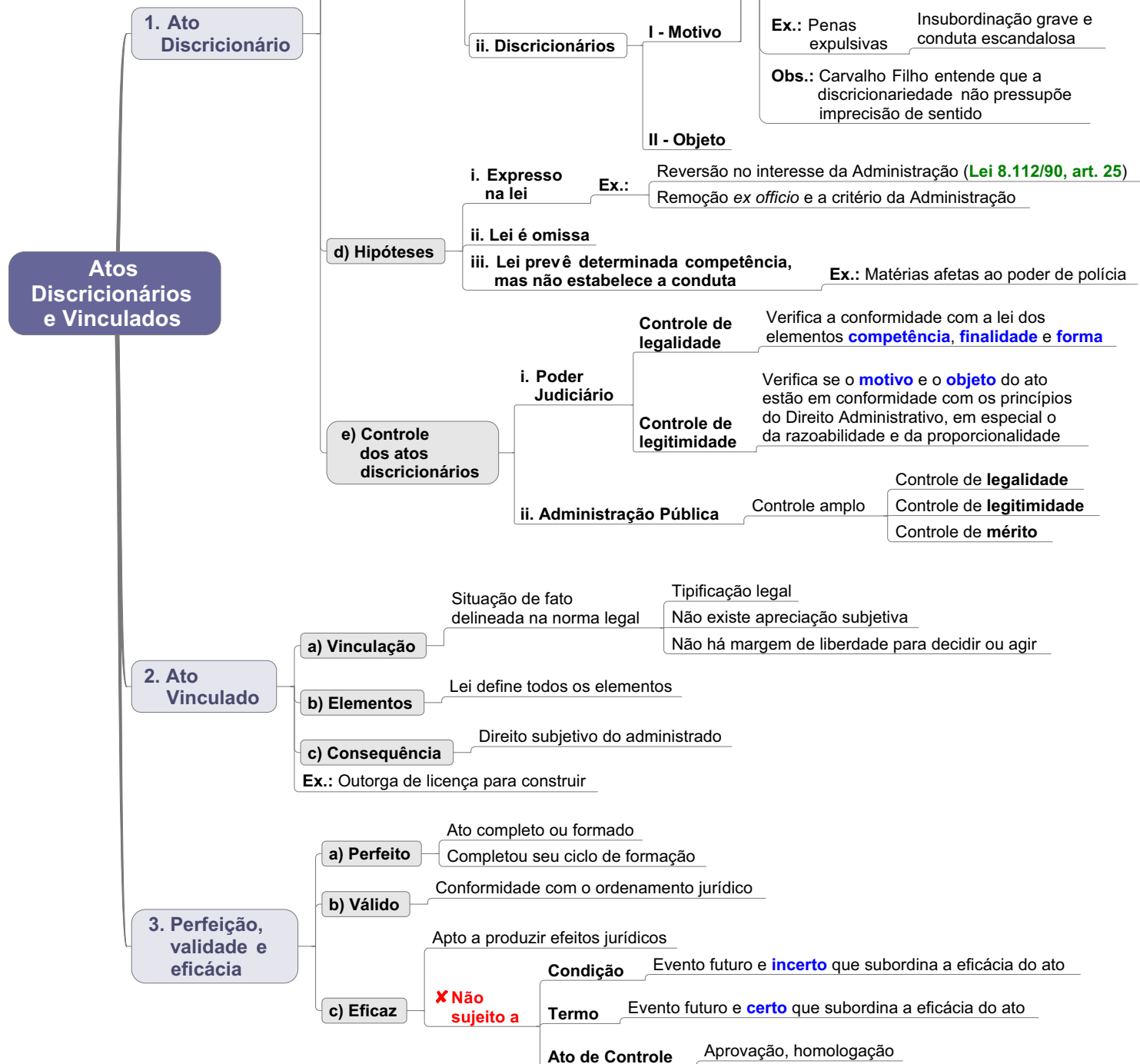
### b) De atuação interna

Visam a disciplina dos servidores

Conforme estabelecido no regime jurídico a que estão sujeitos

## 5. Punitivos

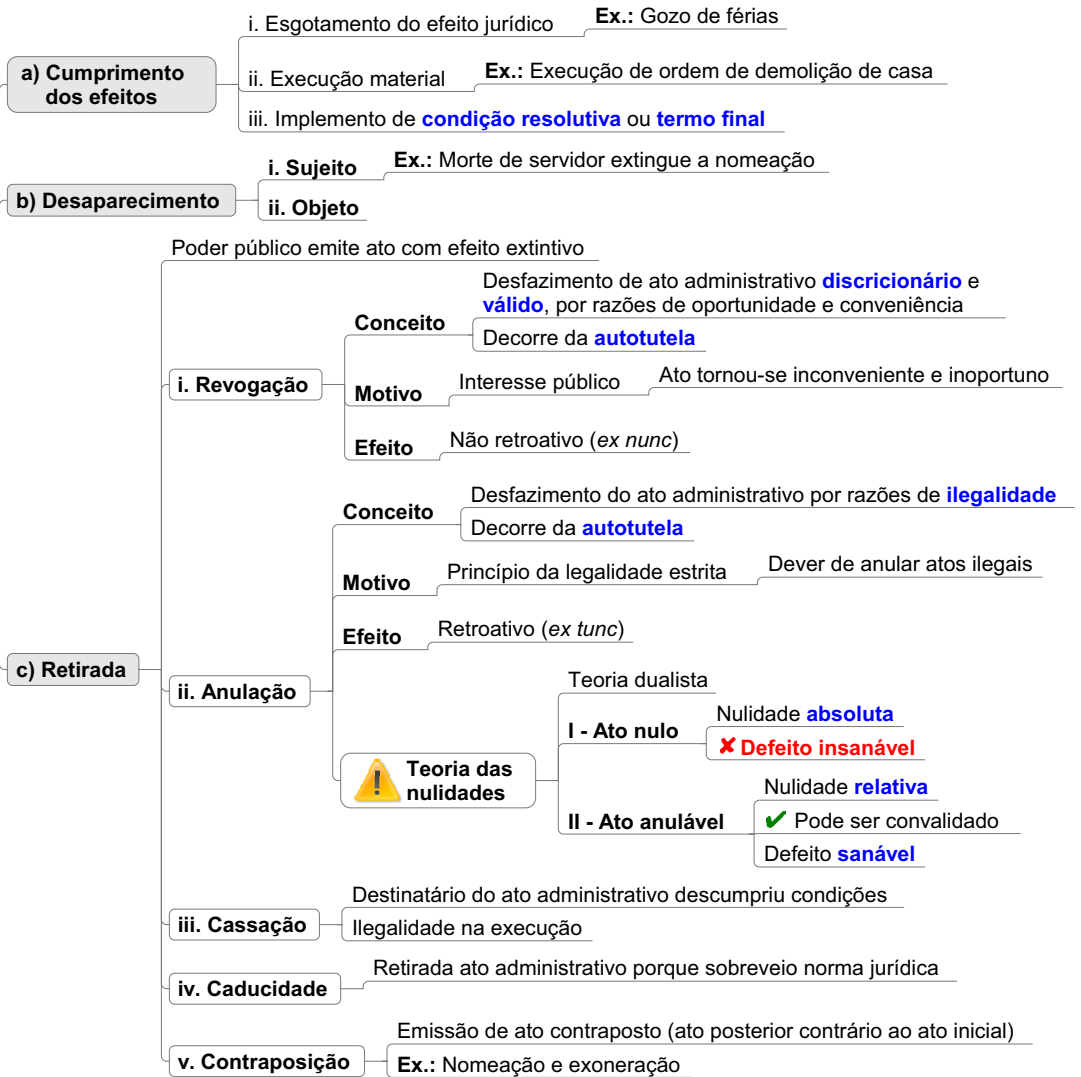
# ATOS DISCRICIONÁRIOS E VINCULADOS



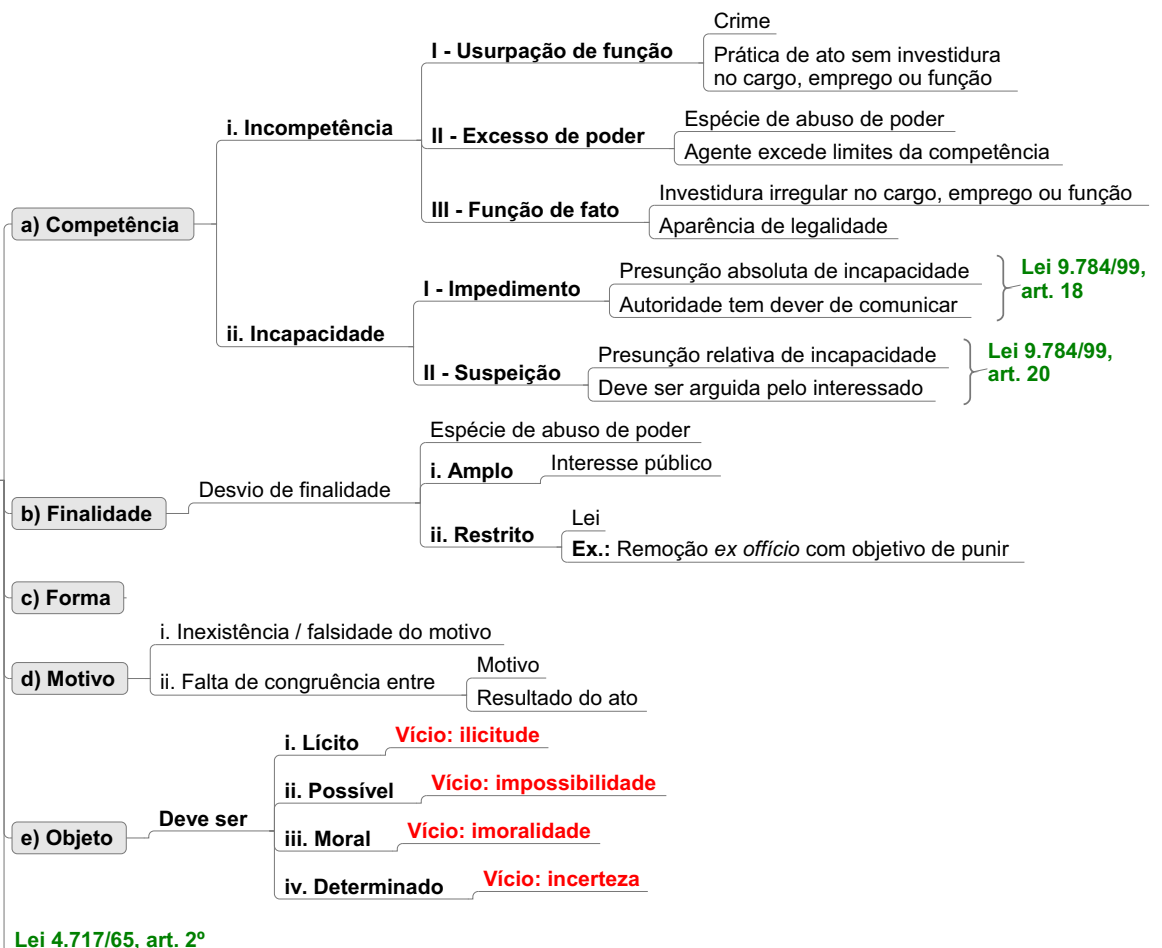
# FORMAS DE EXTINÇÃO E VÍCIOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

## Formas de Extinção e Vícios

### 1. Formas de extinção



### 2. Vícios do ato



Lei 4.717/65, art. 2º

# LICITAÇÕES

Licitação é um procedimento administrativo mediante o qual a administração pública seleciona a **proposta mais vantajosa** para o contrato

## 1. Conceito

Decorre diretamente do

- i. Princípio da **legalidade**
- ii. Princípio da **indisponibilidade do interesse público**

Sujeições

## 2. Finalidade da licitação

- i. Selecionar a **proposta mais vantajosa** para a administração

melhor relação

**Custo**

Onerosidade

**Benefício**

Qualidade

**Lei 8.666/93, art. 3º**

- ii. Assegurar a observância do princípio constitucional da **isonomia**

Competição

- iii. Promover o **desenvolvimento nacional sustentável**

Refere-se a quem se submete à legislação de licitação pública (abrangência subjetiva) e para quais hipóteses (abrangência objetiva)

## Licitações

## 3. Abrangência

### a) Objetiva (o quê)

**C.A.S.O**

Compras  
Alienações  
Serviços  
Obras

**CF, art. 37, inc. XXI**

**Locações**

**Lei 8.666/93, art. 1º**

**Concessões e permissões**

- i. De uso de bens públicos

Aplicação subsidiária da **Lei 8.666/93** (casos que não conflitem com a legislação específica)

**Lei 8.666/93, art. 124**

- ii. De serviço público

Legislação específica

**Lei 8.987/95**

**Lei 11.079/04**

### b) Subjetiva (quem)

- i. Administração direta

- ii. Administração indireta

- I - **Repartições** sediadas no **exterior** devem observar:

1. **Peculiaridades locais**; e

2. Os **princípios básicos** da Lei 8.666/93, na forma de **regulamentação específica**

**Lei 8.666/93, art. 123**

- II - Empresa pública e sociedade de economia mista **exploradoras de atividade econômica**

Submetem-se à **Lei 8.666/93**, enquanto não editado o estatuto jurídico previsto no **art. 173, § 1º, da CF**

✓ **Regra**

**Ressalva:** podem prescindir da Lei 8.666/93

1. Para contratações de bens e serviços que constituam sua **atividade-fim**; e

2. Nos casos em que a lei constitua óbice intransponível à **atividade comercial** da estatal

**STF**

Petrobrás

Utiliza o Regulamento de Procedimento Licitatório Simplificado

**Decreto 2.745/98 c/c art. 67 da Lei 9.478/97**

- III - Entidades paraestatais

✗ Não integram a **Administração Pública** em sentido formal

✗ Não se sujeitam à **Lei 8.666/93**

✓ Mas devem seguir os **princípios** da Administração Pública para a contratação

### c) Normas

**CF, art. 22, XXVII**

**CF, art. 37, XXI**

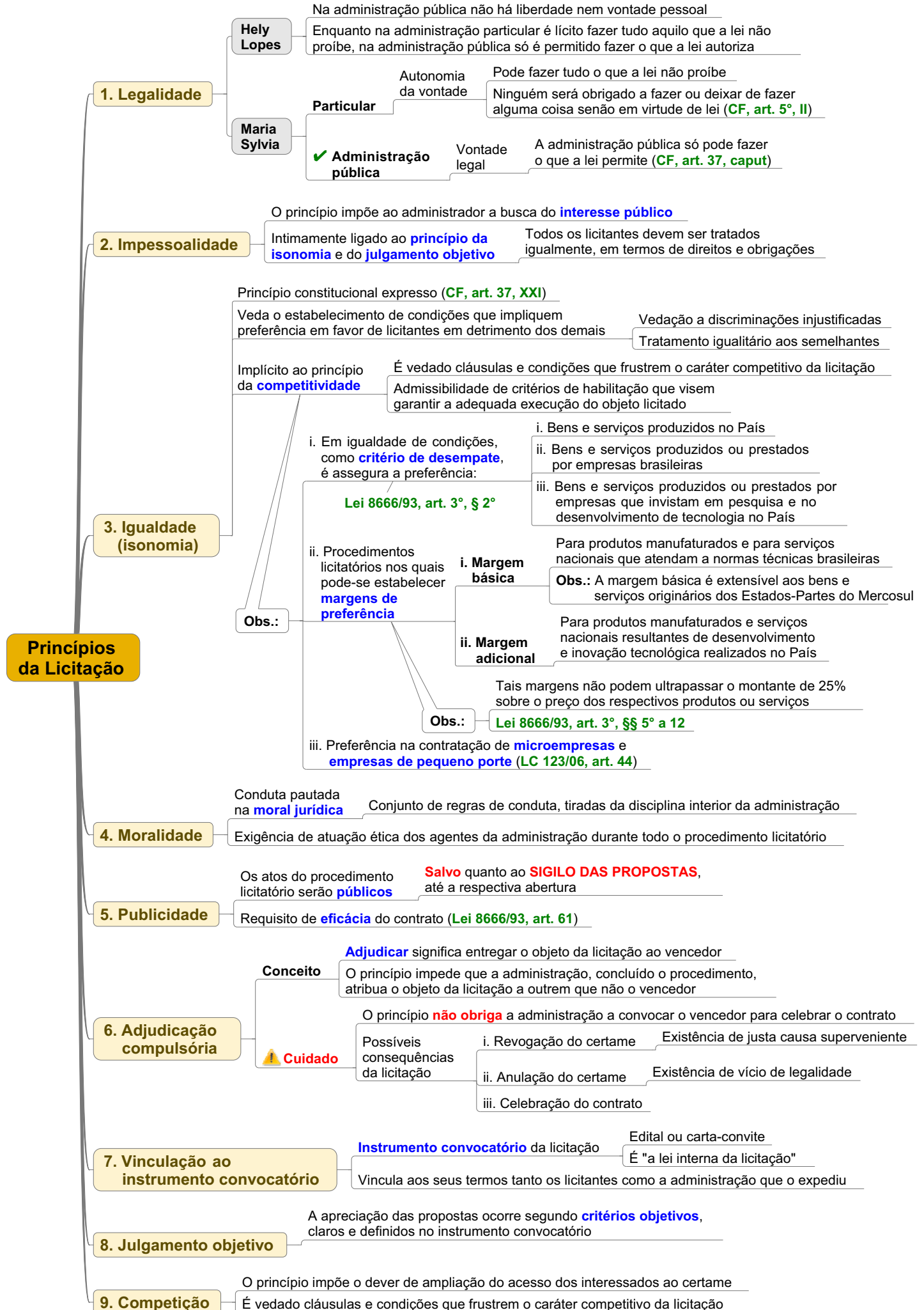
**CF, art. 173, § 1º, III**

**Lei 8.666/93**

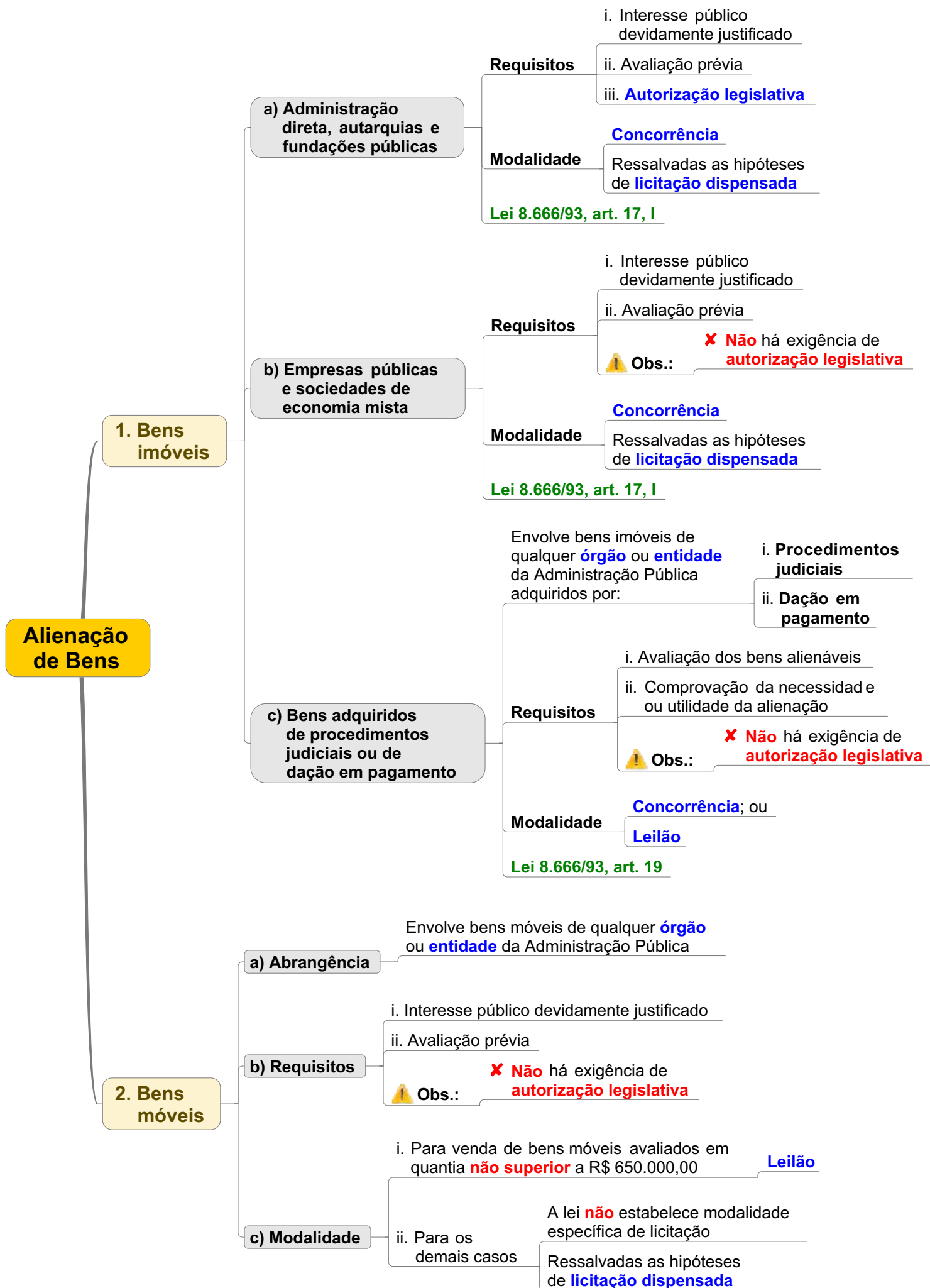
**Lei 10.520/02**



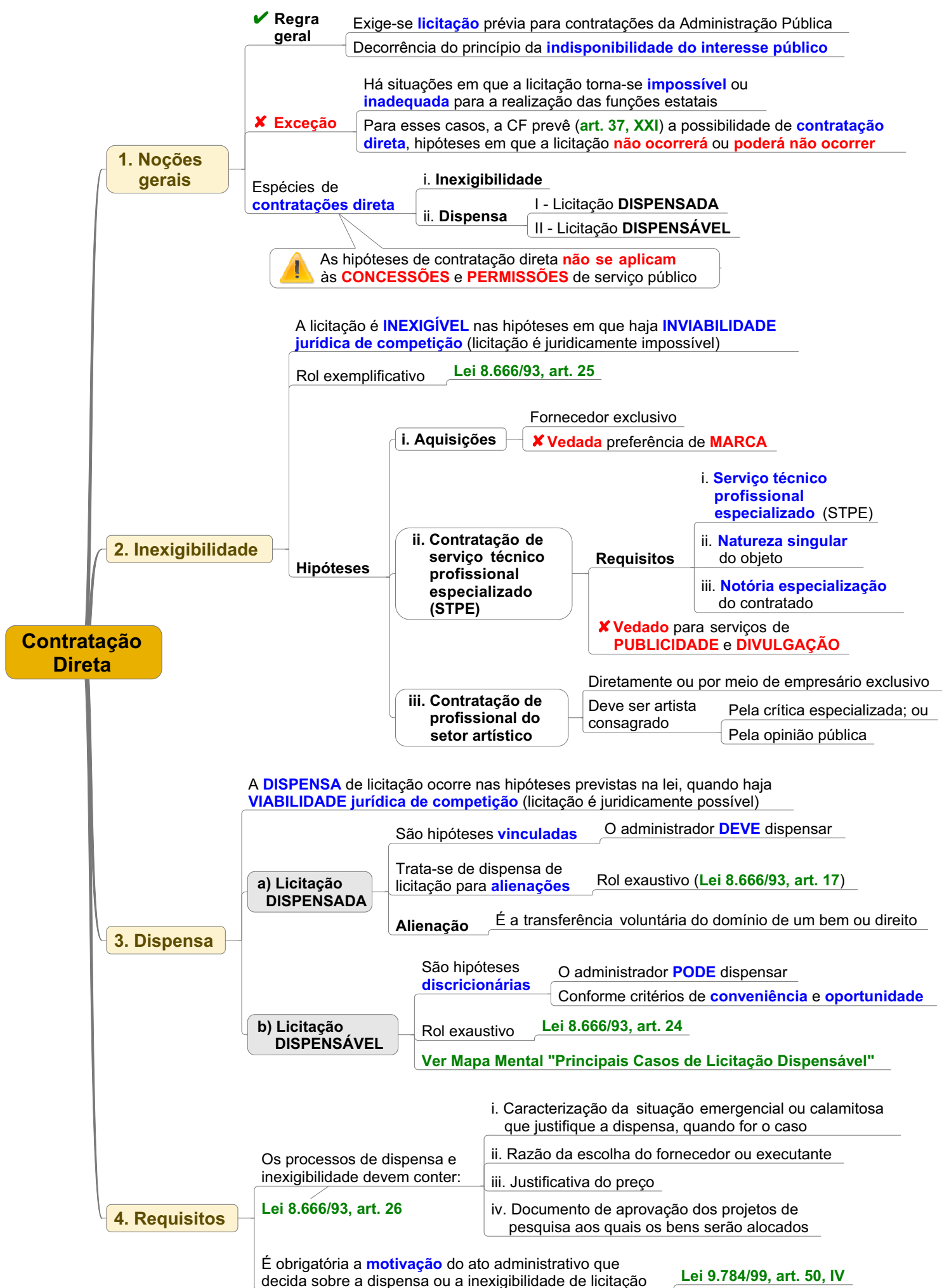
# PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO



# ALIENAÇÃO DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



# CONTRATAÇÃO DIRETA



# PRINCIPAIS CASOS DE LICITAÇÃO DISPENSÁVEL

## Licitação Dispensável



# MODALIDADES DE LICITAÇÃO I

Procedimento licitatório adotado em razão da **estimativa da contratação**

## 1. Concorrência

### Abrangência

#### Sujeito

Qualquer interessado que comprove requisitos mínimos

Exige **habilitação preliminar**

#### Objeto

i. Obras e serviços de engenharia **acima de R\$ 1.500.000,00**

ii. Compras e serviços que **não** sejam de **engenharia acima de R\$ 650.000,00**

iii. Compra e alienação de bens imóveis

iv. Concessões de direito real de uso

v. Licitações internacionais



**Obs.:** A concorrência se aplica aos casos em que couber tomada de preços e convite

Procedimento licitatório adotado em razão da **estimativa da contratação**

## 2. Tomada de preços

### Abrangência

#### Sujeito

i. Interessados devidamente cadastrados

Exige **cadastro**

Corresponde à fase de habilitação

É prévio

ii. Interessados não cadastrados que atenderem condições exigidas para o cadastramento

Até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas

#### Objeto

i. Obras e serviços de engenharia **até R\$ 1.500.000,00**

ii. Compras e serviços que **não** sejam de **engenharia até R\$ 650.000,00**

iii. Licitações internacionais

Se a administração possuir cadastro internacional



**Obs.:** A tomada de preços se aplica aos casos em que couber convite

Procedimento licitatório adotado em razão da **estimativa da contratação**

## Modalidades de licitação

## 3. Convite

### a) Abrangência

#### Sujeito

i. **Convidados** interessados do ramo pertinente ao seu objeto

Cadastrados ou não  
No número mínimo de 3 participantes

ii. **Cadastrados** que manifestarem interesse

Até 24 horas antes do prazo para entrega das propostas

#### Objeto

i. Obras e serviços de engenharia **até R\$ 150.000,00**

ii. Compras e serviços que não sejam de engenharia **até R\$ 80.000,00**

iii. Licitação internacional, quando **não** houver **fornecedor do bem** ou **serviço** no país

### b) Número de propostas



**Regra geral**

Se não houver pelo menos 3 propostas, repete o convite



**Exceção**

Limitações de mercado

Manifesto desinteresse dos convidados

### c) Publicidade

Feita diretamente aos convidados

### d) Instrumento convocatório



**Carta-convite**



**Não há edital**



**Obs.:**

Se couber convite, a administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência



**Obs.:**

### Parcelamento do objeto



**É princípio** (deve ser observado)

**Lei 8666/93, art. 23, § 1º**

Objeto de **natureza divisível**

Obrigatória a adjudicação **por item**, e **não por preço global**

Desde que técnica e economicamente viável

**Súmula 247 do TCU**

### Fracionamento da despesa



**É vedado**

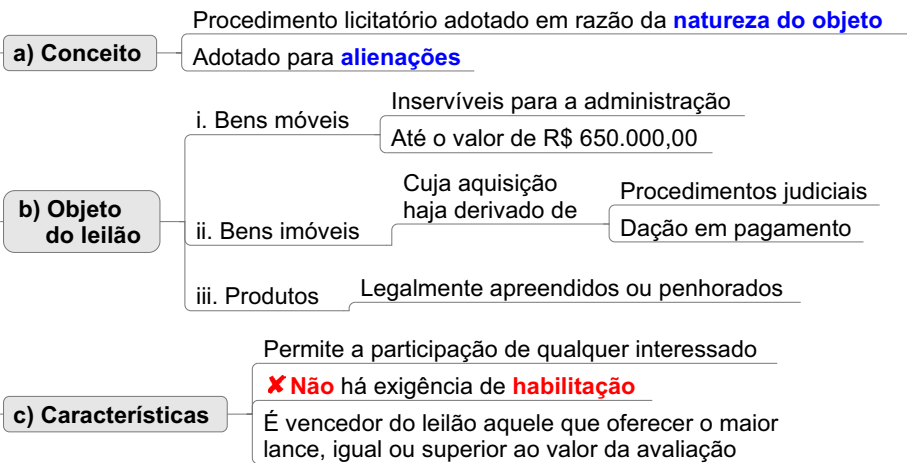
**Lei 8666/93, art. 23, § 2º**

Quando parcelado, deve ser escolhida a modalidade pertinente ao objeto todo, ou seja, o somatório das parcelas

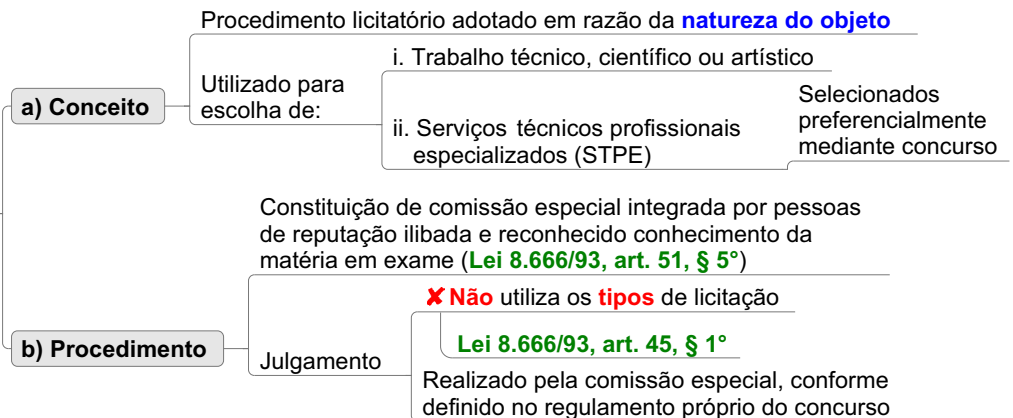
## MODALIDADES DE LICITAÇÃO II

## Modalidades de Licitação

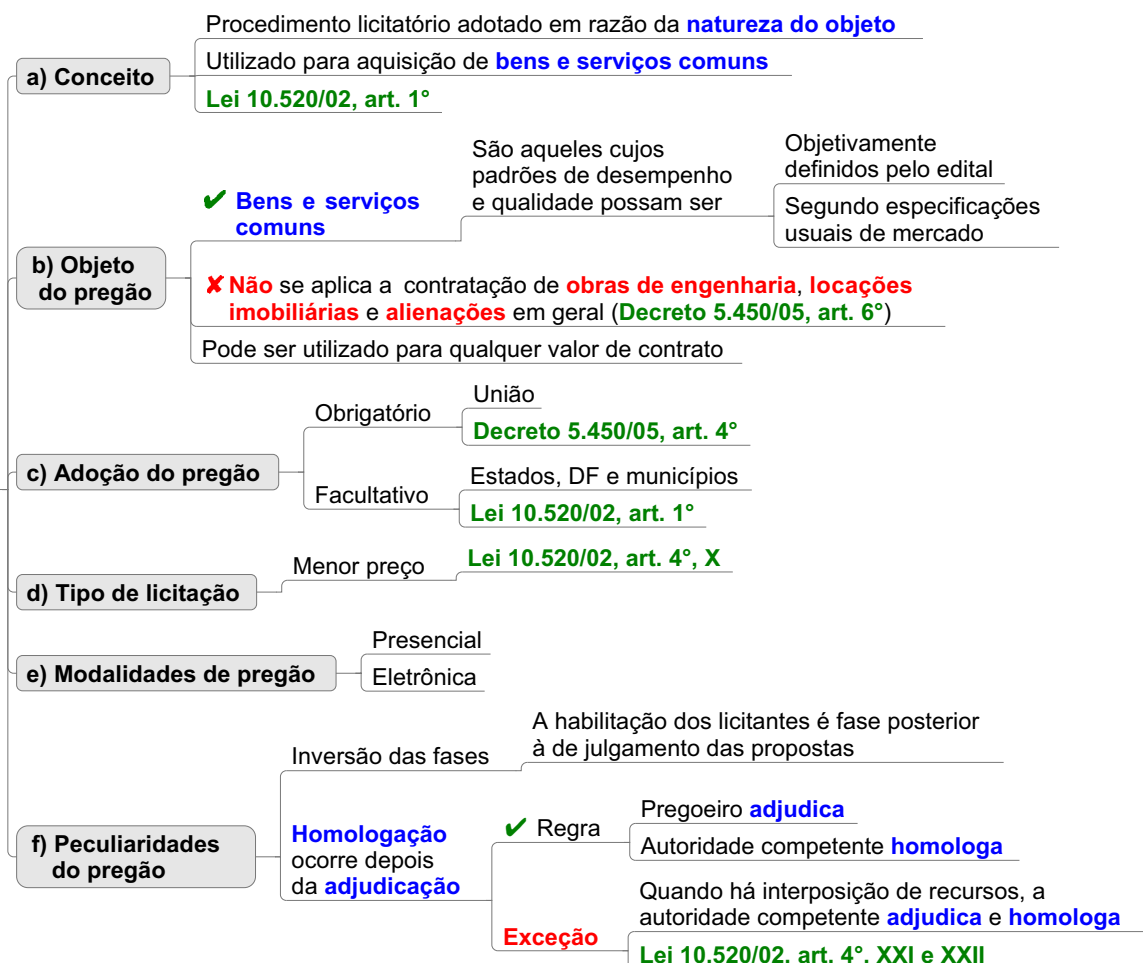
## 4. Leilão



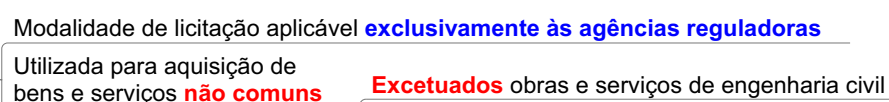
## 5. Concurso



## 6. Pregão



## 7. Consulta





# TIPOS DE LICITAÇÃO

É o critério utilizado para **julgamento das propostas**

Somente admitem-se os tipos previsto na legislação pertinente à licitação pública

Lista exhaustiva

**Lei 8.666/93, art. 45, § 1º**

## 1. Conceito

Deve ser:

Objetivo

Previamente estabelecido no **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**



Obs.:

**✗ Não se aplica a**

i. Concurso

ii. Concessão e permissão de serviço público

Aquele que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço

**Vencedor**

Julgamento concentrado em questões econômico-financeiras

### a) Menor preço



Obs.: **Pregão**

Somente admite o tipo menor preço

Tipo utilizado exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual

### b) Melhor técnica

**Procedimento**

**i. Instrumento convocatório fixa o preço máximo**

**ii. Abertura das propostas técnicas dos licitantes previamente qualificados**

Avaliação e classificação

**iii. Abertura das propostas de preço**

Somente dos licitantes que atingiram valoração mínima

**Negociação**

Referência

Proposta de menor preço

Ordem

A partir da proponente melhor classificada

**Lei 8.666/93, art. 45, § 1º, II c/c art. 46**

Tipo utilizado exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual

### c) Técnica e preço



Obs.: **Bens e serviços de INFORMÁTICA**

**i. Abertura das propostas técnicas dos licitantes previamente qualificados**

Avaliação e classificação das propostas técnicas

**ii. Abertura das propostas de preço**

Avaliação e valoração das propostas de preço

**iii. Resultado**

Média ponderada das valorações das propostas de técnica e preço

**Lei 8.666/93, art. 45, § 1º, III c/c art. 46**

**i. Padronizados**

Bens e serviços de informática **comuns**

São aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital

Permitem a utilização da modalidade **pregão**

Tipo **menor preço**

**ii. Não padronizados**

Bens e serviços de informática **específicos**

Utiliza-se o tipo **técnica e preço**

**Lei 8.666/93, art. 45, § 4º**

### d) Maior lance ou oferta

Casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso

**Lei 8.666/93, art. 45, § 1º, IV**

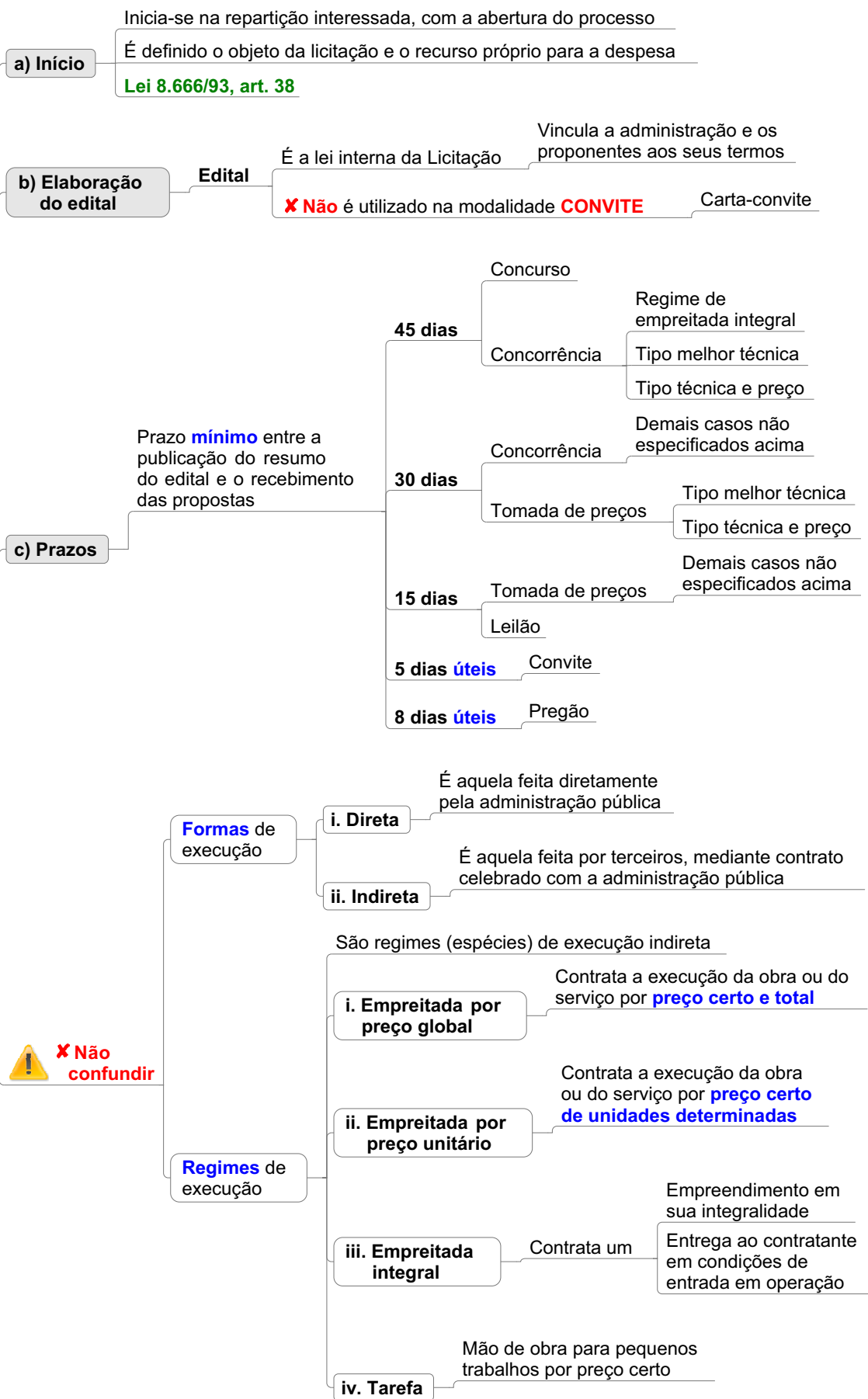
## Tipos de Licitação

## 2. Tipos

# PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO I

## Procedimentos de Licitação

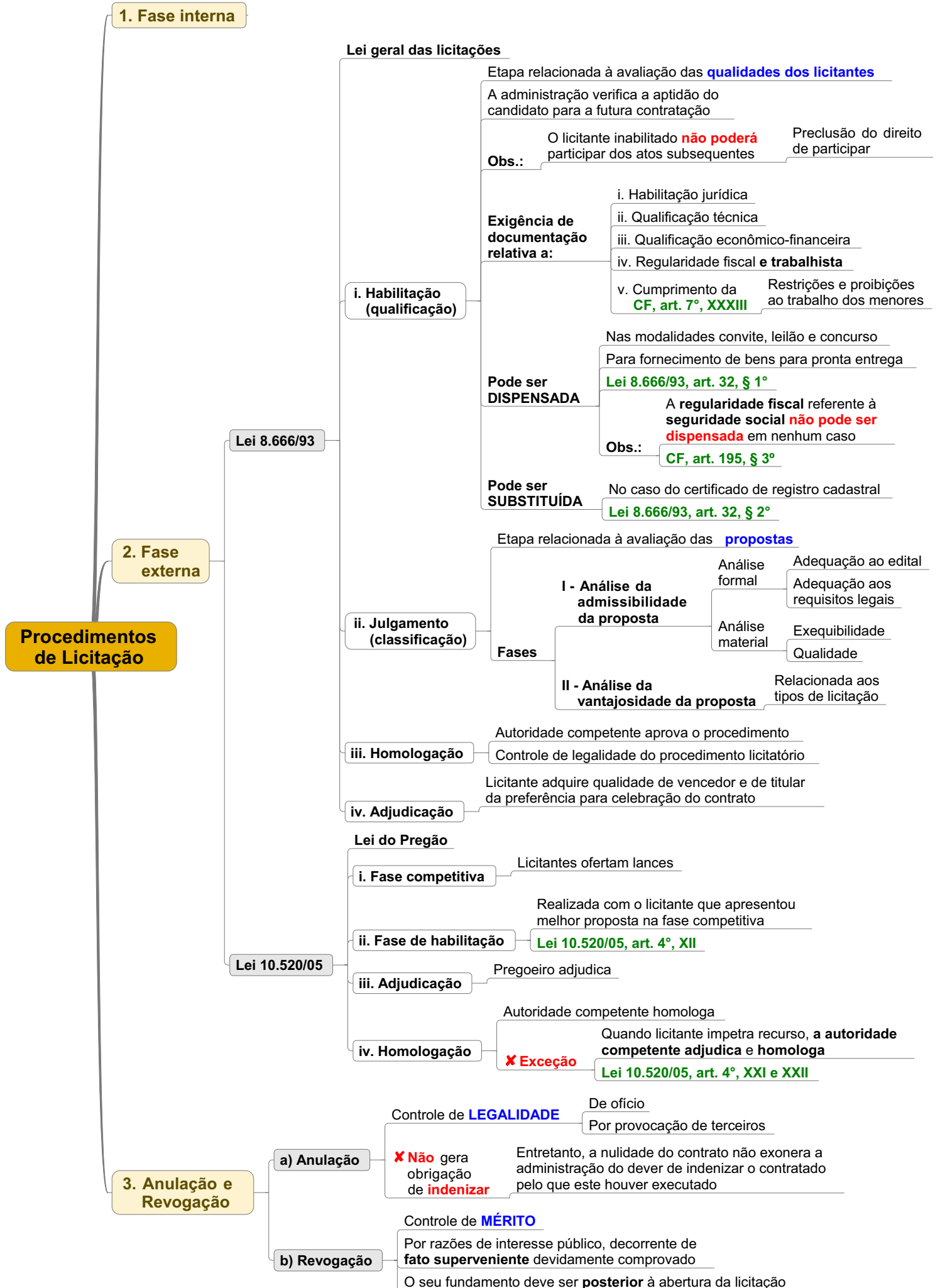
### 1. Fase interna



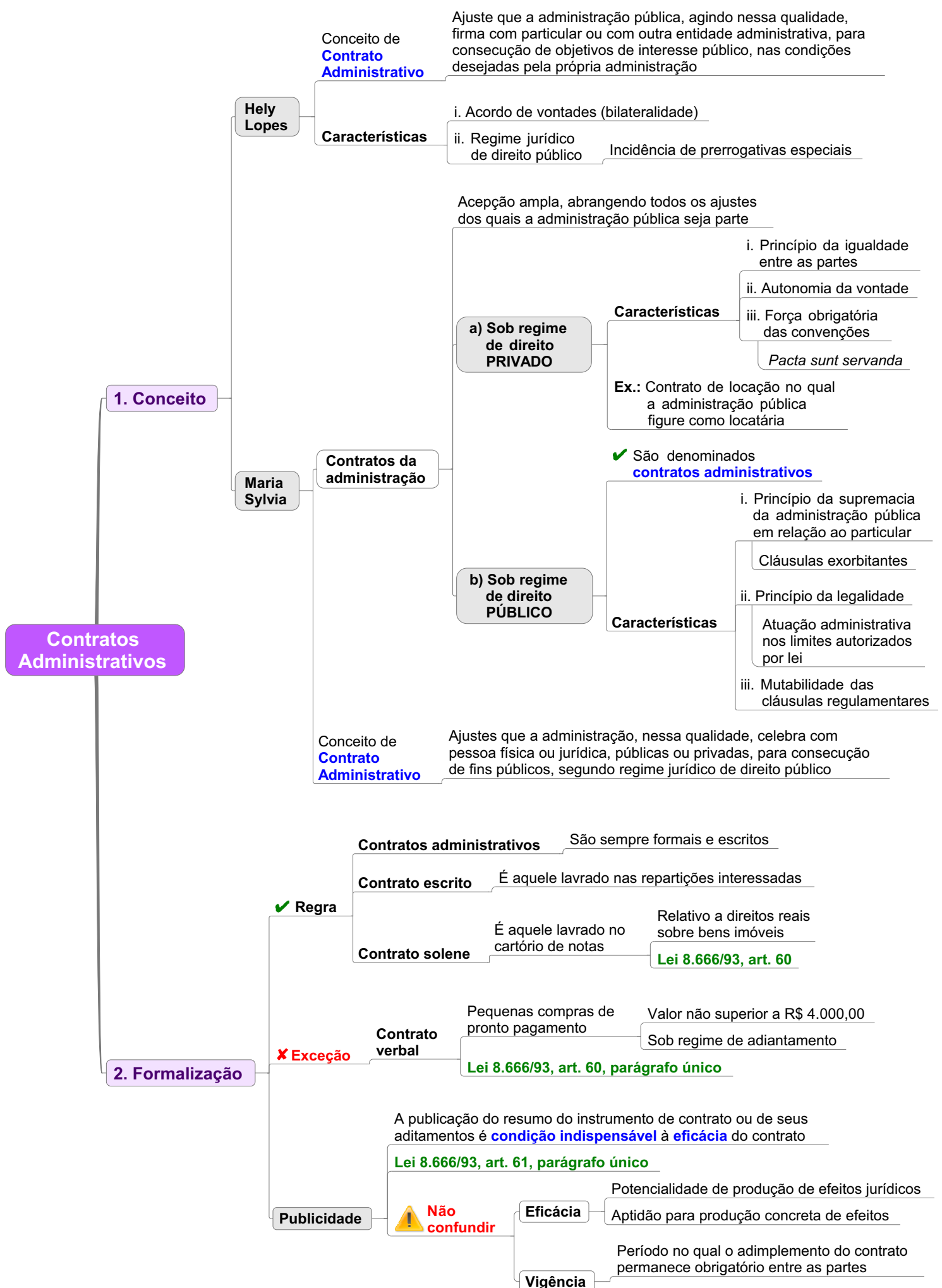
### 2. Fase externa

### 3. Anulação e revogação

# PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO II



# CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



# CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CLÁUSULAS EXORBITANTES I

São **prerrogativas** de direito público conferidas por lei à administração pública, que a colocam em situação de superioridade frente ao contratado

Exorbitam das cláusulas comuns do direito privado

## 1. Conceito

São decorrentes do regime jurídico dos contratos administrativos

Derivam do **princípio da supremacia do interesse público**

A critério da autoridade competente, desde que prevista no instrumento convocatório, pode ser exigida prestação de **garantia** nas contratações de obras, serviços e compras

### a) Conceito

Discricionária A critério da autoridade competente

### b) Características

Deve ser prevista no instrumento convocatório (**Lei 8.666/93, art. 56**)

### c) Modalidades

- i. Caução
  - em dinheiro
  - em títulos da dívida pública
- ii. Seguro-garantia
- iii. Fiança bancária



Obs.:

As modalidades estão previstas na lei (relação exaustiva)

Cabe ao **contratado** a escolha da modalidade (**Lei 8.666/93, art. 56, § 1º**)

## 2. Exigência de garantia

### Regra geral

Não excederá a **5% do valor do contrato**

### d) Percentuais

#### Regras específicas

#### Elevação do limite até 10 %

Grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis

#### Exigência de garantia adicional

Para os contratos que importem na entrega de bens pela administração pública  
**Lei 8.666/93, art. 56, § 5º**

O contratado ficará como depositário

A garantia será acrescida do valor desses bens

#### Exigência de garantia para propostas de baixo valor

Obras / Serviços de Engenharia

Tipo menor preço

Situação de Risco

Proposta < 80% do limite previsto na lei

**Lei 8.666/93, art. 48, § 2º**

## Cláusulas Exorbitantes

Prerrogativa concedida à administração pública para, **unilateralmente**, alterar os contratos administrativos (**Lei 8.666/93, art. 65, I**)

Aos contratos administrativos **não** se aplica integralmente o **princípio do pacta sunt servanda**

### a) Conceito

**Pacta sunt servanda**

Obrigação que têm as partes de cumprir fielmente o que foi entre elas avençado

✓ **Cláusulas Regulamentares ou de Serviço**

✓ **Alcança**

### b) Abrangência

✗ **Cláusulas Econômicas**

✗ **Não alcança** (**Lei 8.666/93, art. 58, §§ 1º e 2º**)

Tais cláusulas estabelecem a relação entre

Remuneração do contratado  
Encargos assumidos

✗ **Não** podem ser **alteradas** sem prévia concordância do contratado

Garantia ao **equilíbrio econômico-financeiro**

## 3. Alteração unilateral do contrato



**Não confundir**

### Revisão

Trata-se de alteração contratual que afeta o equilíbrio econômico-financeiro

A revisão caracteriza alteração do contrato e visa o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro

**Lei 8.666/93, art. 58, § 2º e art. 65, "d", §§ 5º e 6º**

### Reajuste

Trata da previsão antecipada da ocorrência da inflação e da adoção de solução para neutralizar seus efeitos

Não caracteriza alteração do contrato, mas sim atualização do valor pago frente à inflação

**Lei 8.666/93, art. 55, III e art. 65, § 8º**

### c) Tipos

#### i. Qualitativas

Modificação do projeto ou das especificações

Melhor adequação técnica aos seus objetivos

Não sujeita a limites objetivos

#### ii. Quantitativas

± 25% Valor inicial atualizado do contrato

+ 50%

Reforma

I - Edifício

II - Equipamento

✗ **Não** há **limite** para **SUPRESSÕES**

Desde que resultante de acordo entre os contratantes

# CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CLÁUSULAS EXORBITANTES II

## Lei 8.666/93, art. 78, I a XII e XVII

### 4. Rescisão unilateral do contrato

- a) Conceito** Prerrogativa concedida à administração pública para extinguir unilateralmente o contrato antes do prazo, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário
- b) Casos**
- i. Inadimplemento do contratado
  - ii. Desaparecimento do sujeito
  - iii. Interesse público
    - De alta relevância e amplo conhecimento
    - Justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo
  - iv. Caso fortuito ou força maior

### 5. Fiscalização

- Representante da administração fiscaliza a execução do contrato **Lei 8.666/93, art. 67**
- Não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado pelos danos que, por culpa ou dolo, a execução venha a causar a terceiros **Lei 8.666/93, art. 70**

## Cláusulas Exorbitantes

### 6. Aplicação de penalidades

- a) Advertência** **Lei 8.666/93, art. 87, I**
- i. Atraso injustificado **Lei 8.666/93, art. 86**
  - ii. Inexecução **Lei 8.666/93, art. 87, II**
- b) Multa**
- As multas podem ser diretamente descontadas da garantia do contrato
- Obs.:** Trata-se de excepcional autoexecutoriedade da cobrança de multa
- c) Suspensão temporária**
- Abrange** Suspensão temporária em participar de licitação  
Impedimento de contratar com a **Administração Pública**
  - Motivo** Inexecução total ou parcial do contrato
  - Duração** Máximo 2 anos
  - Competência** Autoridade competente
- d) Declaração de inidoneidade**
- Abrange** Suspensão temporária em participar de licitação  
Impedimento de contratar com a **Administração Pública**
  - Motivo** Inexecução total ou parcial do contrato
  - Duração** Mínimo 2 anos
  - Competência** Exclusiva de Ministro de Estado ou Secretário Estadual / Municipal

### 7. Ocupação temporária

- Lei 8.666/93, art. 58, V**
- a) Conceito** Para os serviços essenciais, a administração pública possui a prerrogativa de ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato
- b) Hipóteses**
- i. Como medida acautelatória, para apuração administrativa de irregularidades na execução do contrato **Objetiva apurar a irregularidade**
  - ii. Imediatamente após a rescisão unilateral do contrato administrativo **Objetiva assegurar a continuidade da prestação do serviço público**



# MUTABILIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

## Mutabilidade dos Contratos Administrativos

### 2. Equilíbrio econômico dos contratos administrativos

### 1. Abrangência

✓ Abrange

✓ Cláusulas regulamentares

A **mutabilidade** não decorrente de acordo

**não alcança** as **cláusulas econômico-financeiras**

✗ Não abrange

✗ **Cláusulas econômico-financeiras**

É direito do contratado a manutenção do **equilíbrio econômico-financeiro** (**Lei 8.666/93, art. 65, II, d**)

**Equilíbrio econômico-financeiro**

Equilíbrio entre o encargo assumido pelo contratado e a contraprestação pecuniária assegurada pela administração

#### a) Conceito

Teoria elaborada com vistas a analisar os diversos elementos de insegurança (riscos) que caracterizam a mutabilidade dos contratos administrativos e suas respectivas consequências

#### b) Áleas (riscos)

São os **riscos** que o **particular** enfrenta ao contratar com a administração

Divididos em

i. Álea ordinária (empresarial)

ii. Álea extraordinária

#### i. Álea ordinária (empresarial)

Risco inerente ao negócio

Resultado da própria flutuação do mercado

Todo contrato possui determinado risco econômico, denominado **álea contratual ordinária**

⚠ **Consequência**

Por ser previsível, o **particular** responde pelo risco

#### I - Administrativa

i. Alteração unilateral do contrato

Qualitativa

Quantitativa

ii. Fato do príncipe

**Medidas de ordem geral**, não diretamente relacionadas ao contrato, mas que nele repercutem, causando desequilíbrio econômico-financeiro

iii. Fato do administração

Conduta da Administração que, como parte contratual, torne impossível a execução do contrato ou provoque seu desequilíbrio econômico

⚠ **Consequência**

A administração responde pelo reestabelecimento do equilíbrio rompido

Direito do contratado à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro

**Lei 8.666/93, art. 65, II, d**

#### ii. Álea extraordinária

#### II - Econômica

Acontecimento externo ao contrato, **imprevisível**, estranho à vontade das partes

Causa desequilíbrio muito grande, excessivamente oneroso para o contratado

Aplicação da regra **rebus sic stantibus**

Convenção não permanece em vigor se as coisas não permanecerem como eram no momento da celebração

**Teoria da imprevisão**

Se de um lado, a ocorrência de circunstâncias excepcionais não libera o particular da obrigação contratual, por outro não é justo que ele responda sozinho pelos prejuízos sofridos

**Causas**

Caso fortuito

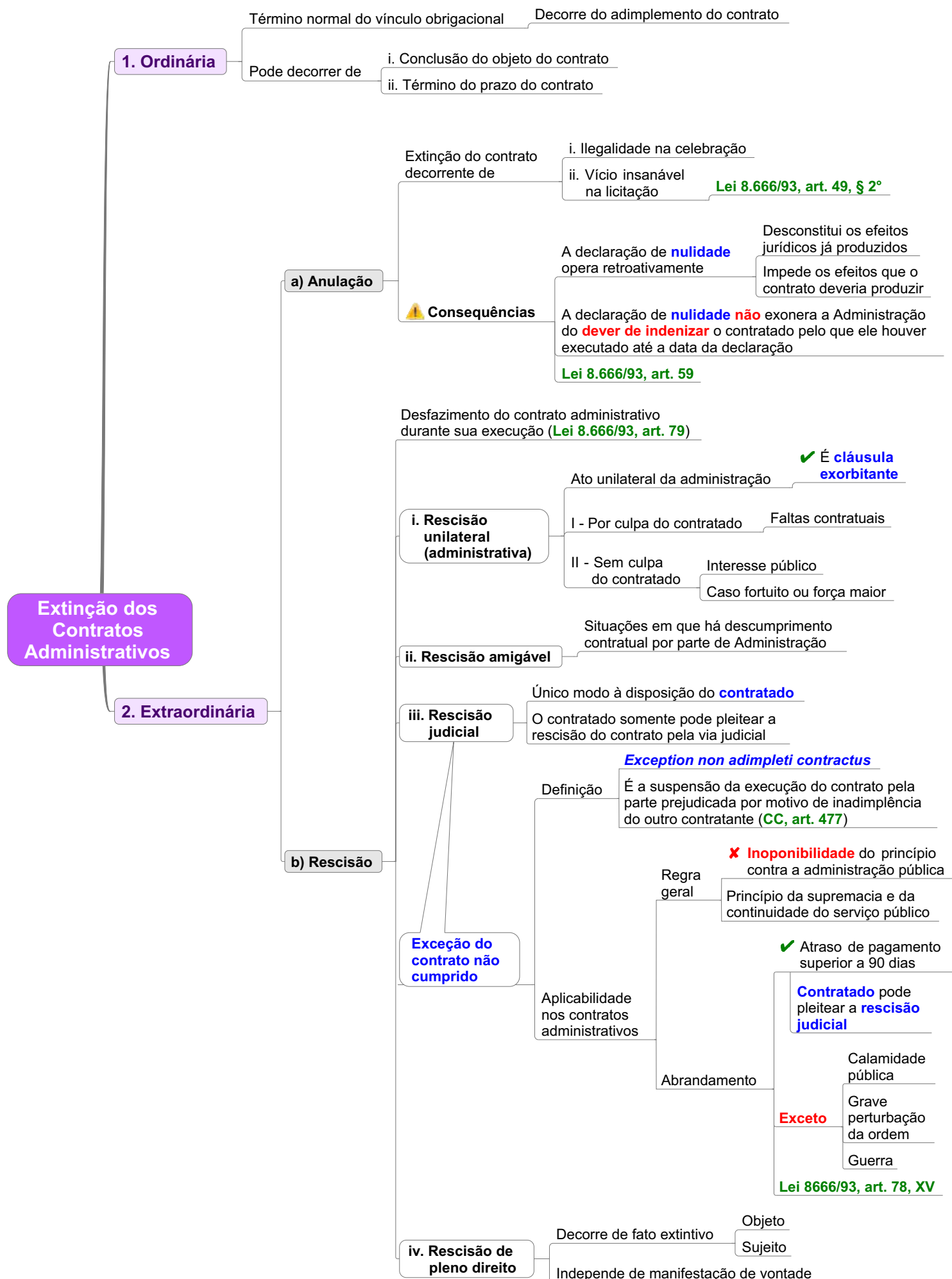
Força maior

Interferências imprevistas

⚠ **Consequência**

Em princípio, repartem-se os prejuízos

# EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



# SERVIDORES PÚBLICOS - AGENTES PÚBLICOS

**Agentes públicos** são todos aqueles que exercem **função pública** como prepostos do Estado

## 1. Conceito

### a) Conceito

São aqueles vinculados ao Estado por uma relação permanente de trabalho

Exercem com caráter de **permanência** uma função pública

São os usualmente conhecidos como **SERVIDORES PÚBLICOS**

### b) Características

#### i. Profissionalidade

Exercem efetiva profissão quando no desempenho de suas funções

#### ii. Definitividade

✓ Regra geral, o servidor exerce sua função com cunho de **permanência**

✗ **Exceção** Função de caráter temporário

#### iii. Relação jurídica de trabalho

### c) Tipos

#### i. Servidor estatutário

Ocupam **cargo** público

##### I - Vitalício

Membros do Poder Judiciário  
Membros do Ministério Público  
Membros dos Tribunais de Contas



Parte da doutrina classifica os ocupantes de **cargos vitalícios** como **agentes políticos**

##### II - Efetivo

Ocupante de cargos Isolados; ou Organizados em carreira

##### III - Em comissão

Regime **legal** Estatuto jurídico (estatutário)

#### ii. Empregado público

Ocupam **emprego** público

Regime **contratual** CLT

#### iii. Servidor temporário

Exercem **função pública**

Necessidade **temporária** de excepcional interesse público

Regime jurídico especial (misto)

**CF, art. 37, IX**

## 2. Agente administrativo

## Agentes Públicos

## 3. Agente político

### a) Conceito

São os agentes públicos que exercem a **função política**

### b) Características

Possuem **status constitucional**

✓ Sujeitos às regras da Constituição Federal

✗ **Não sujeitos** às regras dos servidores públicos

Não estão, em regra, sujeitos à hierarquia

## 4. Agente em delegação

Recebem do Estado a competência para executar determinada atividade pública

Ex.:

Leiloeiros, peritos, serviços notariais

Concessionários, permissionários e autorizatários

## 5. Agente honorífico

Colaboram com o Estado temporariamente

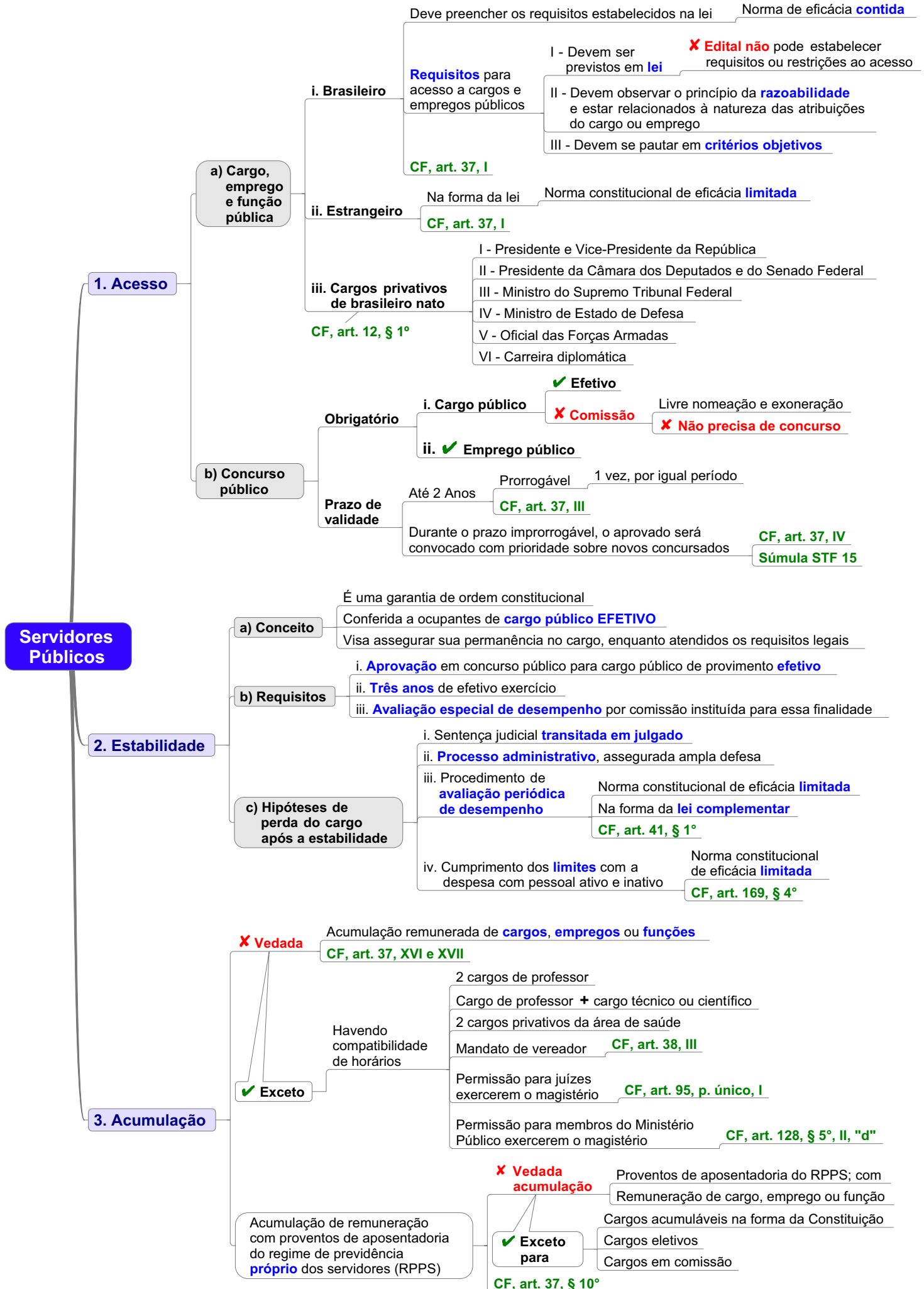
✗ **Não** possuem **vínculo profissional** com a administração pública

Ex.: Jurados, mesários, etc

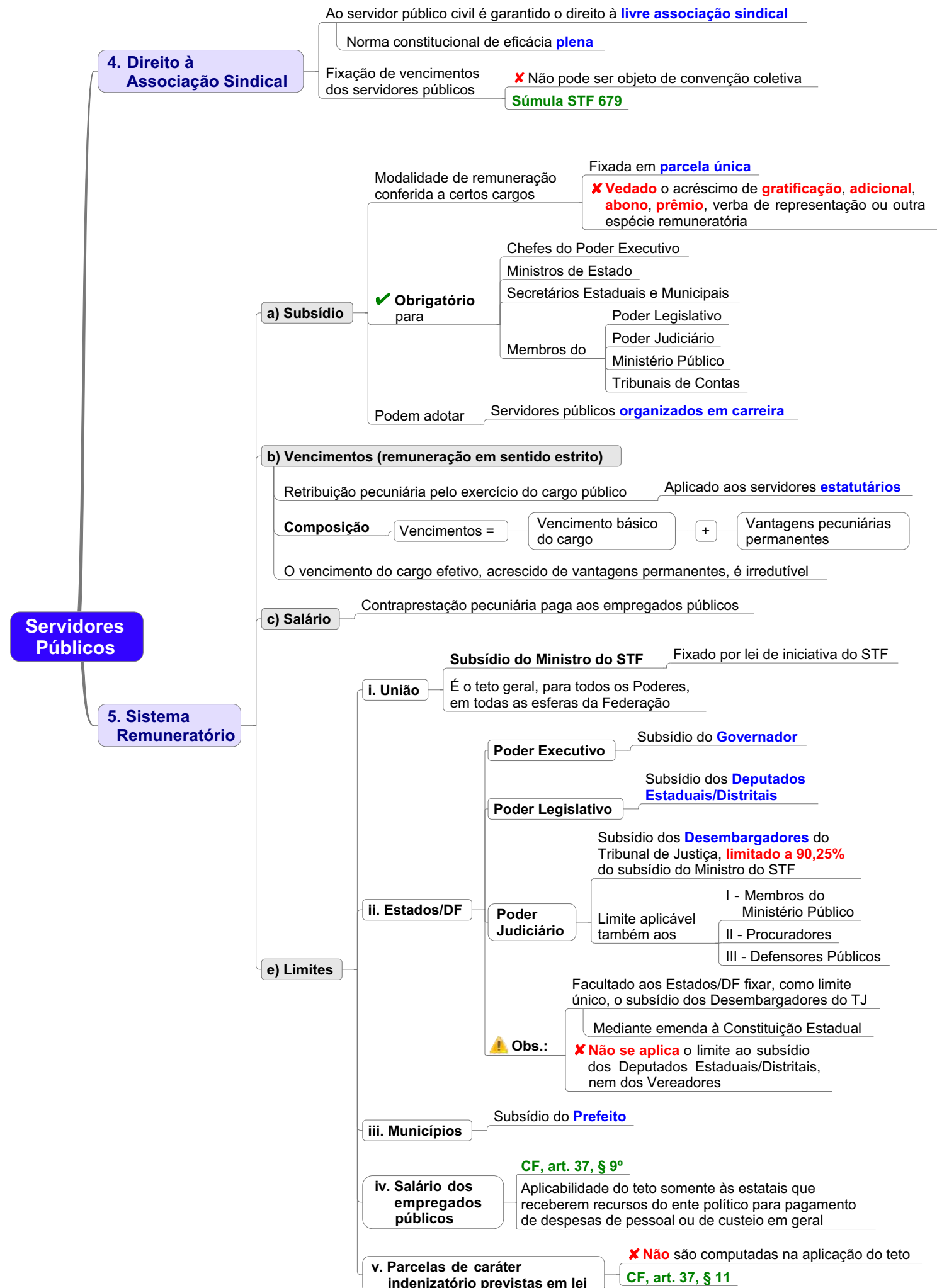
## 6. Agente credenciado

Recebem a incumbência para representar a administração pública em determinadas atividades

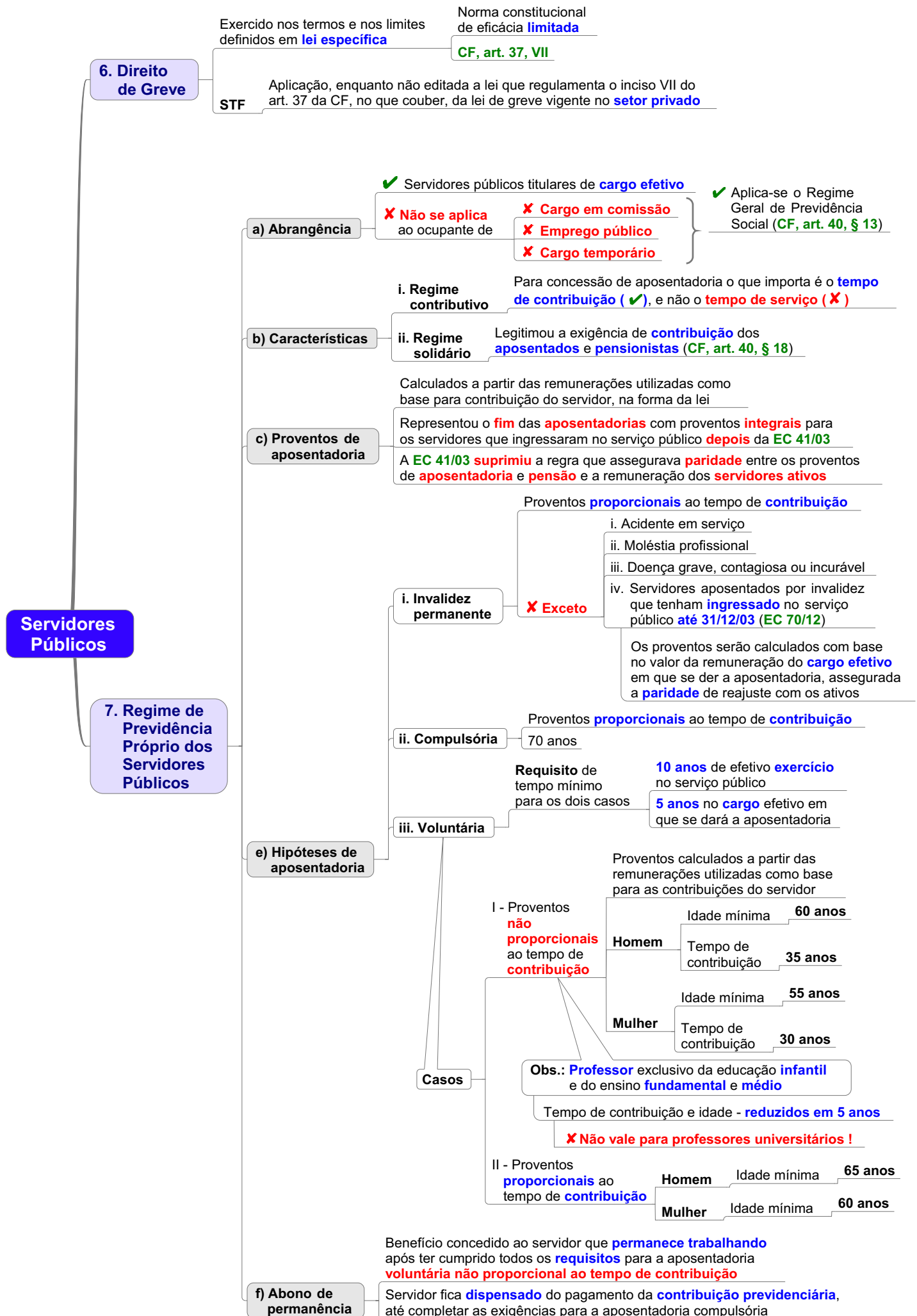
## SERVIDORES PÚBLICOS - NORMAS CONSTITUCIONAIS I



## SERVIDORES PÚBLICOS - NORMAS CONSTITUCIONAIS II



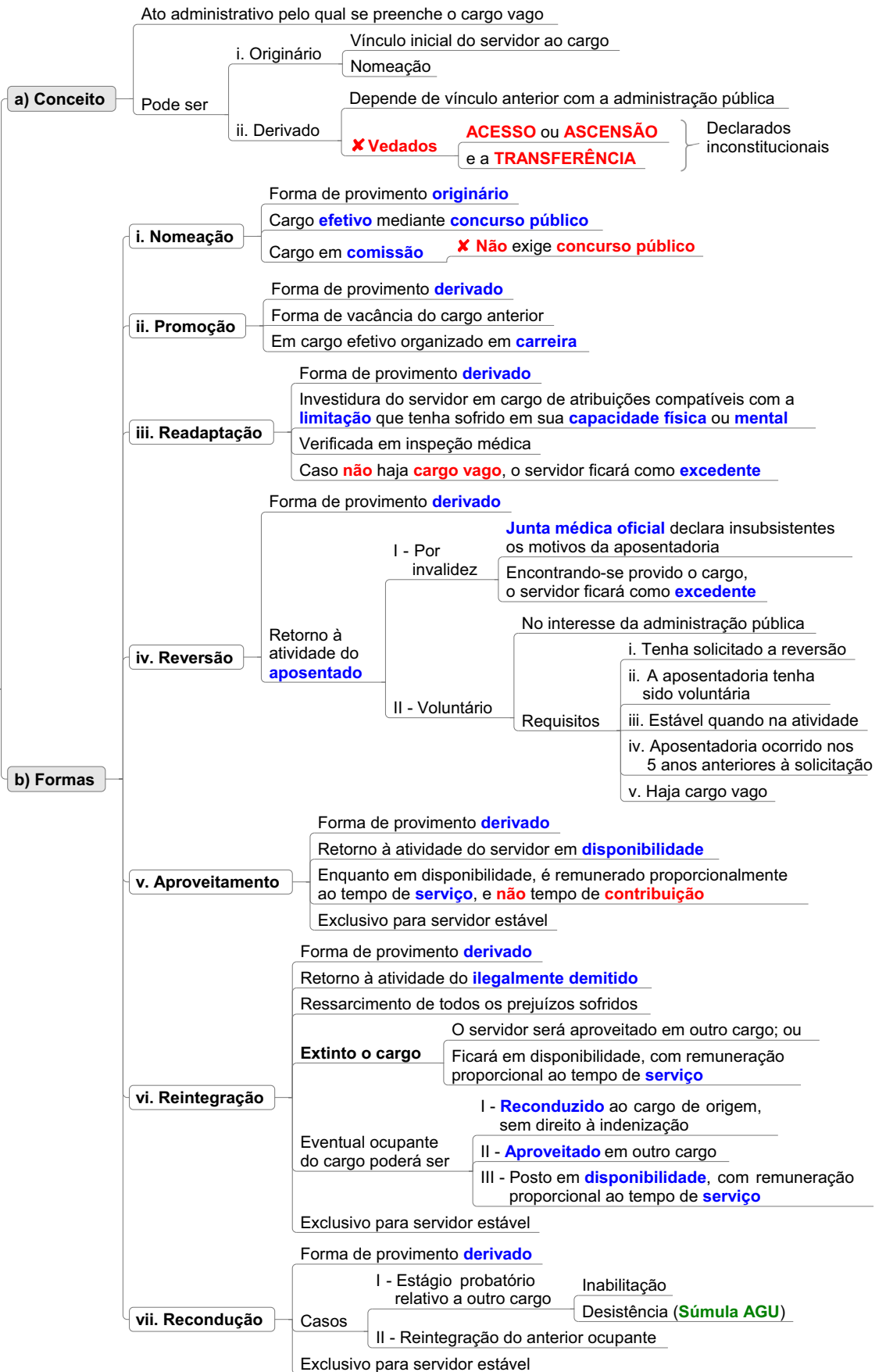
## SERVIDORES PÚBLICOS - NORMAS CONSTITUCIONAIS III





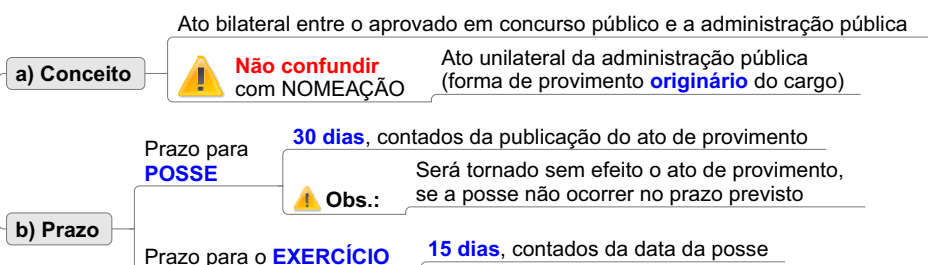
## SERVIDORES PÚBLICOS - LEI 8.112/90 I

## 1. Provimento



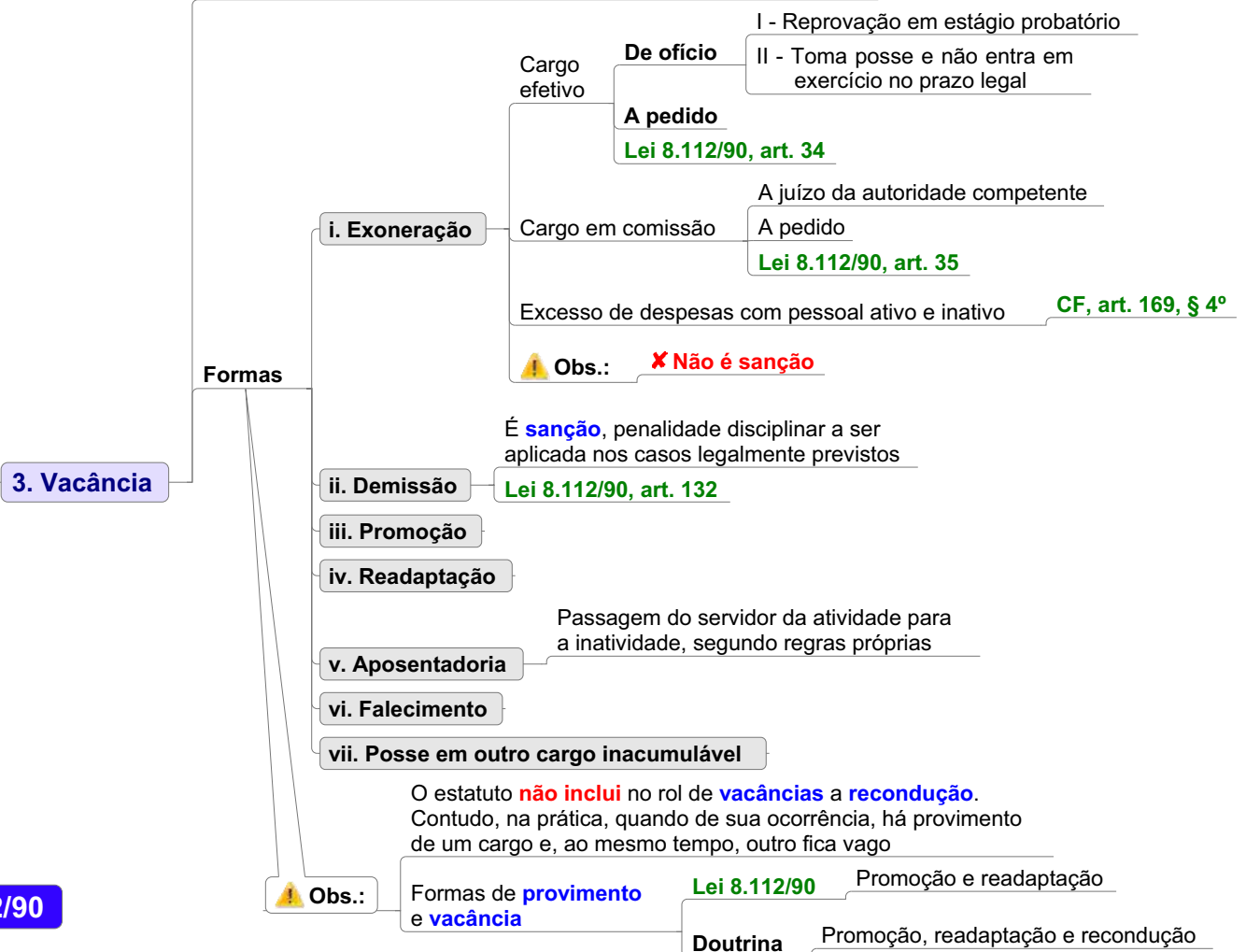
## Lei 8122/90

## 2. Posse



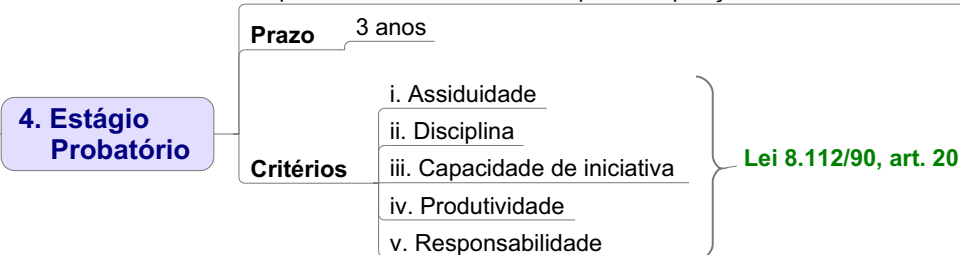
# SERVIDORES PÚBLICOS - LEI 8112/90 II

São as hipóteses previstas na lei nas quais o **servidor desocupa o cargo**, tornando-o passível de ser preenchido por outra pessoa



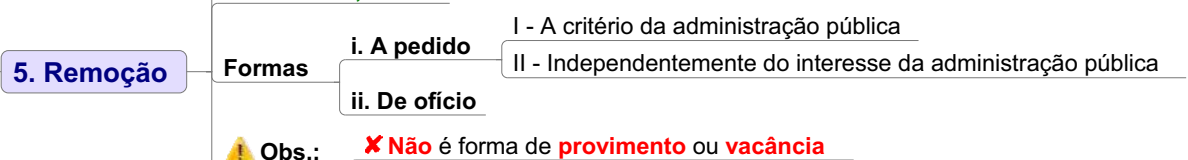
## Lei 8112/90

Período de exercício do servidor, durante o qual é observada e apurada, pela administração, a conveniência ou não de sua permanência no serviço público, mediante a verificação dos requisitos estabelecidos em lei para a aquisição da **estabilidade**



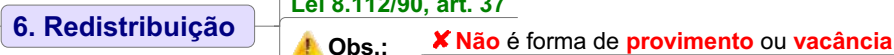
Deslocamento do **SERVIDOR**, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede

**Lei 8.112/90, art. 36**



Deslocamento do **CARGO** de provimento **efetivo**, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder

**Lei 8.112/90, art. 37**



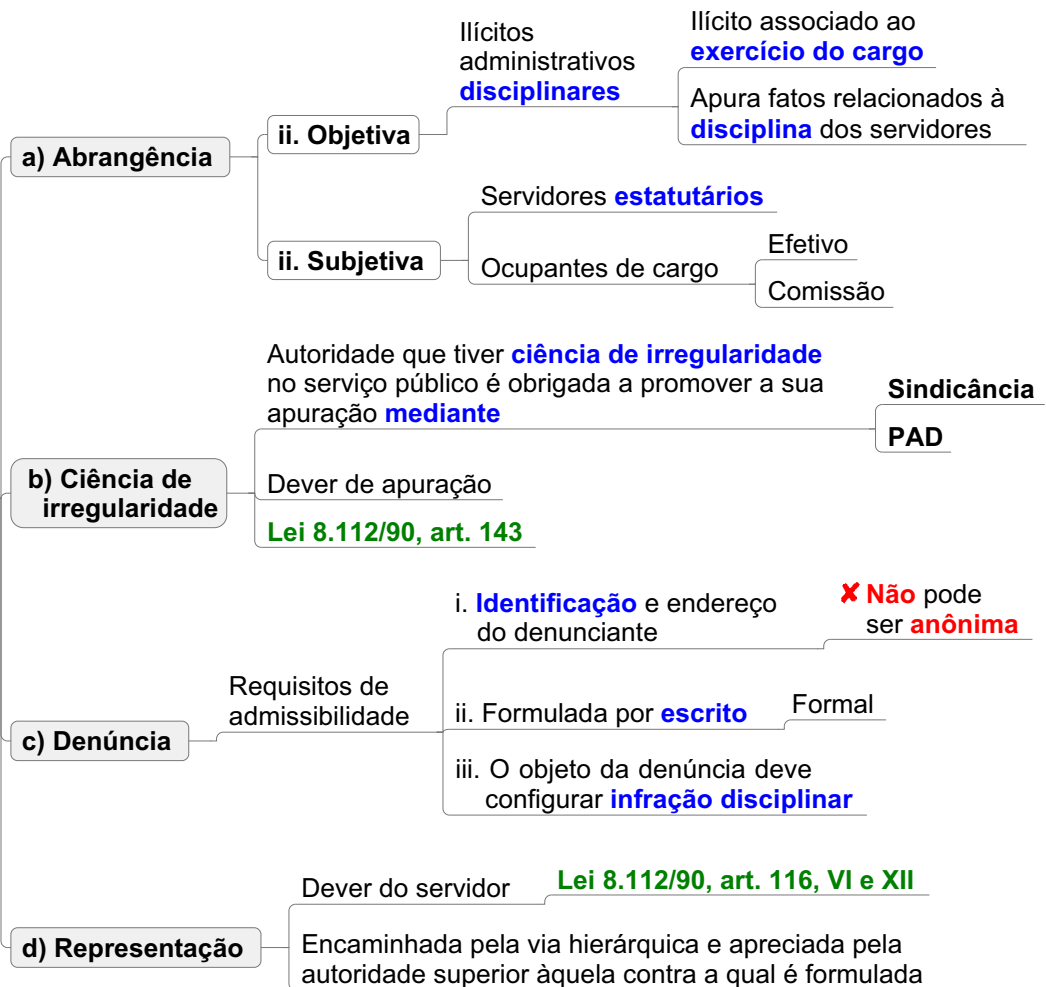
Servidores investidos em cargo ou função de **direção** ou **chefia** e os ocupantes de **cargo de Natureza Especial** terão **substitutos** indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade



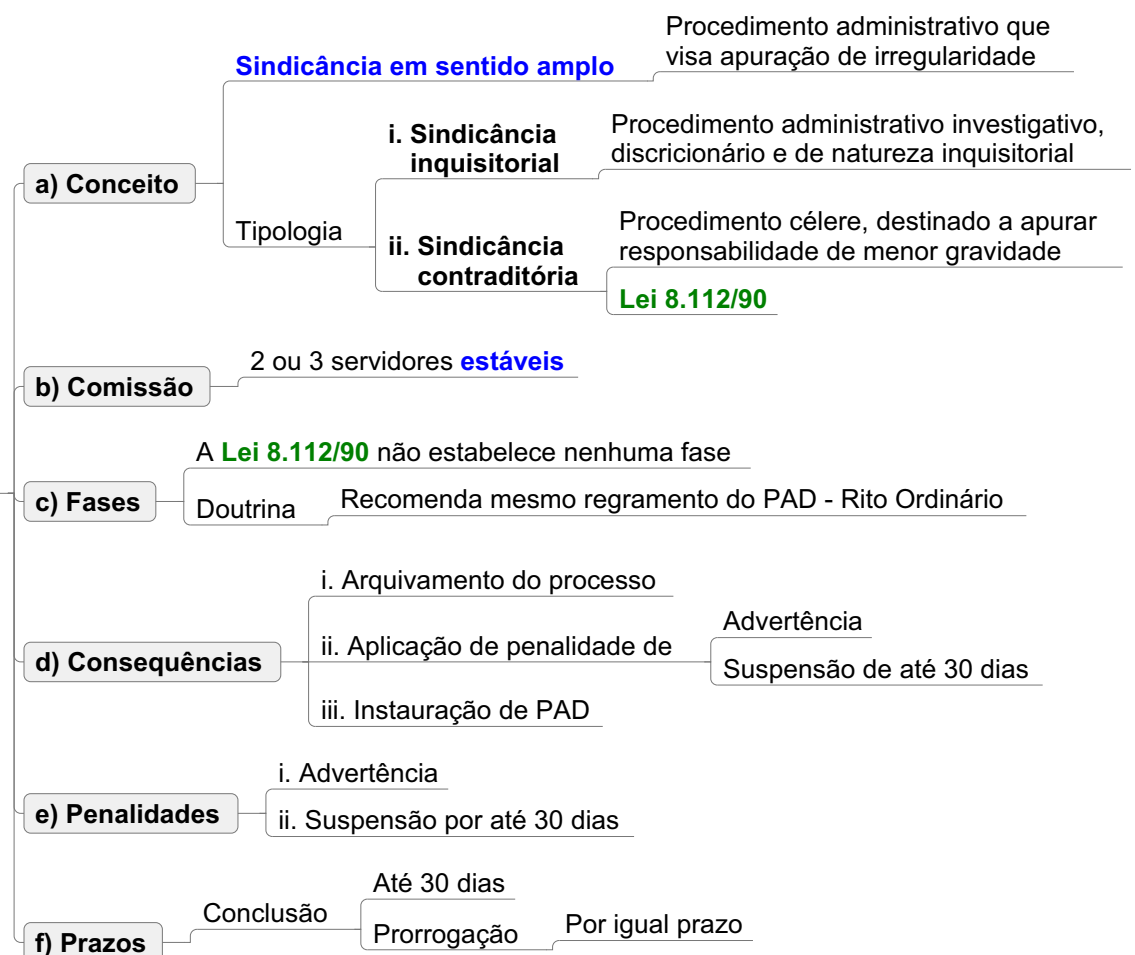
## SERVIDORES PÚBLICOS - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD

## PAD

## 1. Introdução

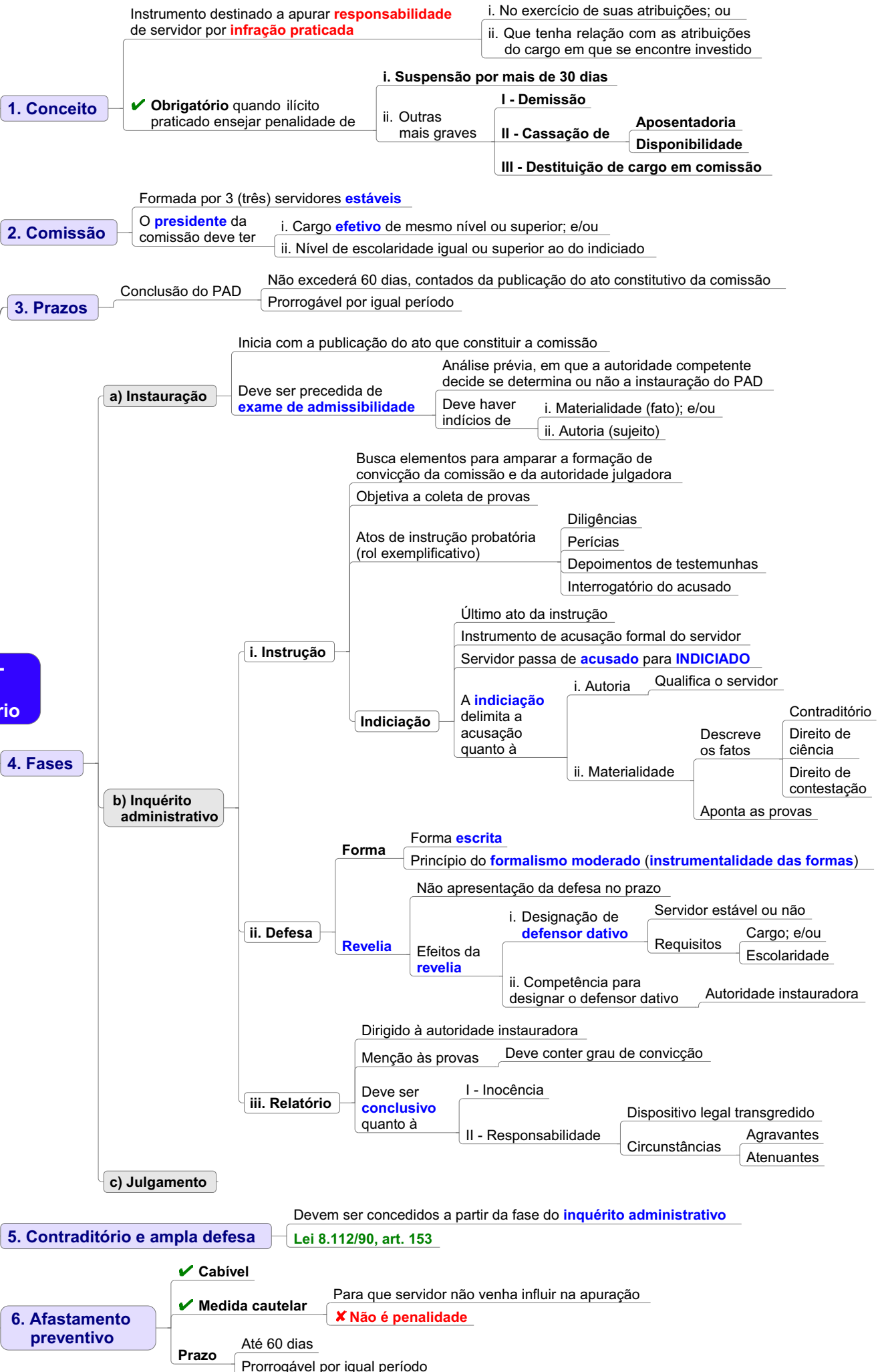


## 2. Sindicância

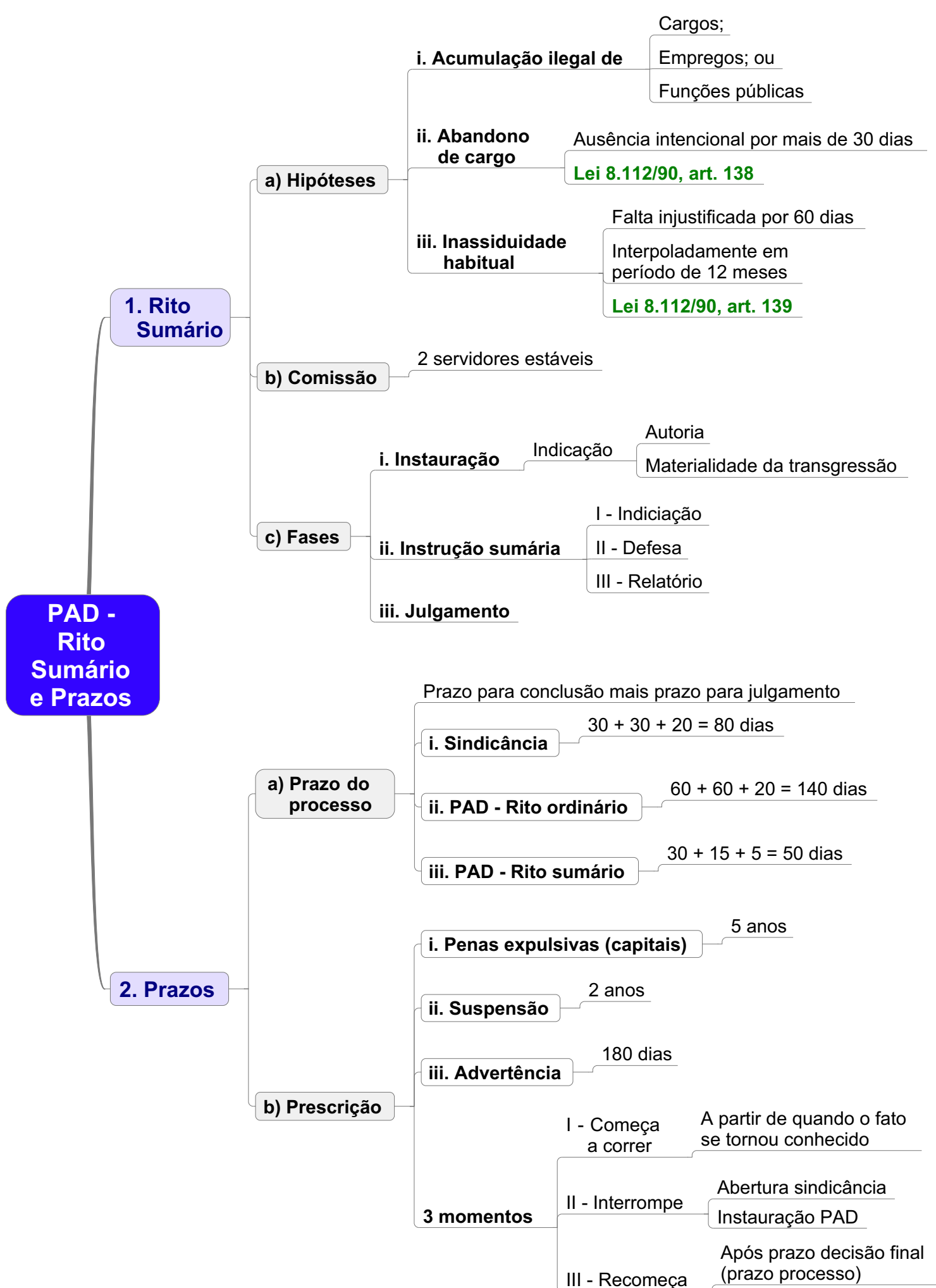


# SERVIDORES PÚBLICOS - PAD - RITO ORDINÁRIO

## PAD - Rito Ordinário



## SERVIDORES PÚBLICOS - PAD - RITO SUMÁRIO E PRAZOS



# CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO

Atualmente, alguns autores adotam um conceito amplo para serviço público, enquanto outros adotam um conceito restrito, não se podendo afirmar, contudo, que um seja mais correto que o outro

## 1. Introdução

Os serviços públicos incluiriam todas as atividades do Estado (**função pública**)

## 2. Mais amplo

✓ **Inclui** Legislação  
Jurisdição  
Execução

⚠ **Obs.:** O **Cespe** adotou esse conceito (TCU/2007) ao considerar **errada** a afirmativa segundo a qual o DF deveria prestar os **serviços públicos** previstos como de competência dos estados e dos municípios, cumulativamente

## 3. Amplo

Os serviços públicos abrangeriam as atividades de **administração pública** em sentido **material**

✗ **Exclui** Legislação  
Jurisdição

✓ **Inclui** Execução

- Serviço público
  - Serviço público em sentido estrito
  - Serviços administrativos da administração pública
- Polícia administrativa
- Fomento
- Intervenção indireta no domínio econômico

## Conceito de Serviço Público

## 4. Restrito

Os **serviços públicos** abrangeriam

i. Serviço público em **sentido estrito**

Prestações de utilidades ou comodidades materiais efetuadas **DIRETAMENTE** à população, pela administração pública ou seus delegatários

ii. **Serviços administrativos** da administração pública

Atividades internas (atividades-meio) da administração pública, voltadas **INDIRETAMENTE** aos interesses ou necessidades dos administrados

✗ **Exclui** Legislação  
Jurisdição  
Execução

✓ **Inclui** Serviço público

- Serviço público em **sentido estrito**
- Serviços administrativos** da administração pública

⚠ **Obs.:** Conceito adotado por **Maria Sylvia Di Pietro**

## 5. Mais restrito

Os serviços públicos abrangeriam somente as prestações de utilidades ou comodidades materiais efetuadas **DIRETAMENTE** à população, pela administração pública ou seus delegatários

Serviço público em **sentido estrito**

✗ **Exclui** Legislação  
Jurisdição

✓ **Inclui** Execução

- Serviços administrativos** da administração pública
- Polícia administrativa
- Fomento
- Intervenção indireta no domínio econômico

Somente o serviço público em **sentido estrito**

⚠ **Obs.:** Conceito adotado por **Celso Antônio, Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo**



## SERVIÇOS PÚBLICOS - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em suas origens, os autores adotavam **3 CRITÉRIOS** para conceituar serviço público

## 1. Critérios

## a) Critério orgânico (sujeivo)

Serviços públicos seriam somente aqueles prestados **diretamente** pelo **ESTADO**, mediante seus órgãos ou entidades estatais

✖ **Crítica**

Esse critério entrou em declínio com o surgimento de formas de prestação **indireta** de serviços públicos (**delegação** a pessoas privadas)

## b) Critério material (objetivo)

Adotado pela escola ou corrente **essencialista**

Utiliza, como **critério** para definição de serviço público, a **natureza da atividade** (relevância)

Serviços públicos seriam aqueles relacionados à satisfação de **NECESSIDADES ESSENCIAIS** da coletividade (interesses coletivos **primários**)

**Serviços essenciais**

Nem sempre os serviços públicos constituem atividades essenciais à coletividade

✖ **Crítica**

Existem atividade prestadas pelo Estado em razão da sua **conveniência** (interesses coletivos **não-essenciais**)

**Serviços úteis**

## c) Critério formal

Adotado pela escola ou corrente **formalista (legalista)**

Defende a tese de que não é possível identificar um núcleo relativo à natureza da atividade que a leve a ser classificada como serviço público

Utiliza, como **critério** para definição de serviço público, o **regime jurídico** sob o qual a atividade é desenvolvida

Serviços públicos seriam as atividades estatais exercidas sob **regime jurídico de DIREITO PÚBLICO**

Supremacia do interesse público

Indisponibilidade do interesse público

**Conceito muito amplo** que abrangeria, além da função administrativa, a jurisdicional e a legislativa

✖ **Crítica**

Em alguns casos incidem **regras de direito privado (regime jurídico híbrido)**, principalmente quando o serviço público é executado por pessoas privadas

## Serviços Públicos

## 2. Formas de prestação

## a) Centralizada

O serviço é prestado pela administração direta

## b) Descentralizada

O serviço é prestado por pessoa diferente do ente federado a que a Constituição atribui a titularidade

## i. Por serviços

O serviço é prestado por entidade da administração indireta, à qual a lei transfere a sua titularidade

Descentralização mediante **outorga legal**

## ii. Por colaboração

O serviço é prestado por particulares, aos quais, mediante delegação do poder público, é atribuída a sua mera execução

Descentralização mediante **delegação** **CF, art. 175**

Incumbe ao Poder Público, diretamente ou sob regime de **concessão** ou **permissão**, sempre mediante **licitação**, a prestação de serviços públicos

**Serviços públicos econômicos**

## Disposições constitucionais (CF, art. 175)

A lei disporá sobre

i. Regime das empresas concessionárias e permissionárias, **contrato** e condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão

ii. Direitos dos usuários

iii. Política tarifária

iv. Obrigação de manter serviço adequado

## 3. Delegação de serviço público

## Espécies

## a) Concessão

## i. Comum

## I - Serviço público

II - Serviço público precedida da execução de obra pública

**Lei 8.987/95**

## ii. Parcerias Público-Privadas

## I - Concessão patrocinada

## II - Concessão administrativa

**Lei 11.079/04**

**Ver mapa "Parcerias Público-Privadas"**

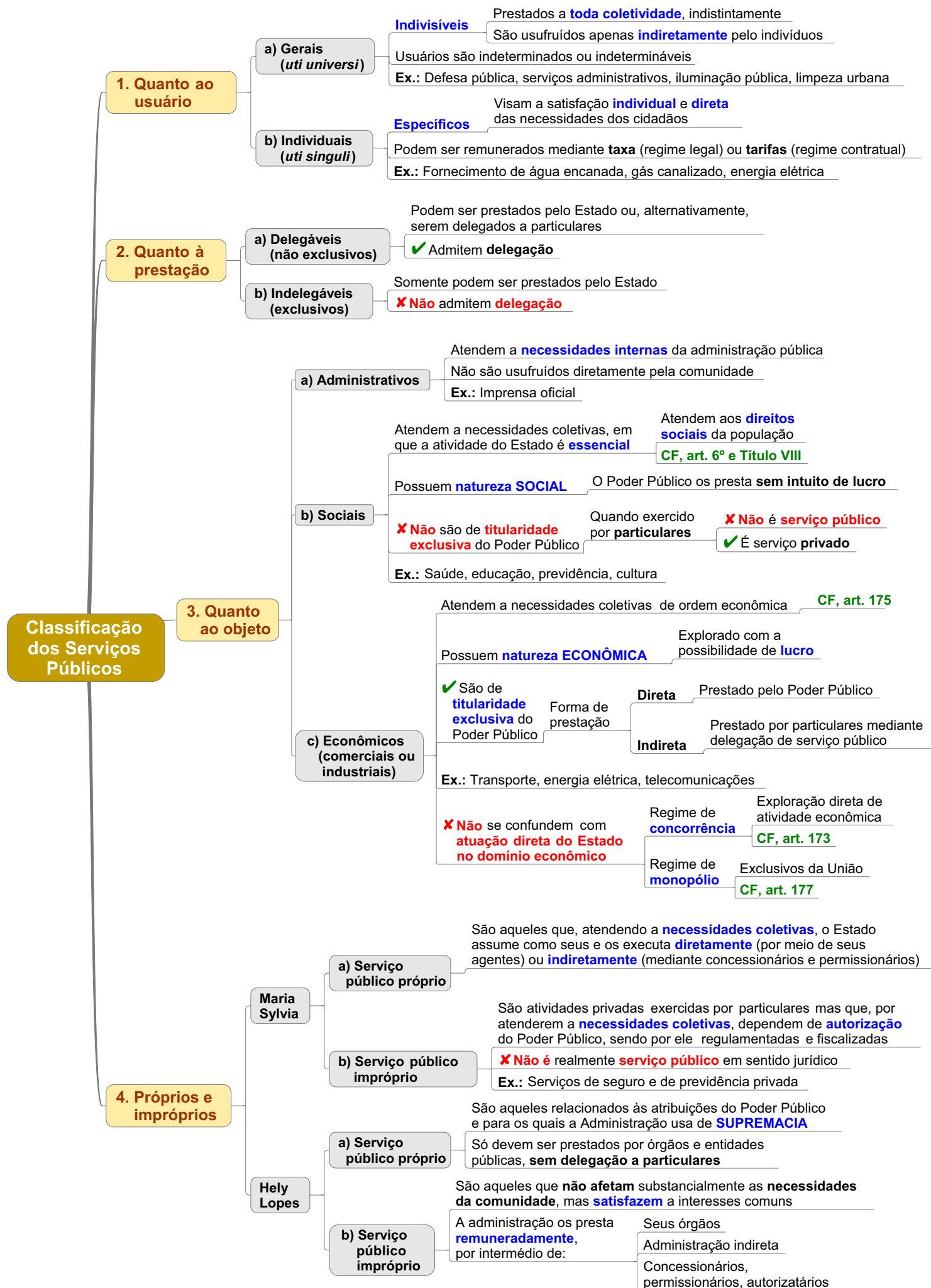
## b) Permissão

**Lei 8.987/95**

## c) Autorização

**Ver mapas "Delegação" e "Disposições da Lei 8.987/95"**

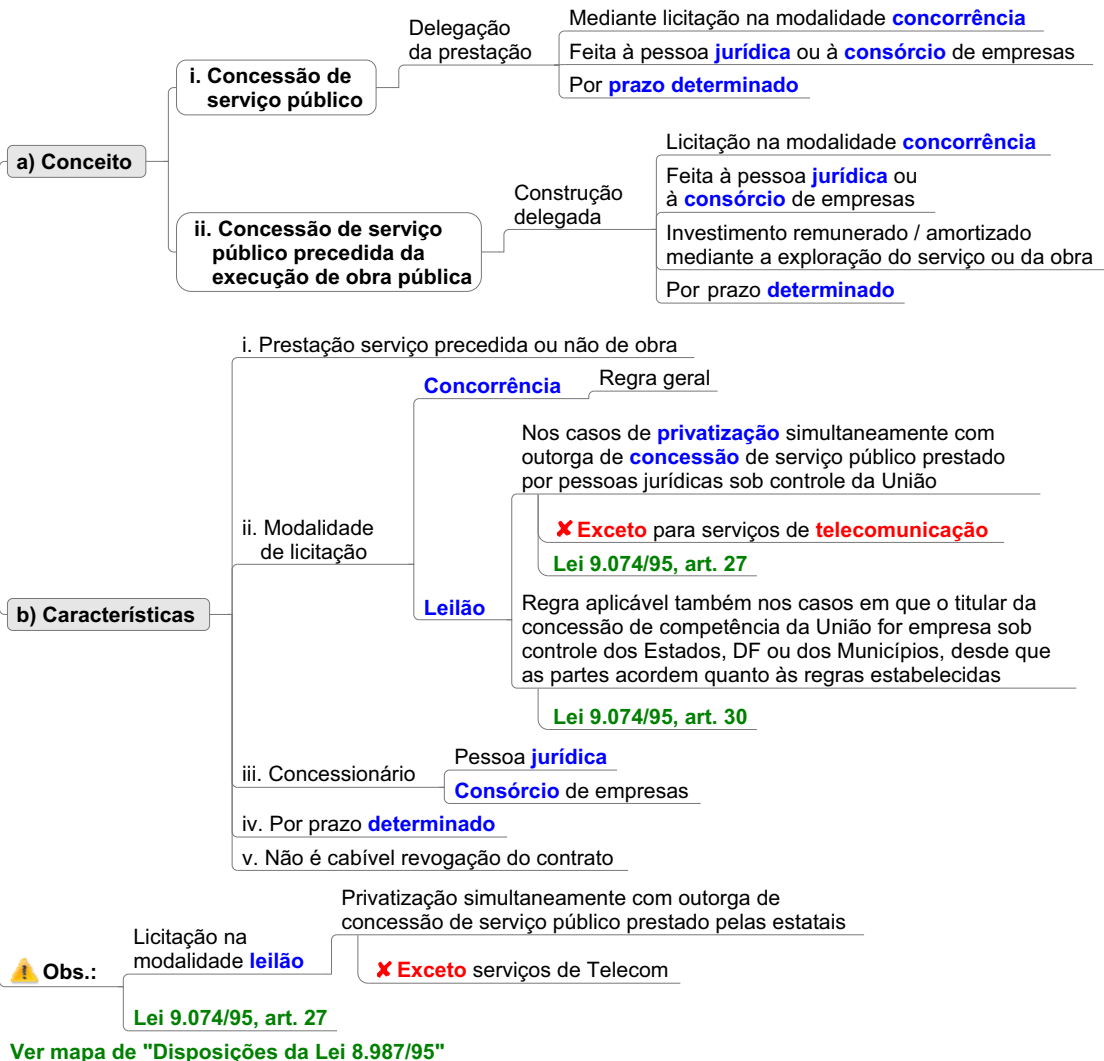
# CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



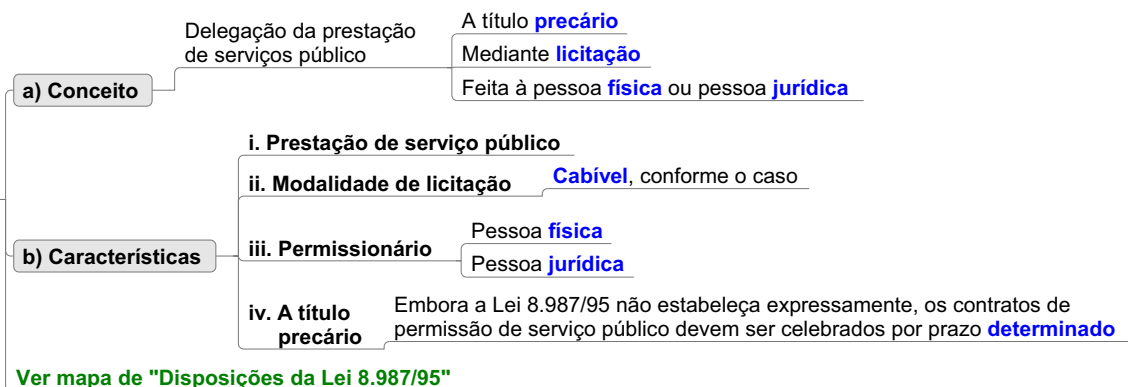
## SERVIÇOS PÚBLICOS - DELEGAÇÃO

## Delegação

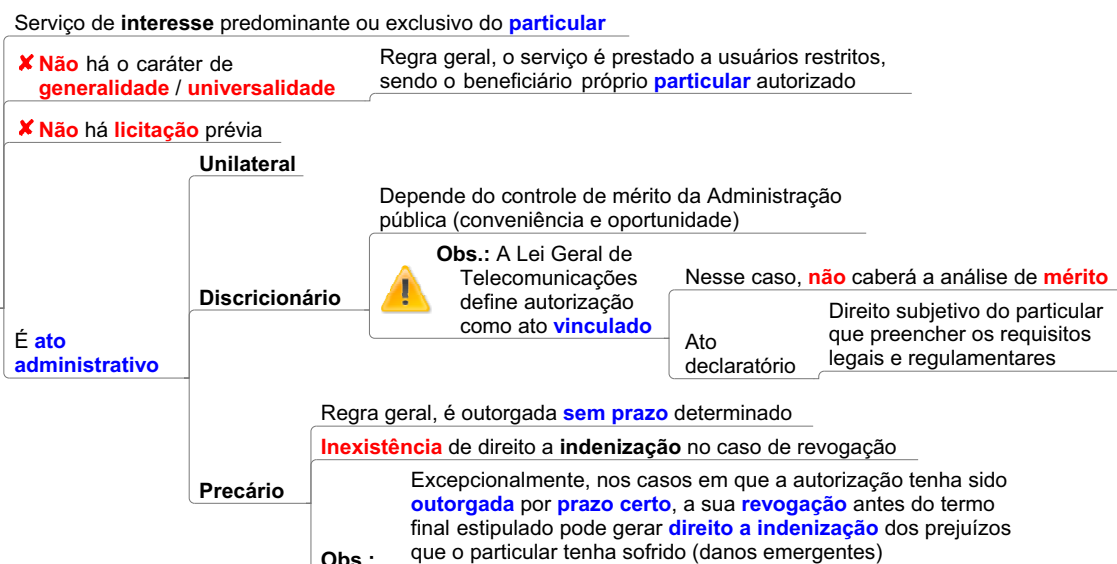
## 1. Concessão Comum



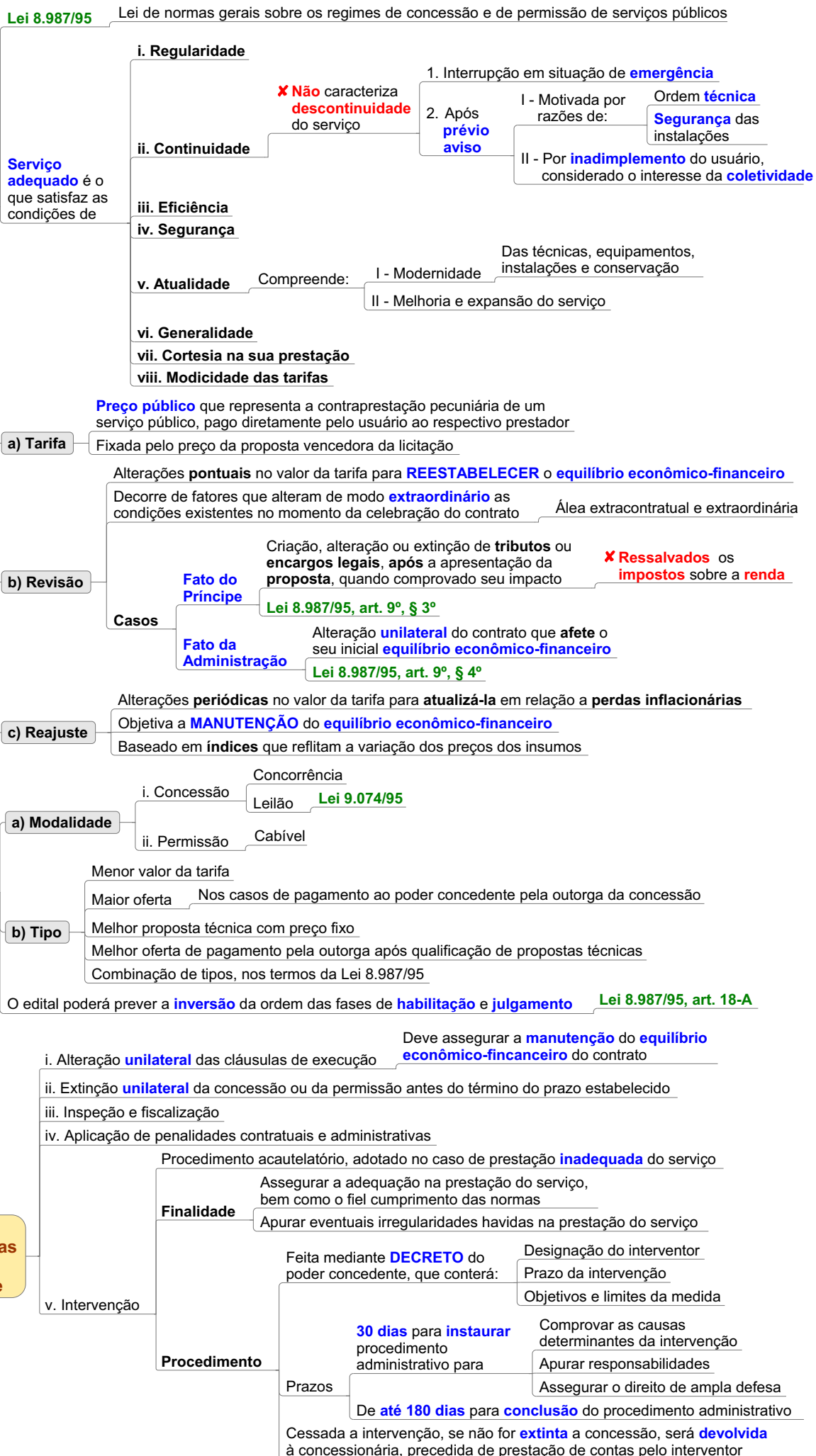
## 2. Permissão



## 3. Autorização

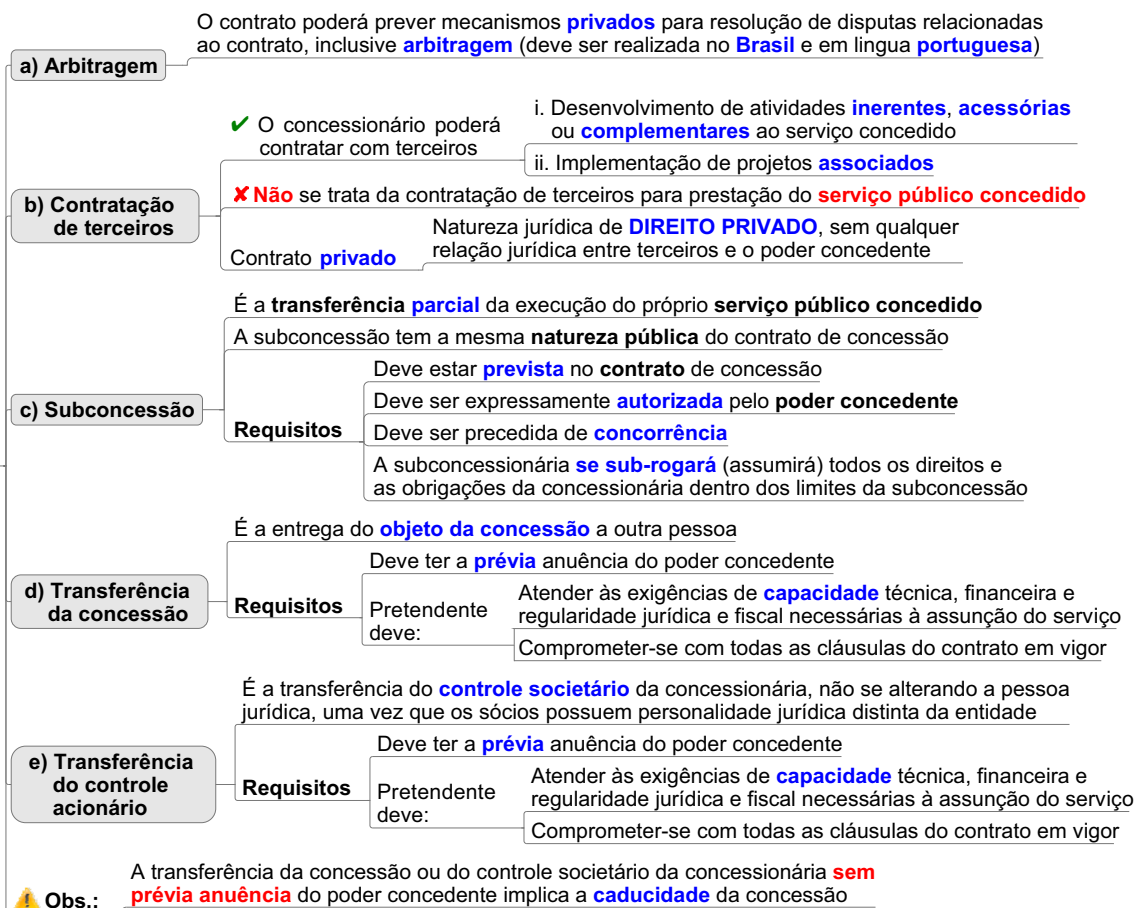


## SERVIÇOS PÚBLICOS - DELEGAÇÃO COMUM - LEI 8.987/95



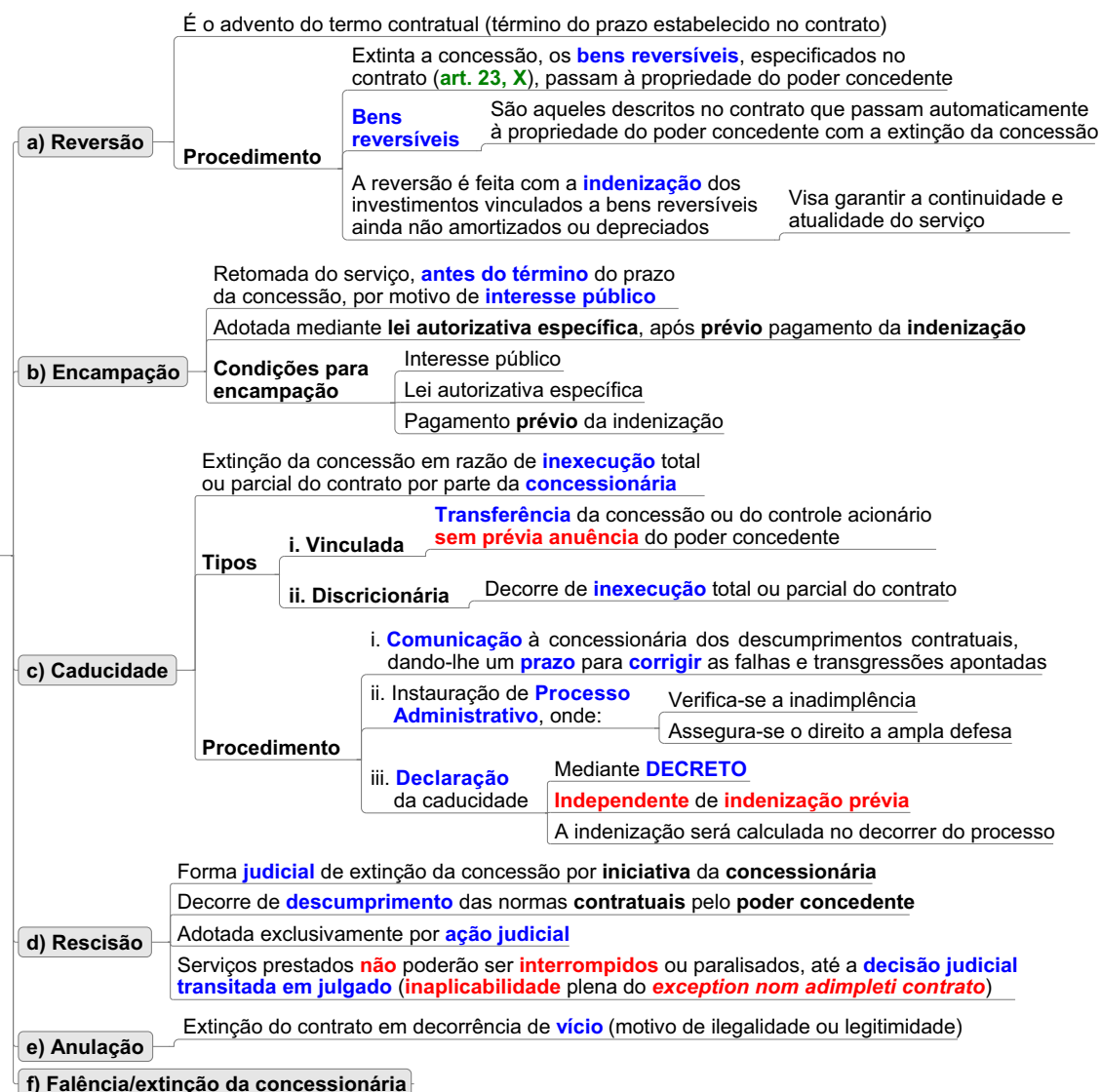
## SERVIÇOS PÚBLICOS - DELEGAÇÃO COMUM - LEI 8.987/95

## 5. Contrato de concessão



## Disposições da Lei 8.987/95

## 6. Extinção da concessão

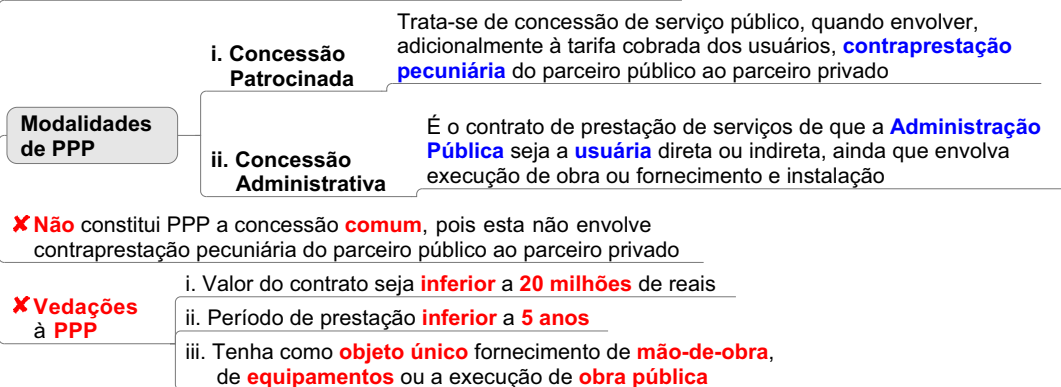




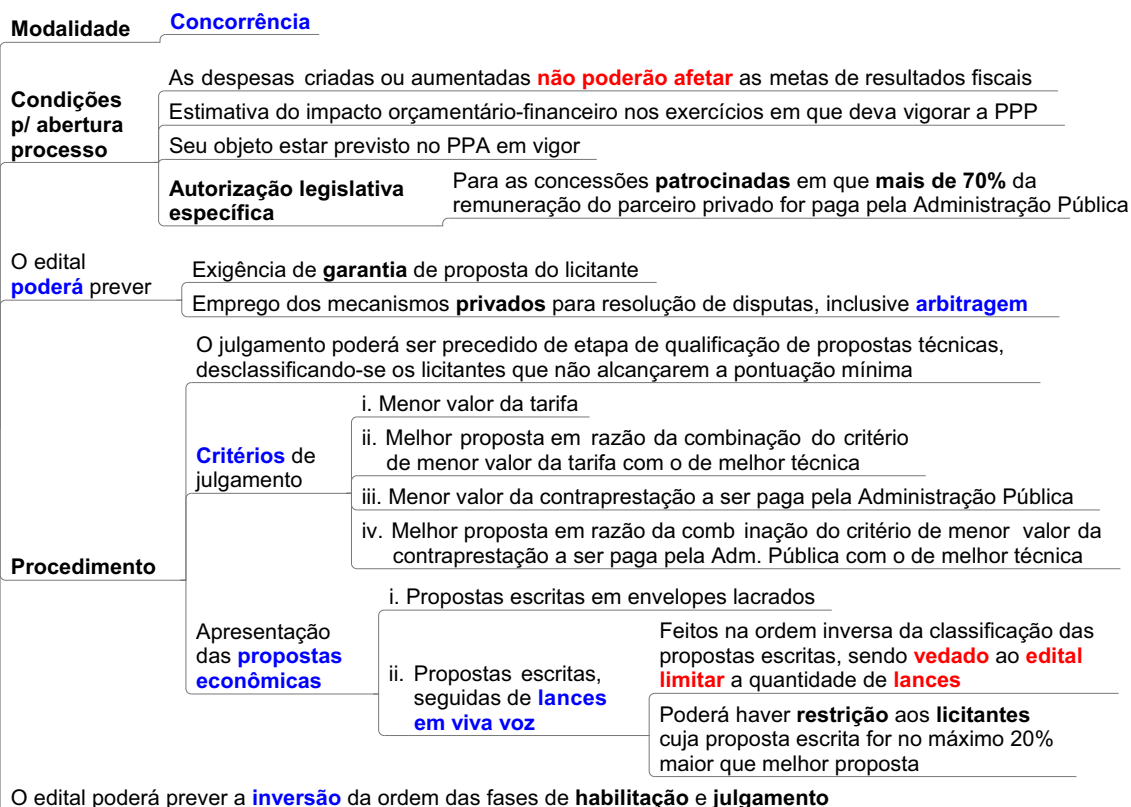
# SERVIÇOS PÚBLICOS - CONCESSÃO - PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADA

As Parcerias Público-Privadas (PPP) são **modalidades** específicas de contratos de **concessão**, dispostas na **Lei 11.079/04**

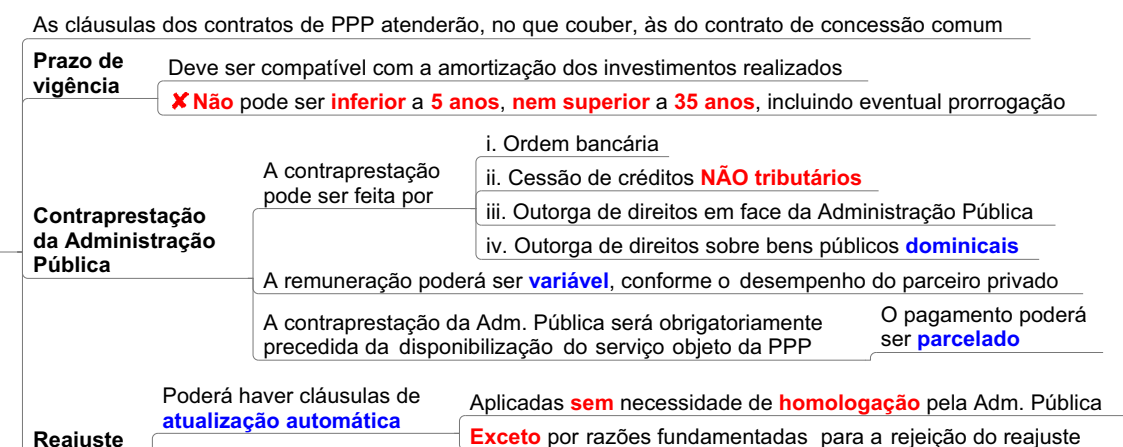
## 1. Conceito



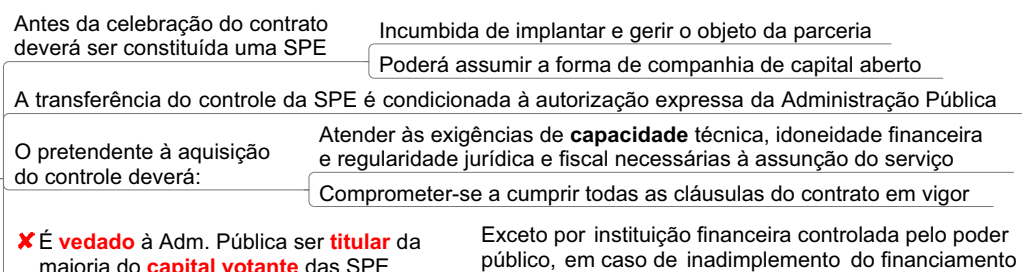
## 2. Licitação



## 3. Contrato de PPP



## 4. Sociedade de propósito específico (SPE)





# RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO I

## Responsabilidade Civil do Estado

### 1. Conceito

Também chamada de **Responsabilidade Extracontratual do Estado**

#### i. Responsabilidade civil

Obrigação de reparar danos patrimoniais

#### ii. Extracontratual

Não decorre de descumprimento de contrato

Obrigação que tem o Estado de **indenizar** os danos **patrimoniais** ou **morais** que seus agentes, atuando em seu nome, ou seja, na **qualidade de agentes públicos**, causem à esfera juridicamente tutelada dos particulares

### 2. Evolução histórica

#### a) Teoria da irresponsabilidade

Estados não podiam ser responsabilizados, pois eram personificados pela figura do rei

"The king can do no wrong"

#### b) Teorias civilistas

Teoria da **culpa civil comum** do Estado

Pretendia equiparar o Estado ao indivíduo

Teoria da **responsabilidade subjetiva** (do agente público)

##### Requisitos

i. Culpa ou dolo do agente público

ii. Dano

Teoria da **culpa do serviço** (culpa anônima do serviço público)

**Transição** entre a teoria da **responsabilidade subjetiva** e a teoria do **risco administrativo** (**responsabilidade objetiva**)

A responsabilidade por indenizar passa a ser do Estado e não mais do agente (anônima)

#### c) Teoria da culpa administrativa

A obrigação de indenizar surge de uma das 3 formas da **falta do serviço**:

i. Inexistência do serviço

ii. Mau funcionamento do serviço

iii. Retardamento do serviço

##### Requisitos

i. **Falta do serviço**

Deve ser comprovada

ii. Dano

#### Teoria da **responsabilidade OBJETIVA**

A obrigação de reparar o dano **ocorre independentemente** da existência da **falta do serviço** ou da **culpa do agente público**

##### Requisitos

I - Fato do serviço

Não se exige a comprovação de culpa

II - Dano

III - Nexo de causalidade

Relação de causalidade entre a prestação de serviço público e o dano causado a terceiro

#### i. Risco administrativo

**✗ Excludentes de responsabilidade**

I - Culpa exclusiva da vítima

II - Culpa de terceiros

III - Força maior

Ônus da prova de culpa do particular, se existente, cabe sempre à Administração

A vítima fica dispensada de comprovar a culpa da Administração

**CF, art. 37, § 6º**

**✗ Não há excludentes de responsabilidade**

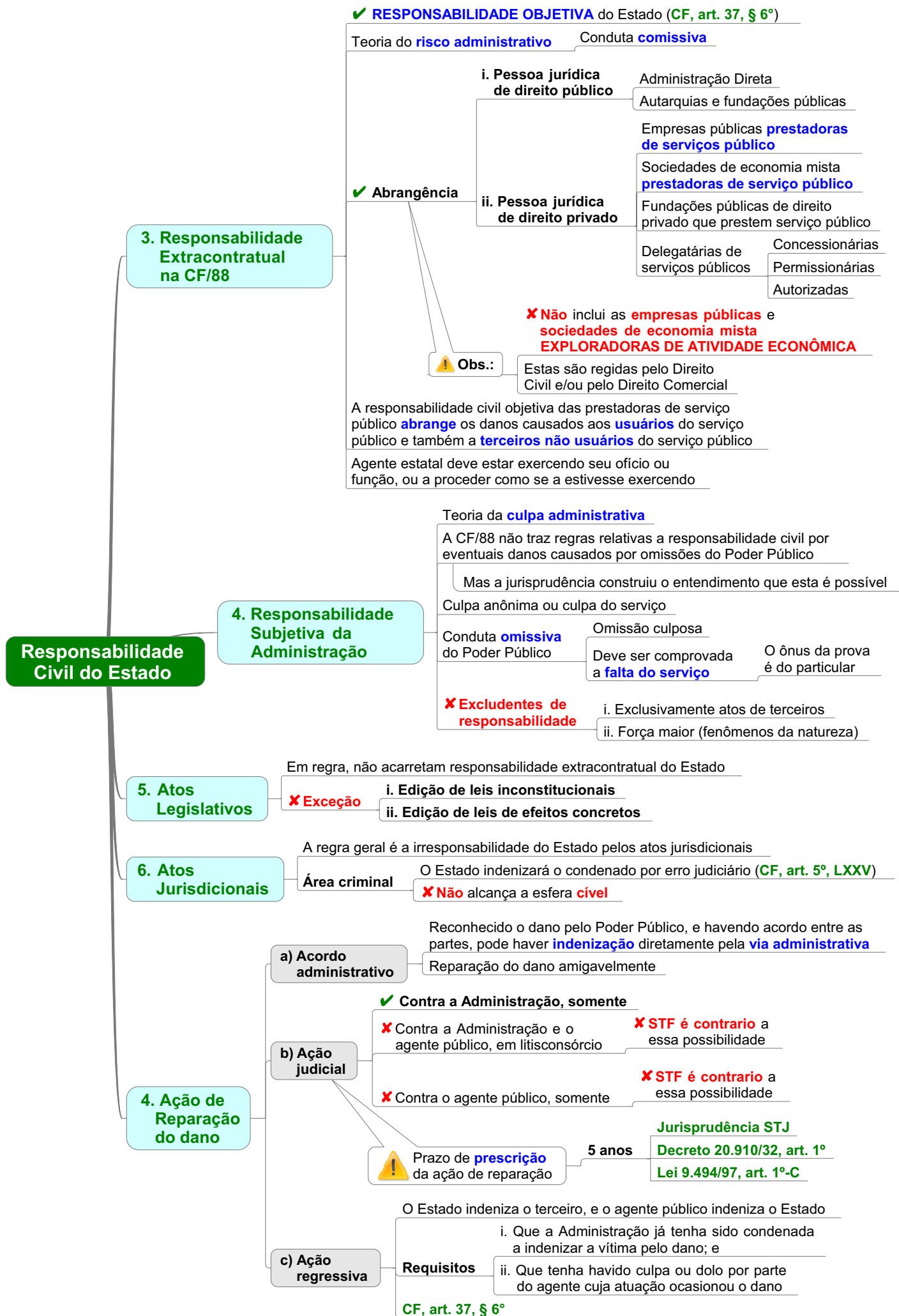
A obrigação de indenizar ocorre mesmo que o dano decorra de culpa exclusiva do particular

#### ii. Risco integral

Basta a existência de evento danoso e nexo causal

Para Hely Lopes, essa teoria jamais foi adotada em nosso ordenamento jurídico

## RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO II

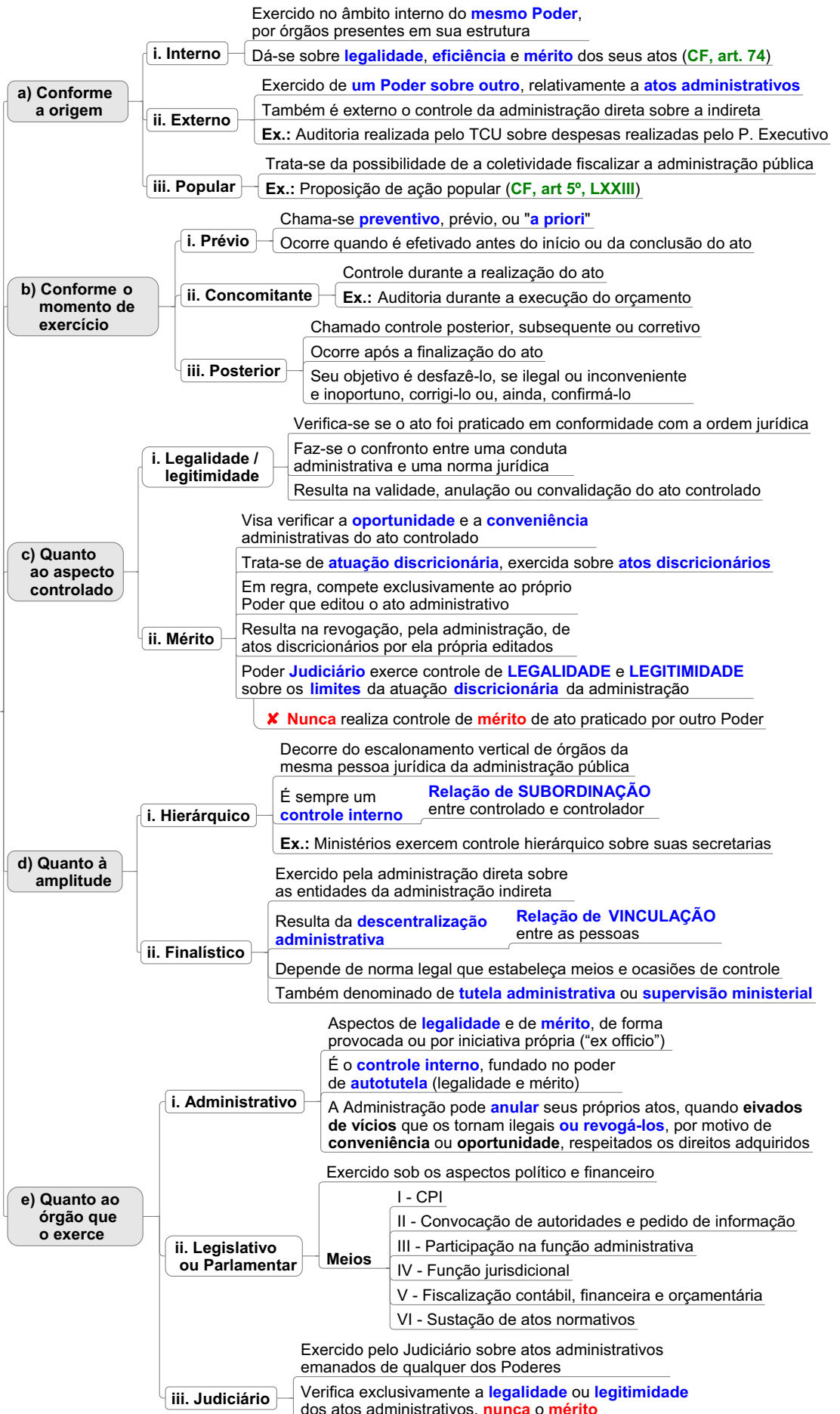


# CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O controle da administração pública está embasado no **princípio da legalidade**

Conjunto de instrumentos pelos quais a própria **administração pública**, os Poderes **Judiciário** e **Legislativo**, e ainda o **povo**, diretamente ou por meio de seus órgãos especializados, possam exercer o poder de **fiscalização**, **orientação** e **revisão** da atuação administrativa de todos os órgãos, entidades e agentes públicos, em todas as esferas do Poder

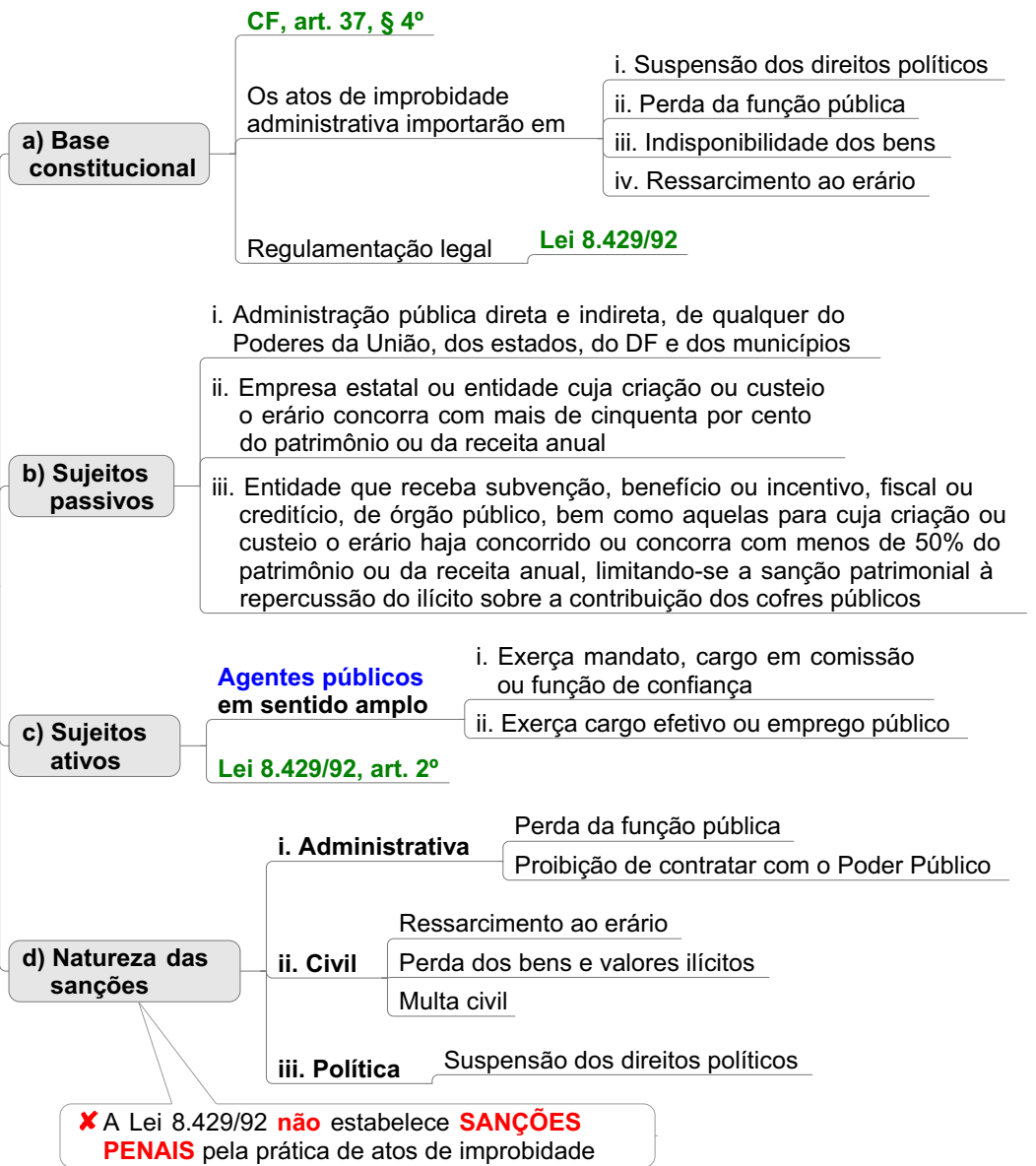
## 1. Conceito



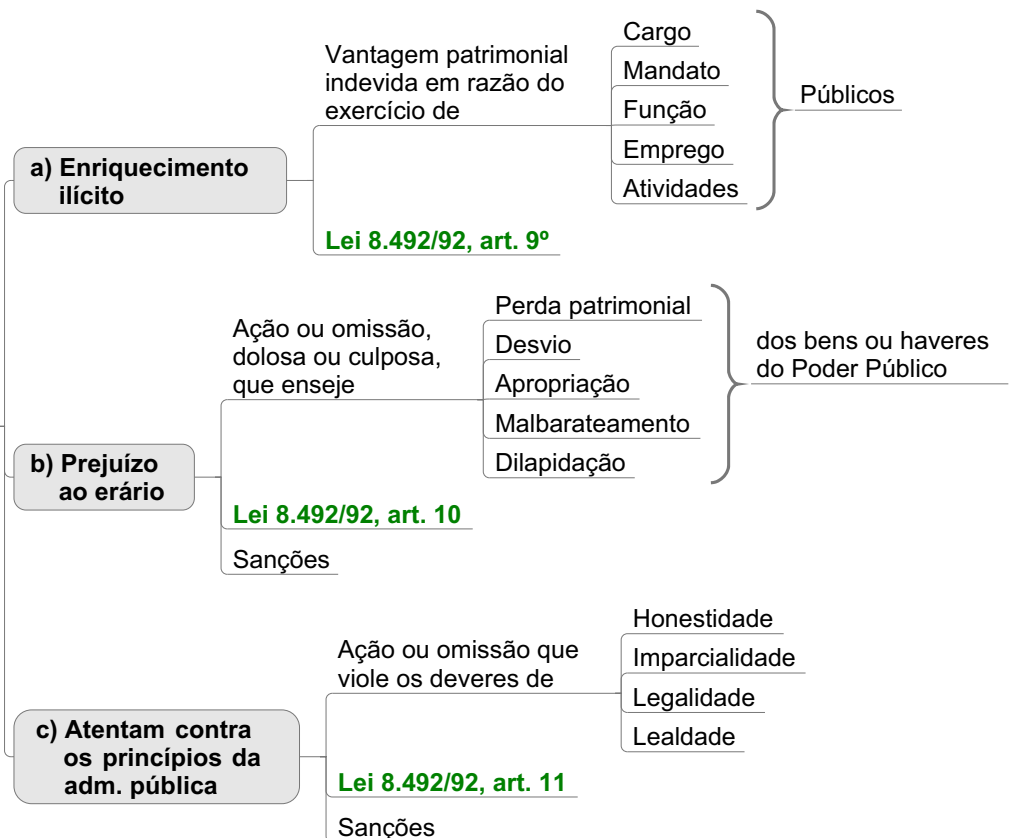
# IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA I

## Improbidade Administrativa

### 1. Aspectos gerais



### 2. Descrição dos atos de improbidade



## IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA II

## Improbidade Administrativa

## 3. Sanções

## a) Enriquecimento ilícito

i. **Suspensão dos direitos políticos** de **OITO a DEZ anos**

ii. Perda da função pública

iii. Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio

iv. Ressarcimento integral do dano, quando houver

v. **Proibição de contratar** com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo **prazo de DEZ anos**vi. Pagamento de **multa civil** de **até TRÊS vezes** o valor do **acréscimo patrimonial**

## b) Prejuízo ao erário

i. **Suspensão dos direitos políticos** de **CINCO a OITO anos**

ii. Perda da função pública

iii. Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância

iv. Ressarcimento integral do dano

v. **Proibição de contratar** com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo **prazo de CINCO anos**vi. Pagamento de **multa civil** de **até DUAS vezes** o valor do **dano**

## c) Atentam contra os princípios da adm. pública

i. **Suspensão dos direitos políticos** de **TRÊS a CINCO anos**

ii. Perda da função pública

iii. Ressarcimento integral do dano, quando houver

iv. **Proibição de contratar** com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo **prazo de TRÊS anos**v. Pagamento de **multa civil** de até **CEM vezes** o valor da **remuneração percebida pelo agente**

## 4. Procedimentos administrativos e ações judiciais

**Qualquer pessoa** pode representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação (**Lei 8.492/92, art. 14**)Legitimados *ad causam* para propor a ação:**Lei 8.492/92, art. 17**i. **Ministério Público**

Quando não for parte no processo, atuará como fiscal da lei

ii. **Pessoa jurídica interessada** (que tenha sofrido lesão patrimonial)**✗ É vedada a transação, acordo ou conciliação** nas ações por atos de improbidade administrativaA **perda da função pública** e a **suspensão dos direitos políticos** só se efetivam com o **trânsito em julgado** da sentença condenatória**Lei 8.492/92, art. 20**Autoridade judicial ou administrativa poderá, todavia, determinar o **afastamento temporário** do agente público

## 5. Juízo competente

**✗ Não há foro especial** na ação de improbidade administrativa**✓ Natureza cível**

## 6. Prescrição

**Lei 8.429/92, art. 23**a) **Mandato, cargo em comissão, função de confiança**Prescrevem em até **cinco anos** após o términob) **Cargo efetivo ou emprego público**

Estabelecido em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão

c) **Ressarcimento ao erário****Imprescritíveis****CF, art. 37, § 5º**

# PROCESSO ADMINISTRATIVO I

Disciplina o **processo administrativo** no âmbito da administração pública **FEDERAL**

**Lei 9.784/99**

Lei administrativa **FEDERAL**

Aplicável à administração pública **federal**, direta e indireta, inclusive órgãos do Legislativo e Judiciário

**✗ Não é lei nacional** **Não obriga** estados e municípios

Tem caráter **supletivo** ou **subsidiário**

Se houver lei específica, a **Lei 9.784/99** regula somente eventual omissão

Ex.: Processo administrativo disciplinar - PAD, Lei 8.112/90 (lei específica)

## 1. Abrangência e aplicação

## 2. Princípios

### a) Princípios expressos

A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da

Legalidade  
Finalidade  
Motivação  
Razoabilidade  
Proporcionalidade  
Moralidade  
Ampla defesa  
Contraditório  
Segurança jurídica  
Interesse público  
Eficiência

**Lei 9.784/99, art. 2º**

### b) Princípios implícitos

- i. Informalismo** — Só são exigidas formas determinadas para os atos processuais se a lei assim estabelecer
- ii. Oficialidade** — Iniciado o processo pelo administrado, compete à administração movimentá-lo até a decisão final
- iii. Verdade material** — Deve-se buscar o conhecimento dos fatos efetivamente ocorridos
- iv. Gratuidade** — Não existem ônus como sucumbência, custas ou honorários

## Processo Administrativo

## 3. Início do processo e Legitimados

### a) Início do processo

**Lei 9.784/99, art. 5º**

#### i. De ofício

Decorrencia do **princípio da oficialidade**

#### ii. A pedido

Mediante provocação do interessado

Deverá apresentar à administração requerimento escrito

**✗ É vedada** a simples **RECUSA IMOTIVADA**

### b) Legitimados

**Lei 9.784/99, art. 9º**

- i. Titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação
- ii. Possui direito ou interesses afetados pela decisão do processo
- iii. Organizações e associações representativas (direitos e interesses coletivos)
- iv. Pessoas ou associações quanto a direitos ou interesses difusos

## 4. Impedimento e Suspeição

### a) Impedimento

**Lei 9.784/99, art. 18**

É **impedido** de atuar no processo administrativo o servidor ou autoridade que

- i. Tenha interesse direto ou indireto na matéria
- ii. Participado como perito, testemunha ou representante
- iii. Ocorrem situações quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau
- iv. Esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro

### b) Suspeição

**Lei 9.784/99, art. 20**

Autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou respectivos cônjuges ou parentes até terceiro grau

Alegação de suspeição é **faculdade do interessado**



## PROCESSO ADMINISTRATIVO II

## Processo Administrativo

## 5. Forma, tempo e lugar dos atos

## a) Forma

## Princípio do informalismo

Lei 9.784/99, art. 22

Os atos do processo **não dependem** de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir

## b) Tempo e lugar

Lei 9.784/99, art. 23

A realização dos atos do processo se dá em **dias úteis**, no horário de funcionamento da repartição na qual tramitar

## 6. Intimação do interessado

## a) Intimar

Dar **ciência ao interessado** de

algun ato praticado no processo; ou de alguma providência que deva ser adotada

dependa ou não, do comparecimento do interessado à repartição

## b) Atos que necessitam ser intimados

Lei 9.784/99, art. 28

- i. Resultem ao interessado **imposição de deveres**
- ii. **Ônus**, **sanções** ou **restrição** ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse

## c) Formas

- i. Pessoal, provada a ciência do interessado
- ii. Via postal, com aviso de recebimento
- iii. Outros meios, desde que assegurem a certeza da ciência do interessado
- iv. Por meio de publicação oficial, em caso de interessados indeterminados, ou com domicílio indefinido

## 7. Instrução e decisão

## a) Instrução

Lei 9.784/99, art. 29

Destina-se à averiguação e comprovação dos dados necessários à tomada de uma decisão fundamentada

**Ônus da prova é do interessado**, isto é, cabe a ele provar os fatos alegados

Lei 9.784/99, art. 36

Encerrada a instrução, abre-se um prazo de **10 dias** para manifestação do interessado

## b) Decisão

Concluída a instrução, a administração tem o prazo de até **30 dias** para emitir a decisão

A edição de uma decisão explícita é obrigatória para a administração

Lei 9.784/99, art. 48

## 8. Recurso administrativo

A **Lei 9.784/99** consagra o direito ao **duplo grau de jurisdição administrada**Trata-se de **recurso hierárquico**, e ocorre por razões de **legalidade** e de **mérito** administrativoEm regra ocorre a **inexigibilidade de garantia** de instância (caução) para interposição de recursos, salvo exigência legal**Recursos**, salvo disposição legal, **não** tem **efeito suspensivo**



# BENS PÚBLICOS I

São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às **peçoas jurídicas de direito PÚBLICO** interno; **todos os outros** são **particulares**

## 1. Noções gerais

### a) Conceito

**Pessoas jurídicas de direito PÚBLICO**

União  
Estados  
Distrito Federal  
Municípios  
Autarquias e fundações públicas de natureza autárquica

Conceito relacionado ao aspecto **formal** **Código Civil, art. 98**

✗ Os bens das **peçoas jurídicas de direito PRIVADO** integrantes da administração pública **NÃO SÃO BENS PÚBLICOS**



Empresas Estatais  
**PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO**

Podem estar sujeitas a regras próprias do regime jurídico dos bens públicos

## 2. Classificação quanto à destinação

### a) Uso comum do povo

São aqueles que podem ser utilizados sem qualquer formalidade

Em regra, são colocados à disposição da população **gratuitamente**

Ex.: Rios, mares, estradas, ruas e praças

### b) Uso especial

Destinados especificamente à **execução** de determinado **serviço público**

Ex.: Edifícios da administração pública em geral

### c) Dominicais

Constituem o **patrimônio disponível** das pessoas jurídicas de direito público interno

✗ **Não** estão **afetados** a qualquer finalidade pública

Ex.: Terrenos públicos baldios, terras devolutas

## Bens Públicos

## 3. Características

### a) Inalienabilidade

Bens públicos de uso comum do povo e de uso especial **não podem ser vendidos (CC, art. 100)**

✗ **Exceção**

Bens **dominicais** e **desafetados** podem ser alienados, observadas as **exigências legais**

**Exigências legais (art. 17, Lei 8.666/93)**

Demonstração do interesse público  
Prévia avaliação  
Licitação  
Autorização legislativa em caso de bem **imóvel**

### b) Impenhorabilidade

✗ **Não** se sujeitam à **penhora** Impassíveis de execução judicial

Débitos da Fazenda Pública serão pagos por **precatórios** **CF, art. 100**

### c) Imprescritibilidade

✗ **Proibida** aquisição de bens públicos por **USUCAPIÃO**

Usucapião Prescrição aquisitiva do direito de propriedade

**CF, art. 191, parágrafo único**

### d) Não-oneração

Bens públicos **não podem** ser gravados por **direitos reais de garantia**

Direitos reais de garantia  
✗ Penhor  
✗ Anticrese  
✗ Hipoteca

## 4. Afetação e desafetação

### a) Afetação

Diz respeito à utilização do bem público

Ocorre quando determinado bem público esteja sendo utilizado para uma finalidade pública

Ex.: Um prédio em que funcione uma repartição pública esta **afetado** ao fim público

Bens **afetados não podem**, enquanto permanecerem nessa situação, ser **alienados**

### b) Desafetação

Ocorre quando um bem público não está sendo utilizado para qualquer fim público

Ex.: Imóvel da União que não esteja sendo usado para qualquer fim público

Somente os bens desafetados podem ser alienados

Caso os bens de uso comum do povo e os bens de uso especial venham a ser desafetados, converter-se-ão em bens dominicais

# BENS PÚBLICOS II

Enquadram-se como bens **dominicais**

## a) Terras devolutas

São todas aquelas que, pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, não se acham destinadas a qualquer fim público específico

## b) Terrenos da marinha

Pertencem à União (**CF, art. 20, VII**)

## c) Terras tradicionalmente ocupada pelos índios

Pertencem à União (**CF, art. 20, XI**)

São as habitadas por índios em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, e as necessárias a sua reprodução física e cultural (**CF, art. 231, § 1º**)

Enquadram-se como bens de **uso especial**

## d) Plataforma continental

Pertencem à União (**CF, art. 20, V**)

É a extensão das áreas continentais sob o mar até a profundidade de cerca de 200 metros

## e) Ilhas

Podem ser lacustres, fluviais e marítimas (costeiras e oceânicas)

### Ilhas marítimas

✓ Em regra, pertencem à **União**

Mas os estados poderão ter áreas das ilhas costeiras e oceânicas (**CF, art. 20, IV**)

### Ilhas fluviais e lacustres

✓ Em regra, pertencem aos **estados-membros**

✗ **Exceto** se estiverem em Zonas limítrofes com outros países  
Rios que banham mais de um Estado

Pertencem à União (**CF, art. 20, III**)

## f) Faixa de fronteira

Área de até 150 km de largura paralela à divisa com outros países

Pertencem à União (**CF, art. 20, § 2º**)

## Bens Públicos

### 5. Principais espécies de bens públicos

### 6. Uso privativo de bens públicos

#### a) Autorização de uso de bem público

Trata-se de **ato administrativo**

Discricionário

Unilateral

✓ Precário

Revogáveis a qualquer tempo sem indenização

Cabe indenização se outorgada com prazo ou condicionada

Sem previsão de prazo de duração

✗ **Não há licitação prévia** à outorga de autorização de uso

Predomínio do interesse particular

Ex.: Fechamento de uma rua para realização de festa popular

#### b) Permissão de uso de bem público

Trata-se de **ato administrativo**

Discricionário

Unilateral

✓ Precário

Revogáveis a qualquer tempo sem indenização

Cabe indenização se outorgada com prazo ou condicionada

Sem previsão de prazo de duração

✓ Em regra, deve ser precedida de licitação

Interesses: do particular e coletividade

Ex.: Ocupação de área pública para instalação de banca de revista

#### c) Concessão de uso de bem público

Trata-se de **contrato administrativo**

✓ Precedido por autorização legislativa e/ou licitação

✗ **Não há precariedade**

Rescisão nas hipóteses previstas em lei

Cabe indenização, se a causa não for imputável ao concessionário

Deve ter prazo determinado

Interesses: do particular e coletividade

Trata-se de **direito pessoal**

✗ **Não é direito real**

✗ **Não pode ser transferido** sem a previsão contratual ou anuência da administração pública

Ex.: Restaurante / lanchonete em repartição pública

#### d) Concessão de direito real de uso de bem público

Trata-se de **contrato administrativo**

Transferência ao particular do uso de um **terreno público**, ou do respectivo **espaço aéreo**

Por prazo certo **ou indeterminado**

De forma remunerada ou gratuita

Em regra, deve ser precedida de licitação

Trata-se de **direito real**

✗ **Não é de direito pessoal**

Transfere-se por ato *inter vivos* ou por sucessão

Confere ao particular um **DIREITO REAL RESOLÚVEL**

Pode se extinguir nas hipóteses previstas na lei ou no contrato